

1 2 9 0



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**  
BIBLIOTECA

# BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

2022 • ABRIL



## Sumário

<b>MONOGRAFIAS .....</b>	<b>3</b>
Ciências Jurídico-Empresariais.....	4
Ciências Jurídico-Civilísticas.....	16
Ciências Jurídico-Criminais .....	17
Ciências Jurídico-Económicas .....	18
Ciências Jurídico-Filosóficas.....	19
Ciências Jurídico-Históricas .....	20
Ciências Jurídico-Políticas.....	20
Vária.....	28
<b>ANALITICOS DE MONOGRAFIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS .....</b>	<b>32</b>
Ciências Jurídico-Empresariais.....	33
Ciências Jurídico-Civilísticas.....	34
Ciências Jurídico-Criminais .....	36
Ciências Jurídico-Económicas .....	37
Ciências Jurídico-Filosóficas.....	40
Ciências Jurídico-Históricas .....	41
Ciências Jurídico-Políticas.....	41
Vária.....	45
<b>ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICA.....</b>	<b>48</b>
Cultura .....	50
Direito das Sociedades em Revista.....	53
Julgar.....	55
Legal Studies .....	56
O Direito .....	82
Prontuário de Direito do Trabalho .....	83
Questões Atuais de Direito Local.....	84
Revista de Direito Civil.....	85
Revista de Legislação e de Jurisprudência.....	88
Revista do CEJ.....	179
Revista do Ministério Público .....	181
<b>LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA .....</b>	<b>183</b>
<b>FICHA TÉCNICA.....</b>	<b>184</b>

# **MONOGRAFIAS**

## Ciências Jurídico-Empresariais

### **AKTIENGESETZ**

Aktiengesetz / Herausgegeben von Tobias Bürgers, Torsten Körber und Jan Lieder ; bearbeitet von Florian Becker ... [et al.]. 5., neu bearb. Aufl. Heidelberg : C.F. Müller, 2021. XXVIII, 2264 p. ; 22 cm. (Heidelberger Kommentar). Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9783811456419

Sociedades anónimas -- Alemanha / Conselho de administração / Assembleia geral / Conselho Geral e de Supervisão / Grupos de sociedades / Prestação de contas / Alteração do contrato de sociedade / Sociedades em comandita por acções

**G-44-146-2** - 176657

### **BANCHE, INTERMEDIARI E FINTECH**

Banche, intermediari e fintech : nuovi strumenti digitali in ambito finanziario / a cura di Giuseppe Cassano, Francesco Di Ciommo, Massimo Rubino De Ritis. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XV, 583 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9788828826781

Direito bancário / Internediário financeiro / Fintech / Serviços bancários / Plataformas electrónicas / Moeda virtual / Big Data / Blockchain / Smart contracts / Contratação automática / Protecção de dados / Criptomoedas / Instrumentos financeiros / Serviços de pagamento

**G-44-145-24** - 176620

### **BATISTA, Henrique Ferreirinha.**

Operações de venda de NPLs : uma visão geral ao abrigo do Regime Jurídico Português / Henrique Ferreirinha Baptista ; [prefácio Pedro Cassiano Santos]. 1.<sup>a</sup> ed. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 151 p. ; 20 cm. (Ideias jurídicas). Bibliografia: p. 143-146.

**ISBN:** 9789724099699

Créditos não produtivos

**G-44-145-17** - 176552

### **BECK'SCHES M&A-HANDBUCH**

Beck'sches M&A-Handbuch : Planung, Gestaltung, Sonderformen, regulatorische Rahmenbedingungen und Streitbeilegung bei Mergers&Acquisitions / Herausgegeben von Wolfgang Meyer-Sparenberg, Christof Jäckle ; Bearbeitet von Christian Aders ... [et al.] - 2. Aufl. München : C.H. Beck, 2022. XXXI, 2592 p. ; 25 cm. Índice: p. 2551-2592.

**ISBN:** 9783406748011

Fusões / Aquisições de empresas / Concentração de empresas / Auditoria / Avaliação de participações sociais

**G-44-146-1** - 176655

**BLANPAIN, R., 1932-2016.**

European labour law / Roger Blanpain. 14th ed. Alphen aan den Rijn : Wolters Kluwer, Law & business, 2014. 1104 p. : il. ; 24 cm. This book was originally published as a monograph in International Encyclopaedia of Laws/Labour Law and Industrial Relations.

**ISBN:** 9789041151780

Contrato de trabalho -- países da União Europeia / Segurança social -- países da União Europeia / Sindicatos -- países da União Europeia / Direito do trabalho -- países da União Europeia / Liberdade de circulação -- países da União Europeia / Negociação coletiva -- países da União Europeia / Discriminação no emprego -- países da União Europeia / Salário igual, para trabalho igual -- países da União Europeia

**L-3A-49-6** - 175988

**BONTEMPI, Paolo.**

Diritto bancario e finanziario / Paolo Bontempi. 7. ed. Milano : Giuffrè, 2021. xvii, 617 p. ; 24 cm.

**ISBN:** 9788828833543

Garantias / Títulos de crédito / Mercado de capitais / Leasing / Órgãos de fiscalização / Cofre bancário / Valores mobiliários / Conta corrente / Direito bancário / Direito financeiro / Desconto bancário / Abertura de crédito / Empréstimo / Depósito bancário / Leasing

**G-44-145-25** - 176619

**BORK, Reinhard, 1956-**

Harmonisation of transactions avoidance laws / Reinhard Bork, Michael Veder. Cambridge ; Antwerp ; Chicago : Intersentia, 2022. xvii, 1314 p. ; 25 cm.

**ISBN:** 9781839701825

Direito da insolvência / Recuperação de empresas / Resolução em benefício da massa insolvente

**G-44-145-33** - 176656

**CARBAJO VASCO, Domingo.**

La responsabilidad general y tributaria de los administradores concursales / Domingo Carbaajo Vasco, José Luis Díaz Echegaray. 2ª ed. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 380 p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. [11]-14.

**ISBN:** 9788413787558

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Administrador de insolvência / Massa insolvente / Responsabilidade tributária

**G-44-142-22** - 175643

**CERVERA MARTÍNEZ, Marta.**

Los acuerdos de refinanciación en el texto refundido de la ley concursal / Marta Cervera Martínez. 1ª ed. septiembre 2020. Barcelona : Aferre, 2020. 195 p. ; 21 cm.

**ISBN:** 9788412219944

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Planos de recuperação / Acordos de refinanciamento

**G-44-142-29** - 175924

### **CHINESE MARITIME CASES**

Chinese maritime cases : selection for year of 2014 / edited by Martin Davies, Jiang Lin. Berlin ; Heidelberg : Springer, 2021. 2 vol. : il. ; 25 cm. (Chinese Maritime Cases Series).

**ISBN:** 9783662632383 / **DOI** 10.1007/978-3-662-63239-0

Direito marítimo -- China / Transporte marítimo -- China / Seguro marítimo -- China / Direito internacional privado / Conflito de leis

**G-44-143-26** - 176419

**G-44-143-27** - 176420

### **COMENTARIOS PRÁCTICOS A LA LEY DE CONTRATO DE SEGURO**

Comentarios prácticos a la ley de contrato de seguro : a los cuarenta años de su promulgación 1980-2020 / edición preparada por Abel B. Veiga Copo. 1ª ed. Cizur Menor : Aranzadi, 2020. 2007 p. ; 25 cm. Incluye bibliografía.

**ISBN:** 9788413460284

Contrato de seguro / Seguro contra danos / Seguro de pessoas / Contratação à distância / Contratação eletrónica

**G-44-137-16** - 175675

### **COMPANY LAWS OF THE EU**

Company laws of the EU : a handbook / edited by Andrea Vicari, Alexander Schall. München : C.H. Beck ; Oxford : Hart Publishing ; Baden-Baden : Nomos, 2020. X, 1620 p. : il. ; 25 cm. Incluye bibliografía.

**ISBN:** 9781509923991 (Hart) / 9783848756155 (Nomos) / 9783406714795 (C.H. Beck)

Constituição de sociedades / Grupos de sociedades / Governação de sociedades / Capital social / Dissolução de sociedades / Liquidação de sociedades

**G-44-141-2** - 175987

### **CORNAH, Richard.**

Lowndes and Rudolf : the law of general average and the York-Antwerp rules / R.R. Cornah, J.C.G. Sarll, J.B. Shead. 15th., ed. London : Sweet & Maxwell : Thomson Reuters, 2018. XLII, 827 p. : il. ; 24 cm. Incluye bibliografía. Índice : p. 799-827.

**ISBN:** 9780414057043

Transporte marítimo de mercadorias / Regras de York / Regras de Antuérpia / Avaria grossa / Salvação marítima / Porto de refúgio / Seguro marítimo

**G-44-139-9** - 176181

### **CRIPTODERECHO**

Criptoderecho : la regulación de blockchain / Director Pablo García Mexía ; Coordinadora Beatriz Aranda Briones ; Autores Francisco Alcaide Soler ... [et al.]. Las Rozas : Wolters Kluwer, 2018. 615 p. : il ; 24 cm. (Ley). Incluye referências bibliográficas. Índice: p. 11-21.

**ISBN:** 9788490200179

Blockchain / Smart contracts / Criptomonedas / Inteligência artificial / Proteção de dados

**G-44-138-17** - 175595

**CUNHA, Carolina.**

A Par Conditio Creditorum como igualdade formal dos credores : expectativa vs. realidade : do cumprimento voluntário à insolvência-liquidação / Carolina Cunha. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 182 p. ; 23 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 179-182.

**ISBN:** 9789724098609

Processo de insolvência / Par conditio creditorum

**G-44-145-16** - 176551

**DE LUCA, Nicola, 1975-**

European company law : text, cases and materials / Nicola De Luca. Cambridge : Cambridge University Press, 2017. xxii, 508 p. ; 25 cm. Inclui: p. [479]-508.

**ISBN:** 9781316635377

Direito das sociedades / Liberdade de estabelecimento / Sociedade anónima europeia / Sociedade cooperativa europeia / Governação das sociedades / Mercado de capitais / OPA / Oferta pública de aquisição / Direito dos accionistas / Constituição de sociedades

**G-44-145-18** - 176603

**DE LUCA, Nicola, 1975-**

European company law : text, cases and materials / Nicola De Luca. 2nd. ed. Cambridge : Cambridge University Press, 2021. xxii, 576 p. ; 26 cm. Inclui índice e bibliografia.

**ISBN:** 9781108825658 / **DOI** 10.1017/9781108918992

Direito europeu das sociedades / Sociedades comerciais / Oferta pública de aquisição / Insolvência / Fusão de sociedades / Cisão de sociedades / Capital social / Auditoria / Contabilidade das sociedades / Sociedades unipessoais / Liberdade de estabelecimento / Sociedade anónima europeia / Sociedade cooperativa europeia / Governação das sociedades / Mercado de capitais / OPA / Oferta pública de aquisição / Direito dos accionistas / Constituição de sociedades

**G-44-137-15** - 175668

**DELITOS SOCIETARIOS :GUÍA PRÁCTICA SOBRE LOS DELITOS COMETIDOS EN EL SENO DE LAS ENTIDADES MERCANTILES**

Delitos societarios : guía práctica sobre los delitos cometidos en el seno de las entidades mercantiles / obra coordinada por Carlos David Delgado Sancho ; con la colaboración de Susana Caneda Rendo. 1ª. ed. A Coruña : COLEX, 2020. 132 p. ; 24 cm. (Paso a paso). Inclou formularis

**ISBN:** 9788413591155

Crimes societários / Falsificação de contas / Deliberações sociais / Direito de voto / Responsabilidade civil dos administradores

**G-44-140-15** - 175986

**DESIDERIO, Giuseppe.**

Poteri individuali degli amministratori non esecutivi di società per azioni di diritto comune, bancarie e finanziarie : a sistema tradizionale / Giuseppe Desiderio. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. ix, 279 p. ; 24 cm. (Saggi di diritto commerciale). Bibliografia: p. 257-279.

**ISBN:** 9788828833581

Governação das sociedades / Conselho de administração / Administradores / Delegação de poderes

**G-44-145-21** - 176617

**DI AMATO, Sergio.**

Diritto della crisi d'impresa / Sergio Di Amato. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. xvii, 457 p ; 24 cm. Índice : p. 451-457.

**ISBN:** 9788828834564

Falência / Recuperação de empresas / Mecanismos de alerta precoce / Órgãos de insolvência / Liquidação da massa insolvente / Concordata

**G-44-145-30** - 176626

**DIRECT EFFECTS OF UN DUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS) – UMSETZUNG UND ANWENDUNG DER SDGS IN DER PRAXIS**

Direct effects of UN Dustainable Development Goals (SDGs) – Umsetzung und Anwendung der SDGs in der Praxis : Sachstand und Perspektive / Winfried Huck (Hrsg). Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2019. XI, 84 p. : il. ; 21 cm. (Schriften zum Internationalen Wirtschaftsrecht ; Band 7).

**ISBN:** 9783339107008

Responsabilidade social das empresas / Desenvolvimento sustentável / Global compact

**G-44-143-36** - 175573

**DIRITTO DEL LAVORO DELL'UNIONE EUROPEA**

Diritto del lavoro dell'Unione Europea / a cura di Franco Carinci, Alberto Pizzoferrato. 3., ed. Torino : G. Giappichelli Editore, 2021. xv, 519 p. ; 24 cm. Índice : p. [513]-519.

**ISBN:** 9788892138537

Direito do trabalho -- Países da União Europeia

**L-3A-49-18** - 175966

**DROIT DU TRAVAIL EUROPÉEN**

Droit du travail européen : questions spéciales / sous la coordination de Denis Martin, Marc Morsa, Philippe Gosseries ; [par] Jan Buelens... [et al.] ; préface de Filip Dorssemont. Bruxelles : Larcier, cop. 2015. 878 p. : il. ; 25 cm. (Droit social). Bibliografia: p. [803]-825.

**ISBN:** 9782804446963

Direito do trabalho -- Bélgica / Direito do trabalho europeu

**L-3A-49-5** - 176133

**EU LABOUR LAW: A COMMENTARY**

EU labour law: a commentary / edited by Monika Schlachter. Alphen aan den Rijn : Wolters Kluwer, Law & Business, cop. 2015. X, 648 p. ; 25 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 633-648.

**ISBN:** 9789041149787

Direito do trabalho -- Países da União Europeia / Direito social

**L-3A-49-7** - 176375

## **EUROPEAN CORPORATE LAW**

European corporate law : article-by-article commentary / edited by Peter Kindler, Jan Lieder. 1. Aufl. München : C.H. Beck ; Oxford : Hart Publishing ; Baden-Baden : Nomos, 2021. XXII, 1055 p. : il. ; 25 cm. (International and European business laws). Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9781509924066 (Hart) / 9783848736911 (Nomos) / 9783406708718 (C.H. Beck)

Constituição de sociedades / Sociedades comerciais / Sucursais / Transferência de sede / Capital social / Fusão de sociedades / Transformação de sociedades / Sociedade unipessoal / Auditoria / Direitos dos acionistas / Oferta pública de aquisição / OPA

**G-44-141-1** - 176129

## **GARCIA ÁLVAREZ, Belén.**

La carga y descarga en el contrato de transporte de mercancías / Belén García Alvarez. San Sotero : Ediciones jurídicas y sociales, 2011. 342 p. ; 24 cm. (Marcial pons). Bibliografía: p. [323]-340. Índice: p. [9]-16.

**ISBN:** 9788497688987

Direito de transportes / Transporte de mercadorias / Regras de Haia

**G-44-140-18** - 176177

## **GIORGIANNI, Francesco, 1943-**

Il nuovo diritto delle banche e degli intermediari finanziari in Italia e in Europa / Francesco Giorgianni e Carlo-Maria Tardivo. 1ª ed. Bologna : Zanichelli Editore, 2021. XIX, 908 p. ; 24 cm. (Strumenti del diritto). Bibliografia: p. [855]-854. Índice : p. [885]-908.

**ISBN:** 9788808720443

Direito bancário / Bancos / Intermediários financeiros / Instrumentos financeiros / Resolução bancária / Tutela dos depositantes

**G-44-145-28** - 176628

## **GONZÁLEZ PACHÓN, Laura.**

La desprivatización y desjudicialización del derecho de insolvencia : especial referencia a los acuerdos de refinanciación / Laura González Pachón ; pról. Luis Antonio Velasco San Pedro. Madrid [etc.] : Marcial Pons, 2021. 195 p. ; 24 cm. Bibliografía: p. [183]-191.

**ISBN:** 9788413810607

Insolvência -- Espanha / Falência / Recuperação de empresas / Direito da insolvência

**G-44-140-13** - 176538

## **HANDBUCH VERTRAGSVERHANDLUNG UND VERTRAGSMANAGEMENT**

Handbuch Vertragsverhandlung und Vertragsmanagement : Planung, Verhandlung, Design und Durchführung von Verträgen / begründet von Prof. Dr. Benno Heussen ; fortgeführt von Dr. Gerhard Pischel ; bearbeitet von Dr. Jan Curschmann ... [et al.]. 5. Aufl. Köln : Otto Schmidt, 2021. XC, 1425 p. : il. ; 24 cm. Índice : p. 1357-1425.

**ISBN:** 9783504063078

Contrato / Gestão de contratos / Celebração de contratos / Check list / Cumprimento contratual / Carta de intenções / Sociedades comerciais / Contrato de sociedade / Negociação contratual

**G-44-137-13** - 176054

### **L'IMPRESA SOSTENIBILE**

L'impresa sostenibile : alla prova del dialogo dei saperi / a cura di Daniela Caterino, Ivan Ingravallo ; [introduzione Nicola Costantino, Francesco Denozza] ; Pia Acconci ... [et al.]. Lecce : EuriConv, 2020. xxx, 512 p. : il. ; 24 cm. (Dialogi europaei ; 7).

**ISBN:** 9788898717040

Empresas -- responsabilidade social / Empreendimento sustentável

**G-44-145-19** - 176592

### **INSOLVENZRECHT**

Insolvenzrecht : Kommentar / herausgegeben von Martin Ahrens, Markus Gehrlein, Andreas Ringstmeier. 4. Aufl. Hürth : Luchterhand Verlag, 2020. XLVII, 3542 p. ; 24 cm. Índice : p. 3441-3542.

**ISBN:** 9783472095934

Falência / Insolvência / Recuperação de empresas / Órgãos de insolvência / Plano de insolvência / Massa insolvente / Liquidação de massa insolvente / Insolvência transfronteiriça

**G-44-145-26** - 176624

### **JOHNSON, Phillip.**

Ambush marketing and brand protection : law and practice / Phillip Johnson. 3rd ed. Oxford : Oxford University Press, 2021. LXXIX, 573 p. ; 25 cm. Inclui bibliografia. Índice : [551]-573.

**ISBN:** 9780198845201

Publicidade / Marketing / Marcas / Direitos de autor / Direito do consumo

**G-44-137-9** - 175659

### **KASI, Arun.**

The Law of Carriage of Goods by Sea / by Arun Kasi. 1st., ed. Singapore : Springer, 2021. LXXXIII, 580 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. [575]-580.

**ISBN:** 9789813367920

Transporte marítimo / Direito marítimo / Conhecimento de carga / Fretamento de navio

**G-44-143-25** - 176417

### **KOCH, Jens.**

Gesellschaftsrecht / Jens Koch. 12. Aufl. München : C.H. Beck, 2021. XXIX, 481 p. ; 23 cm. (Schriftenreihe der Juristischen Schulung ; Band 57). Inclui bibliografia. Índice : p. [469]-491.

**ISBN:** 9783406770654

Sociedades comerciais / Sociedades de pessoas / Sociedades de capitais / Contrato de sociedade / Administrador de sociedade / Gerente / Direitos dos sócios / Participação social / Património social / Sociedades cotadas / Sociedade por quotas / Sociedade anónima / Deliberações dos sócios / Conselho de administração / Órgãos de fiscalização

**G-44-91S-19** - 175374

**LAURI, Orazio.**

Risanamento d'impresa e continuità aziendale / Orazio Lauri, Alessandro Ireneo Baratta, Gian Matteo Ciampaglia. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. X, 292 p. ; 21 cm. (Teoria e pratica del diritto. Società e fallimento). Includi bibliografia. Índice : p. 291-292.

**ISBN:** 9788828829904

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Mecanismo de alerta precoce / Concordata / Órgão de fiscalização

**G-44-142-30** - 175836

**LECCIONES DE DERECHO MERCANTIL**

Lecciones de derecho mercantil / Aurelio Menéndez, Ángel Rojo, directores ; Rodrigo Uría... [et al.] - 19ª., ed. Cizur Menor : Thomson Reuters : Civitas, 2021. 2 vol. ; 24 cm. (Tratados y manuales).

**ISBN:** 9788413463896 (Vol. 1) / 9788413463919 (Vol. 1) / 9788413463940 (Vol. 2) / 9788413463926 (Vol. 2)

Navio / Contratos comerciais / Compra e venda / Comissão comercial / Contrato de agência / Conta corrente / Depósito mercantil / Direito mercantil / Contrato de transporte / Transporte de mercadorias / Transporte de passageiros / Contratos bancários / Mercado de capitais / Instituições de créditos / Contrato de seguro / Aeronaves / Títulos de crédito / Falência / Insolvência / Recuperação de empresas / Empresário / Empresa / Estabelecimento comercial / Contabilidade / Registo comercial / Propriedade intelectual / Propriedade industrial / Marca / Direito da concorrência / Sociedades comerciais / Sociedade em nome coletivo / Sociedade anónima / Sociedades por quotas / Participação social / Conselho de administração / Alteração do contrato de sociedade / Dissolução de sociedades / Grupos de sociedades / Liquidação de sociedades

**G-44-141-5** - 175670

**G-44-141-4** - 175669

**LETTL, Tobias.**

Handelsrecht : ein Studienbuch / von Tobias Lettl. 5. neubearbeitete Aufl. München : C. H. Beck, 2021. xxxiii, [1], 325 p. : il. ; 24 cm. (Kurzlehrbücher für das juristische studium). Índice: p. 317-325.

**ISBN:** 9783406752926

Direito comercial -- Alemanha / Comerciante / Registo comercial / Firma / Representação comercial / Contrato de agência / Contrato de franquia / Conta corrente / Compra e venda mercantil / Contrato de transporte / Mandato comercial / Comissário comercial

**G-44-140-10** - 175861

**LOOKOFSKY, Joseph M., 1945-**

Convention on Contracts for the International Sales of Goods (CISG) / Joseph Lookofsky. 3rd ed. Alphen aan den Rijn : Wolters Kluwer, [2020]. 250 p. ; 22 cm. Bibliografia: p. 239-243.

**ISBN:** 9789403526935

Exportação -- contratos / Comércio -- regulação

**G-44-145-32** - 175713

**LUCAS, François-Xavier, 1969-**

Manuel de droit de la faillite : prévention, restructuration, liquidation / François-Xavier Lucas. 3e éd. mise à jour. Paris : PUF, 2021. 396 p. ; 22 cm. (Droit fondamental. Manuels). Bibliografia no final de cada capítulo. Índice: p. [391]-396.

**ISBN:** 9782130813316

Recuperação de empresas / Direito da insolvência / Insolvência culposa / Plano de insolvência / Liquidação do ativo / Falência

**G-44-145-22** - 176662

**MOTA, Pedro Infante.**

Acordos comerciais preferenciais / Pedro Infante Mota. Coimbra : Almedina, 2022. 485 p. : il. ; 23 cm. (Manuais universitários). Bibliografia: p. 477-482. Índice: p. 483-485.

**ISBN:** 9789894001157

Acordos comerciais / Resolução de litígios

**G-44-145-11** - 176545

**PINHEIRO, Luís de Lima, 1956-**

Estudos de direito marítimo / Luís de Lima Pinheiro. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 308 p. ; 23 cm. Índice: p. 305-308.

**ISBN:** 9789726296799

Direito marítimo / Navio / Transporte marítimo / Armador / Fretamento de navio / Conhecimento de carga / Hipoteca marítima / Créditos marítimos / Transporte multimodal / Salvação marítima / Contrato de reboque / Seguro marítimo / Avaria grossa / Abalroação

**G-44-143-32** - 176413

**PORTUGAL. Leis, decretos, etc.**

Compra e venda e fornecimento de conteúdos e serviços digitais : anotação ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro / Jorge Morais Carvalho. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 163 p. ; 23 cm. (Legislação anotada).

**ISBN:** 9789894001836

Bens digitais / Conteúdos digitais / Serviços digitais / Direitos dos consumidores

**G-44-145-12** - 176544

**PRIVATINSOLVENZRECHT**

Privatinsolvenzrecht : Kommentar / herausgegeben von Dr. Andreas Schmidt. 2. Aufl. Hürth : Carl Heymanns Verlag, 2022. XXXVI, 1670 p. ; 22 cm. Índice : p. 1631-1670.

**ISBN:** 9783452296948

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Administrador da insolvência / Massa insolvente / Liquidação da massa insolvente / Plano de insolvência / Exoneração do passivo restante

**G-44-145-31** - 176625

**RAMOS, Maria Elisabete, 1966-**

O contrato de seguro entre a liberdade contratual e o tipo / Maria Elisabete Gomes Ramos. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 192 p. ; 23 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 171-192.

**ISBN:** 9789724099842

Contrato de seguro -- Portugal

**G-44-145-15** - 176550

**REFORMA TRABALHISTA COMENTADA POR JUÍZES DO TRABALHO**

Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho : artigo por artigo : atualizada até a Lei n. 13.660/2018 e o fim da vigência da MP n. 808/2017 / Daniel Lisbôa, José Luccio Munhoz organizadores. São Paulo : LTr, 2018. 588 p. ; 28 cm. Bibliografia: p. [580]-588.

**ISBN:** 9788536197104

Direito do trabalho -- legislação -- Brasil / Reforma constitucional -- Brasil

**L-3A-26-35** - 176612

**RETRIBUCIÓN DE CONSEJEROS**

Retribución de consejeros / Santiago Hierro Anibarro (Dir) ; autores, Amanda Cohen Benchetrit y otros. Madrid : Marcial Pons, 2020. 1174 p. ; 25 cm. Bibliografia no final de cada capítulo.

**ISBN:** 9788491237792

Conselho de administração -- Espanha / Administradores de sociedades -- direito e legislação -- Espanha / Salários -- direito e legislação

**G-44-145-8** - 176207

**LA RIFORMA DELLE PROCEDURE CONCORSUALI**

La riforma delle procedure concorsuali : in ricordo di Vincenzo Buonocore / a cura di Alberto Jorio e Roberto Rosapepe. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XIII, 418 p. ; 24 cm. (Quaderni di giurisprudenza commerciale ; 435). Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9788828829867

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Mecanismos de alerta precoce / Acordo de reestruturação / Concordata / Insolvência transfronteiriça / Grupos de sociedades / Buonocore, Vincenzo, 1932-2009, pessoa a quem é dedicada a obra.

**G-44-145-29** - 176627

**RODRIGUES, André Alfar.**

Manual teórico-prático de compliance / André Alfar Rodrigues. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 255 p. ; 23 cm. (Manuais profissionais). Bibliografia: p. 245-254. Índice: p. 11-14.

**ISBN:** 9789894001164

Direito comercial / Compliance / Branqueamento de capitais

**G-44-145-10** - 176546

**SCHWAMPE, Dieter.**

Transport law in Germany / Dieter Schwampe. The Netherlands : Wolters Kluwer, 2018. 257 p. ; 23 cm. This book was originally published as a monograph in the International Encyclopaedia of Laws/Transport Law. Bibliografia: p. 247-248. Índice : p. 249-257.

**ISBN:** 9789403503158

Direito dos transportes / Direito marítimo -- Alemanha / Navegação interior -- Alemanha / Transporte marítimo / Transporte rodoviário / Transporte aéreo / Transporte ferroviário

**G-44-140-14** - 175712

**SMART CONTRACTS**

Smart contracts : technological business and legal perspectives / Edited by Marcelo Corrales Compagnucci, Mark Fenwick and Stefan Wrba. Oxford [etc.] : Hart, 2021. vii, 204 p. : il. ; 24 cm. Índice: p. [195]-204.

**ISBN:** 9781509937028

Inteligência artificial / Smart contracts / Proteção de dados

**G-44-138-29** - 175663

**STAZI, Andrea, 1978-**

Smart contracts and comparative law : a western perspective / Andrea Stazi. Cham : Springer : G. Giappichelli Editore, 2021. viii, 146 p. ; 24 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: vii-viii

**ISBN:** 9783030832391

Contratos automáticos / Smart contracts / Comércio eletrônico / Informática / Telemática / Inteligência artificial

**G-44-138-33** - 176664

**TETTENBORN, Andrew.**

Marsden and Gault on collisions at sea / Andrew Tettenborn, John Kimbell. 15th. ed. London : Sweet & Maxwell : Thomson Reuters, 2021. cxli, 975 p. : il. ; 25 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 929-975.

**ISBN:** 9780414070356

Colisão no mar / Abalroamento / Segurança marítima / Direito marítimo -- Grã-Bretanha / Navegação

**G-44-143-24** - 176410

**TOMBARI, Umberto.**

Corporate power and conflicting interests : what purpose and whose interests should corporate directors pursue? / Umberto Tombari. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XVII, 119 p. ; 22 cm. Bibliografia: p. [95]-119.

**ISBN:** 9788828827733

Governança das sociedades / Conflito de interesses / Sociedades sem fins lucrativos

**G-44-145-20** - 176618

**TRANSNATIONAL PROTOCOLS**

Transnational protocols : a cooperative tool for managing cross-border insolvency / Daniele Vattermoli ...[et al.]. Milano : Wolters Kluwer ; [Padova] : CEDAM, cop. 2021. xviii, 478 p . ; 24 cm. Includi bibliografia.

**ISBN:** 9788813376260

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Insolvência transfronteiriça / Administrador da insolvência

**G-44-145-23** - 176621

**TRAVASSOS, João de.**

O presidente da (mesa) da Assembleia Geral : a problemática da cessação das funções do presidente permanente / João de Travassos. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 139 p. ; 23 cm. (Monografias). Índice. Bibliografia: p. 129-134.

**ISBN:** 9789724098449

Presidente da assembleia geral

**G-44-145-14** - 176549

**VANZETTI, Adriano.**

Manuale di diritto industriale / Adriano Vanzetti, Vincenzo Di Cataldo, Marco S. Spolodoro. 9.<sup>a</sup> ed. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XXIV, 679 p. ; 22 cm.

**ISBN:** 9788828820833

Direito industrial / Propriedade industrial / Marcas / Firma / Invenções / Modelos / Patentes / Modelo / Direito da concorrência / Direito industrial / Abuso de posição dominante / Controlo das concentrações

**G-44-145-27** - 176623

**VERCHER MOLL, Javier.**

La posición jurídica del liquidador de la sociedad de capital / Javier Vercher Moll ; Prólogo de Juan Bataller Grau y Jesús Olavarría Iglesia. Madrid [etc.] : Ediciones Jurídicas y Sociales, 2021. 157 p. ; 24 cm. (Marcial Pons). Bibliografía: p. [144]-154. Índice: p. [155]-157.

**ISBN:** 9788413812298

Dissolução de sociedades / Liquidação de sociedades / Capacidade das sociedades / Deveres fiduciários

**G-44-138-32** - 176662

**VICARI, Andrea.**

European company law / Andrea Vicari. Berlin ; Boston : De Gruyter, 2021. XIV, 327 p. ; 23 cm. Índice: p. [324]-327.

**ISBN:** 9783110722468

Sociedades comerciais / Transferência de rede / Constituição de sociedades / Duelo Europeu de Sociedades / Capital social / Conselho de administração / Ações / Financiamento das sociedades / Direitos dos sócios / Sócio minoritário / Grupos de sociedades / Contabilidade das sociedades / Sociedades cotadas / Sociedade Anónima Europeia

**G-44-138-21** - 176023

**VIEIRA, Iva Carla.**

Manual prático das assembleias gerais / Iva Carla Vieira, Angelina Barbosa Leão. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 333 p. ; 23 cm. (Manuais profissionais). Índice: p. 329-333.

**ISBN:** 9789894000884

Direito comercial / Assembleia geral / Sociedades

**G-44-145-9** - 176547

## **Ciências Jurídico-Civilísticas**

### **EMBEDDING THE PRINCIPLES OF LIFE TIME CONTRACTS**

Embedding the principles of life time contracts : a research agenda for contract law / Luca Ratti (ed). The Hague : Eleven International Publishing, 2018. x, 332 p. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas.

**ISBN:** 9789462367739

Direito privado / Direito contratual / Contratos vitalícios

**B-18-132-1** - 176642

### **EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO DIREITO CIVIL**

Evolução tecnológica no direito civil / [comissão científica António Pinto Monteiro .. et al.]. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2021. 184 p. ; 23 cm. (Encontros de direito civil ; 3). Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9789725408001

Direito civil -- ensaios / Plataformas digitais / Processamento de dados / Inteligência artificial

**B-18-130-27** - 175524

### **GONÇALVES, Diogo Costa.**

Lições de direitos de personalidade : dogmática geral e tutela nuclear / Diogo Costa Gonçalves. 1ª ed. Cascais : Principia, 2022. 460 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. [425]-450. Índice: p. [451]-460.

**ISBN:** 9789897162855

Direitos de personalidade

**B-18-131-20** - 176613

### **LEVADA, Filipe Antônio Marchi.**

Garantias auto executáveis / Filipe Antônio Marchi Levada. São Paulo : Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2022. 370 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 313-326.

**ISBN:** 9786559913565

Direito constitucional / Garantias

**B-18-131-19** - 176591

**MENDES, João de Castro, 1929-1983.**

Manual de processo civil / João de Castro Mendes, Miguel Teixeira de Sousa. Lisboa : AAFDL, 2022. 2 vol. ; 24 cm.

**ISBN:** 9789726297406 (Vol. 1) / 9789726297468 (Vol. 2)

Processo civil -- manual

**SL- L-4-40** - 176534

**SL- L-4-41** - 176536

**B-13-69-13** - 176535

**B-13-69-14** - 176537

**PORTUGAL. Leis, decretos, etc.**

Código de processo civil : anotado / José Lebre de Freitas, Armando Ribeiro Mendes, Isabel Alexandre. 3.ª ed. Coimbra : Edições Almeda, - . vol. ; 24 cm. (Códigos anotados). Inclui bibliografia. Vol. 3, Artigos 627º. a 877º. 2022

**ISBN:** 9789894003281

Processo civil -- código -- Portugal

**B-13-69-15** - 176540

**SL- A-4-29** - 176541

## **Ciências Jurídico-Criminais**

**COSTA, Baltazar Ireneu da.**

O Instituto do Habeas Corpus no processo penal angolano / Baltazar Ireneu da Costa. Coimbra : Ed. do Autor, 2022. xiii, 164 p. ; 23 cm. Orig. dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2015, sob orientação de Pedro Caeiro. Bibliografia: p. 156-159. Índice: p. 161-164.

**ISBN:** 9789893329450

Habeas corpus / Processo penal -- Angola

**G-82-51-15** - 176637

**LEIS PENAIS ESPECIAIS COMENTADAS**

Leis penais especiais comentadas : na visão do STF, STJ e TSE / Coodenador Igor Pereira Pinheiro ; Alex Alves do Nascimento ... [et al.]. Leme : Mizuno, 2021. 2121 p. ; 24 cm. Inclui referências bibliográficas.

**ISBN:** 9786555261622

Direito penal -- Brasil

**G-48-17-1** - 176635

**VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, 1970-**

Cadeia de custódia da prova / Manuel Monteiro Guedes Valente. 3ª ed. Coimbra : Almedina, 2021. 98 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 91-94. Índice: p. 97-98.

**ISBN:** 9789724099675

Direito penal / Custódia / Prova

**G-82-51-10** - 176556

**VEIGA, António Miguel, 1967-**

Direito penal do bem jurídico e direito penal expansionista : "gémeos separados à nascença"? / António Miguel Veiga. [S.l.] : [s.n.], 2021. p. [177]-215 ; 24 cm. Sep. de: Revista Portuguesa de Direito Constitucional, N.º 1(2021)

Direito penal expansionista / Bem jurídico / Dignidade humana

**G-82-51-13** - 176611

## **Ciências Jurídico-Económicas**

**ADAMSKI, Dariusz, 1975-**

Redefining European economic integration / Dariusz Adamski. Cambridge : Cambridge University Press, 2018. xxxv, 480 p. ; 24 cm. (Cambridge studies in European law and policy). Inclui bibliografia: p. 455-490.

**ISBN:** 9781108421423

Política e governo -- Países da União Europeia / Política económica / Integração económica

**J-56-61-32** - 176606

**CRUZ, Isabel Maria Correia da.**

Aplicações de contabilidade financeira : [enquadramento teórico e casos práticos] / Isabel Cruz, Susana Jorge, Liliana Pimentel. 2.ª ed. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 325 p. : il. ; 23 cm. (Contabilidade).

**ISBN:** 9789724098517

Contabilidade financeira / Normalização contabilística

**J-56-61-28** - 176542

**FERNANDES, Abel L. Costa.**

As políticas monetárias não convencionais da actualidade / Abel L. Costa Fernandes, Paulo R. Tavares Mota. 1.ª ed. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 104 p. : il. ; 23 cm. (Economia e finanças). Índice. Bibliografia: p. 93-101.

**ISBN:** 9789724099736

Política monetária não convencional

**J-56-61-27** - 176543

**INAMA, Stefano.**

Rules of Origin in ASEAN : a way forward / Stefano Inama, Edmund W. Sim. Cambridge : Cambridge University Press, 2015. xxii, 412 p. ; 24 cm. (Integration through Law. The Role of Law and the Rule of Law in ASEAN Integration ; 1). Bibliografia: p. 399-400. Índice: p. 401-412.

**ISBN:** 9781107472440

Comércio internacional / Tarifas -- legislação -- Sudeste Asiático

**J-56-61-30** - 176608

**PELKMANS, Jacques.**

The ASEAN economic community : a conceptual approach / Jacques Pelkmans. Cambridge : Cambridge University Press, 2016. xvi, 231 p. ; 24 cm. (Integration through Law. The Role of Law and the Rule of Law in ASEAN Integration). Bibliografia: p. 211-222. Índice: p. 223-231.

**ISBN:** 9781107590731

Comércio internacional / Tarifas -- legislação -- Sudeste Asiático

**J-56-61-31** - 176609

**ROUTLEDGE HANDBOOK OF THE ECONOMICS OF EUROPEAN INTEGRATION**

Routledge handbook of the economics of European integration / edited by Harald Badinger and Volker Nitsch. New York : Routledge, 2019. xix, 515 p. : il. ; 25 cm. (Routledge international handbooks). Inclui bibliografia. Índice : p. 497-515.

**ISBN:** 9780367869489 / **DOI** 10.4324/9781315796918

União Europeia / Política monetária -- Países da União Europeia / Política económica / História económica / Economia política / Integração económica

**J-56-61-15** - 175725

## **Ciências Jurídico-Filosóficas**

**BILCHITZ, David.**

Jurisprudence in an African context / David Bilchitz, Thaddeus Metz, Oritsegbubemi Oyowe. Cape Town : Oxford University Press, 2020. xxv, 294 p. ; 24 cm. (Jurisprudence). Bibliografia: p. [277]-283. Índice: p. [286]-294.

**ISBN:** 9780199048496

Jurisprudência -- África / Direito constitucional -- África

**Gab. 1-8-10B-14** - 175292

**GROSSI, Paolo, 1933-**

Prima lezione di diritto / Paolo Grossi. 27. ed. Roma : Laterza, 2020. 120 p. ; 18 cm. (Universale Laterza. Prime lezioni ; 806). Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9788842064367

Filosofia do direito / Teoria do direito / Direito natural / Ciência do direito

**Gab. 1-12-71-10** - 169544

## Ciências Jurídico-Históricas

### **CARDOSO, José Luís, 1956-**

O Banco de Lisboa e a revolução liberal de 1820 / José Luís Cardoso ; [revisão Raul Henriques]. Lisboa : Banco de Portugal, 2021. 366 p. : il. ; 25 cm. Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9789896787806

Banco de Lisboa -- Portugal / História económica / Sistemas bancários -- Portugal / Circulação monetária / Dívida pública / Revolução liberal -- Portugal -- 1820

**C-18-33-13** - 176593

### **NORONHA, Ibsen, 1970-**

Uma visão transcendente da independência do Brasil / por Ibsen Noronha ; prefácio S.A.I.R. Dom António de Orleans e Bragança. Porto : Caminhos Romanos & Livraria Resistência Cultural Editora, 2022. 145 p. : il. ; 22 cm. (Ensaio brasileiro). Índice onomástico: p. 139-145.

**ISBN:** 9786599442049

Independência -- Brasil -- 1822 / Emancipação política / Ensaio -- história e crítica / Brasil -- história

**C-18-33-14** - 176663

### **PERSPECTIVAS DA CIDADANIA NO BRASIL IMPÉRIO**

Perspectivas da cidadania no Brasil império / José Murilo de Carvalho e Adriana Pereira Campos ; [Leslie Bethell ... et al.]. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 2011. 517 p. : il. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 5-8.

**ISBN:** 9788520010334

História do Direito / Cidadania -- Brasil -- séc. 19 / Política e governo -- Brasil

**C-18-33-10** - 176178

## Ciências Jurídico-Políticas

### **ALVES, Edmundo.**

Francisco Lucas Pires : o desafio da liberdade / Edmundo Alves. Lisboa : Assembleia da República. Divisão de Edições, 2022. 245 p. : il. ; 25 cm. (Parlamento ; 84. Parlamentares do Regime Democrático).

**ISBN:** 9789725567630

Pires, Francisco Lucas, 1944-1998

**J-90-27-30** - 176634

**AMOO, Samuel K.**

An introduction to Namibian law : materials and cases / S.K. Amoo. Windhoek : UNAM Press, University of Namibia, 2018. II, 482 p. : il. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas

**ISBN:** 9789991642413

Administração da Justiça / Namibia -- direito

**D-12-177-1** - 175168

**ANKERSMIT, Laurens, 1984-**

Green trade and fair trade in and with the EU : process-based measures within the EU legal order / Laurens Ankersmit. New York : Cambridge University Press, 2017. xxix, 266 p. ; 24 cm. (Cambridge studies in European law and policy).

**ISBN:** 9781107191228

Comércio livre -- aspectos económicos -- Países da União Europeia / Concorrência desleal -- Países da União Europeia / Tributação -- legislação

**D-12-183-38** - 176597

**ASEAN'S EXTERNAL AGREEMENTS**

ASEAN's external agreements : law, practice and the quest for collective action / Marise Cremona ... [et al.] . Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2015. XVIII, 520 p. : il. ; 23 cm. (Integration through law. The role of law and the rule of law in ASEAN integration ; 4). Índice: p. 567-598.

**ISBN:** 9781107498150

ASEAN -- acordos externos

**D-12-183-32** - 176610

**BRASIL, Bárbara Dayana.**

Direitos humanos e investimento estrangeiro : perspectivas para interação / Bárbara Dayana Brasil. Rio de Janeiro : Editora Lumen Juris, 2019. 560 p. ; 24 cm. Orig. Tese de doutoramento em Direito (Direito Público), apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2017, sob orientação de Jónatas Machado. Bibliografia: p. 457-560.

**ISBN:** 9788551913550

Direitos humanos / Direito internacional público / Investimento estrangeiro / Desenvolvimento sustentável / Direito público / Globalização

**D-12-183-40** - 176629

**CHESTERMAN, Simon.**

From community to compliance? : the evolution of monitoring obligations in ASEAN / Simon Chesterman. New York : Cambridge University Press, 2015. xv, 180 p. ; 22 cm.

**ISBN:** 9781107490512

Integração económica -- Sudeste Asiático / Política e governo / ASEAN

**D-12-183-39** - 176506

**CHEVALLIER, Jacques.**

Science administrative / Jacques Chevallier. 6e éd. mise à jour. Paris : Presses Universitaires de France, 2019. XX, 613 p. ; 22 cm. (Thémis). Índice: p. [591]-613

**ISBN:** 9782130814924

Direito administrativo / Poder administrativo

**J-117-85-27** - 175838

**COURTING SOCIAL JUSTICE**

Courting social justice : judicial enforcement of social and economic rights in the developing world / edited by Varun Gauri, Daniel M. Brinks. Cambridge : Cambridge University Press, 2008. xix, 363 p. : il. ; 23 cm. Incul referências bibliográficas.

**ISBN:** 9780521145169

Direitos humanos / Direitos sociais -- países em desenvolvimento / Política económica

**D-12-178-10** - 175276

**DIGITAL CONTENT & DISTANCE SALES**

Digital content & distance sales : new developments at EU Level / Ignace Claeys, Evelyne Terryn. Cambridge [etc.] : Intersentia, 2017. XIV, 361 p. : il. ; 26 cm. (Cambridge books online).

**ISBN:** 9781780684154

Marketing digital / Marketing estratégico / Comércio eletrónico / Regulação

**D-12-184-1** - 176639

**DOUGAN, Michael.**

National remedies before the Court of Justice : issues of harmonisation and differentiation / Michael Dougan. Oxford ; Portland : Hart Publishing, 2004. lvi, 418 p. ; 24 cm. (Modern studies in European law ; 4). Bibliografia: p. [397]-405. Índice : p. [407]-418.

**ISBN:** 9781841133959

Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias / Remédios -- Países da União Europeia

**D-12-183-13** - 176009

**EUROPEAN DEMOCRACY IN CRISIS**

European democracy in crisis : politics under challenge and social movements / Hauke Brunkhorst, Dragica Vujadinović and Tanasije Marinković (eds). The Hague : Eleven International Publishing, 2018. vii, 189 p. ; 25 cm. (Democracy and the rule of law ; 7). Incul referências bibliográficas.

**ISBN:** 9789462367999

Crise / Democracia / Movimentos sociais

**D-12-184-4** - 176643

**A EUROPEAN SOCIAL UNION AFTER THE CRISIS**

A European social union after the crisis / edited by Frank Vandenbroucke, Catherine Barnard, Geert De Baere. Cambridge : Cambridge University Press, 2017. xvii, 522 p. : il. ; 23 cm. Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9781108415781

Política social -- Europa / Governação -- Europa / Solidariedade social -- Europa / Unificação europeia

**D-12-183-28** - 176604

**FONTANA I LÁZARO, Josep, 1931-2018.**

Capitalismo y democracia : 1756-1848 : cómo empezó este engaño / Josep Fontana ; traducción castellana de Silvia Furió. Barcelona : Crítica, 2019. 202 p. ; 24 cm.

**ISBN:** 9788491991045

Democracia / Capitalismo -- aspectos políticos / Capitalismo -- história / Desigualdade social / Conflitos sociais

**D-12-176-15** - 175098

**FONTES, José, 1970-**

Da descoberta e da recuperação dos proveitos ilegítimos : contributo para a sustentabilidade dos Estados e das democracias / José Fontes, Nelson da Cruz ; prefácio de Laura Codruta Kövesi ; posfácio de José Eduardo Guerra. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 141 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. 137-141.

**ISBN:** 9789724099804

Recuperação de activos do crime / Criminalidade económica / Branqueamento de capitais

**D-12-182-43** - 176554

**GARCÍA CALVENTE, Yolanda.**

Fiscalidad y sesgos de género / coordinadora María del Mar Soto Moya; autores Yolanda García Calvente, Mercedes Ruiz Garijo, José Francisco Sedeño López. Valencia : Tirant lo Blanch, 2020. 201 p. ; 22 cm. (Tirant tributario. Temática).

**ISBN:** 9788413368405

Derecho fiscal / Igualdad de género

**E-11-52-18** - 176225

**GODINHO, João Carlos Carvalho.**

A (re)discussão dos fundamentos da vacinação humana obrigatória / João Carlos Carvalho Godinho ; [prefácio Luísa Neto]. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 145 p. ; 20 cm. (Ideias jurídicas). Orig. diss. de mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Bibliografia: p. 137-145.

**ISBN:** 9789894002611

Vacinação obrigatória / Protecção da saúde

**D-12-182-44** - 176553

**GREER, Steven, 1956-**

Human rights in the Council of Europe and the European Union : achievements, trends and challenges / Steven Greer, Janneke Gerards, Rose Slowe. Cambridge : Cambridge University Press, 2018. xlix, 510 p. ; 24 cm. (Cambridge studies in European law and policy). Bibliografia: p. 455-490. Índice: p. 491-510.

**ISBN:** 9781107025509

Direitos humanos -- União Europeia

**D-12-183-30** - 176602

**THE HUMAN FACE OF THE EUROPEAN UNION**

The human face of the European Union : are EU law and policy humane enough? / Edited by Nuno Ferreira and Dora Kostakopoulou ; assistant editors Julia Bradshaw and Swati Gola. New York : Cambridge University Press, 2016. xi, 434 p. ; 23 cm.

**ISBN:** 9781107077225

Direito constitucional / Política social -- Países da União Europeia

**D-12-183-34** - 176596

**KOH, Kheng Lian.**

ASEAN environmental legal integration : sustainable goals? / Kheng-Lian Koh, Nicholas Robinson, Lin-Heng Lye. Cambridge : Cambridge University Press, 2016. xviii, 251 p. : il. ; 22 cm. (Integration through Law. The Role of Law and the Rule of Law in ASEAN Integration ; 13). Índice: p. 240-251.

**ISBN:** 9781316604311

Recursos naturais -- conservação / Desenvolvimento sustentável -- Sudeste Asiático / Meio ambiente -- proteção -- Sudeste Asiático

**D-12-183-31** - 176607

**THE KONGO KINGDOM**

The Kongo Kingdom : the origins, dynamics and cosmopolitan culture of an African polity / Edited by Koen Bostoen, Inge Brinkman. New York : Cambridge University Press, 2018. xii, 322 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 275-313.

**ISBN:** 9781108463928

Reino do Congo -- história / Civilização / Política -- África

**D-12-177-7** - 175194

**MALETIĆ, Isidora.**

The law and policy of harmonisation in Europe's internal market / Isidora Maletić. Cheltenham : Edward Elgar, 2013. ix, 214 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 194-202. Índice : p. 203-214.

**ISBN:** 9781781004135

Direito internacional / Liberdade de circulação -- Países da União Europeia / Integração económica / Comércio livre / Regulação do comércio -- Países da União Europeia

**D-12-183-14** - 175916

**MENDEZ, Fernando, 1972-**

Referendums and the European Union : a comparative inquiry / Fernando Mendez, Mario Mendez and Vasiliki Triga. New York : Cambridge University Press, 2015. xiv, 267 p. ; 23 cm. (Cambridge studies in European law and policy).

**ISBN:** 9781316603369

Direito internacional / Integração europeia / Referendo

**D-12-183-36** - 176600

**MORENO GONZÁLEZ, Saturnina.**

Tax rulings : intercambio de información y ayudas de Estado en el contexto post-BEPS / Saturnina Morenp González; prólogo de María Teresa Soler Roch. Valencia : Tirant lo Blanch, 2017. 319 p. ; 22 cm. (Tirant tributario. Temática). Bibliografía: p. [307]-319.

**ISBN:** 9788491695288

Fraude fiscal / Empresas multinacionais -- impostos / Direito tributário internacional / Direito fiscal / BEPS

**E-11-52-24** - 176539

**NGUITRAGOOL, Paruedee.**

ASEAN as an actor in international fora : reality, potential and constraints / Paruedee Nguitrageol and Jürgen Rüländ. Cambridge : Cambridge University Press, 2015. xxv, 330 p. ; 22 cm. (Integration through law. The role of law and the rule of law in ASEAN integration). Bibliografía: p. 280-311. Índice: p. 312-330.

**ISBN:** 9781107503885

ASEAN / Negociação -- Sudeste asiático / Regionalismo / Integração económica

**D-12-181-29** - 176510

**NGUYEN, Hoai-Thu.**

An uneven balance? : a legal analysis of power asymmetries between national parliaments in the EU / Hoai-Thu Nguyen. The Hague : Eleven International Publishing, 2018. xv, 244 p. : il. ; 25 cm. Orig. tese apresentada à Universidade de Maastricht em 2018. Bibliografía: p. 217-244.

**ISBN:** 9789462368613

Parlamento Europeu / Estados membros / Órgãos legislativos

**D-12-184-3** - 176641

**NOCETE CORREA, Francisco José.**

La tributación de la economía digital en el contexto internacional, europeo y español / Francisco José Nocete Correa. Valencia : Tirant lo Blanch, 2020. 144 p. ; 22 cm. (Tirant tributario. Temática). Bibliografía: p. [139]-144.

**ISBN:** 9788413138169

Multinacionais / Delitos tributários / Direito tributário internacional / Empresas virtuais -- Impostos / Evasão fiscal / Direito fiscal

**E-11-52-19** - 176224

**NUNES, A. J. Avelãs, 1939-**

O novembro que abril não merecia / António Avelãs Nunes. Lisboa : Associação Conqistas da Revolução, 2022. 213 p. ; 23 cm.

**ISBN:** 9789893331361

Revolução de Abril -- 1974 -- Portugal / 25 de Novembro -- Portugal -- 1975 / Militares de abril

**D-12-181-36** - 176651

**THE OXFORD HANDBOOK OF CONSTITUTIONAL LAW IN LATIN AMERICA**

The Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America / edited by Conrado Hübner Mendes, Roberto Gargarella and Sebastian Guidi. Oxford : Oxford University Press, 2022. XXVI, 943 p. : il. ; 25 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. [913]-943.

**ISBN:** 9780198786900

Direito constitucional -- América latina

**D-12-182-33** - 176450

**PROMOTING COMPLIANCE**

Promoting compliance : the role of dispute settlement and monitoring mechanisms in ASEAN instruments / Robert Beckman ... [et al.]. Cambridge : Cambridge University Press, 2016. xix, 306 p. ; 22 cm. (Integration through law. The role of law and the rule of law in ASEAN integration ; 12). Bibliografia: p. 281-295. Índice: p. 297-306.

**ISBN:** 9781316507827

Solução pacífica de controvéncias internacionais / Gestão de conflitos -- Sudeste Asiático / ASEAN

**D-12-181-30** - 176511

**RELATIONS COMMERCIALES INTERNATIONALES**

Relations commerciales internationales : l'Union européenne et l'Amérique du Nord à l'heure de la Nouvelle Route de la soie / sous la direction de Olivier Delas. Bruxelles : Bruylant, 2020. XII, 550 p. : il. ; 24 cm. (Mondialisation et droit international ; 30).

**ISBN:** 9782802768463

Direito internacional / Direito comercial / Relações económicas internacionais -- China -- Países da União Europeia / Relações económicas internacionai -- América do Norte -- China / Rotas comerciais / Rota da seda

**J-140-31-20** - 176134

**ROEBEN, Volker.**

Towards a European Energy Union : European energy strategy in international law / Volker Roeben. Cambridge : Cambridge University Press, 2018. xiii, 271 p. ; 22 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 255-271.

**ISBN:** 9781107142817

Política energética -- União Europeia / Energia -- legislação / Energia -- indústria / Regulação

**D-12-182-30** - 176507

**SARLET, Ingo Wolfgang, 1963-**

Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luis Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. 9.<sup>a</sup> ed. rev. e atualizada. São Paulo : Saraiva, 2020. 1552 p. ; 25 cm. Bibliografia: p. [1464]-1552.

**ISBN:** 9788553613731

Direito constitucional / Teoria da constituição / Poder constituinte / Sistema constitucional / Direitos fundamentais / Garantias constitucionais

**D-12-182-34** - 176209

**SMART PUBLIC PROCUREMENT AND LABOUR STANDARDS**

Smart public procurement and labour standards : pushing the discussion after RegioPost / edited by Albert Sanchez-Graells. Oxford ; Portland : Hart Publishing, 2018. 293 p. ; 24 cm.

**ISBN:** 9781509939503

Compras públicas -- direito e legislação -- Países da União Europeia / Direito do trabalho -- Países da União Europeia / Contratos administrativos -- Países da União Europeia / Direito administrativo

**J-117-85-30** - 175844

**TUORI, Kaarlo, 1948-**

European constitutionalism / Kaarlo Tuori. New York : Cambridge University Press, 2015. xv, 401 p. ; 24 cm. (Cambridge Studies in European Law and Policy). Bibliografia: p. 359-372. Índice: p. 373-401.

**ISBN:** 9781107087095

Constitucionalismo / Direito constitucional / Constituição -- países da União Europeia

**D-12-183-37** - 176599

**UYTTENDAELE, Marc.**

Trente leçons de droit constitutionnel / Marc Uyttendaele ; préface de Paul Martens. 3e., éd. Limal : Anthemis, 2020. 1097 p. : il. ; 24 cm. (Précis de la faculté de droit de l'Université libre de Bruxelles). Inclui bibliografia.

**ISBN:** 9782807206991

Instituições políticas -- Bélgica / Direito público -- Bélgica / Direito constitucional -- Bélgica

**D-12-182-32** - 176125

**VÁZQUEZ TAÍN, Miguel A.**

Fiscalidad del comercio electrónico : impuesto sobre el valor añadido : nueva regulación aplicable desde el 1 de julio de 2021 / Miguel A Vázquez Taín. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 431 p. : il. ; 22 cm. (Tirant tributario. Temática).

**ISBN:** 9788413975245

Comércio eletrónico -- impostos -- Espanha / Direito fiscal / IVA

**E-11-52-12** - 175748

## **VERSAMMLUNGSRECHT**

Versammlungsrecht : des Bundes und der Länder : Völker- und Europarecht, GG, VersammlG, StGB, Landesrecht, Geschichte / Michael Breitbach, Dieter Deiseroth (Hrsg) ; begründet von Helmut Ridder ... [et al.]. 2. Aufl. Baden-Baden : Nomos, 2020. 1699 p. ; 25 cm. (NomosKommentar). Índice: p. 1663-1699.

**ISBN:** 9783848705382

Direito de associação / Direitos fundamentais -- Alemanha

**D-12-175-11** – 175082

## **Vária**

### **COUTINHO, Diana Sofia Araújo.**

As problemáticas e os desafios contemporâneas em torno da gestação de substituição / Diana Sofia Araújo Coutinho. Coimbra : Almedina, 2022. 1008 p. ; 24 cm. (Teses de doutoramento). Orig. tese de doutoramento em Ciências Jurídicas, na vertente de Ciências Jurídicas Privatísticas, na Escola de Direito da Universidade do Minho. Bibliografia: p. 931-1008.

**ISBN:** 9789894003274

Gestação de substituição / Maternidade de substituição / Direitos fundamentais / Procriação medicamente assistida / Direito internacional privado

**I-6-20-36** – 176658

### **KOVAČ, Mitja.**

Judgement-proof robots and artificial intelligence : a comparative law and economics approach / by Mitja Kovač. 1st ed. Cham : Palgrave Macmillan, 2020. XV, 153 p. : il. ; 22 cm. (Palgrave pivot). Inclui bibliografia. Índice : p. [149]-153.

**ISBN:** 9783030536435 / **DOI** 10.1007/9783030536442

Economia política / Inteligência artificial -- direito e legislação / Mass media / Robôs / Regulamentação / Política tecnológica / Responsabilidade penal

**J-92-22-22** - 176096

### **OLIVEIRA, Magno Gomes de.**

Colaboração premiada / Magno Gomes de Oliveira. Fortaleza : Littere Editora, 2020. 110 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. 97-110.

**ISBN:** 9786588739006

Justiça negociada

**J-90-23-27** - 174155

**A SAÚDE REINVENTADA**

A saúde reinventada : novas perspetivas sobre a medicalização da vida / Tiago Pires Marques, Sílvia Portugal orgs. 1.ª ed. Coimbra : Edições Almedina : CES, 2021. 348 p. ; 23 cm. (Coleção CES-Almedina). Bibliografia no final de cada capítulo.

**ISBN:** 9789724098975

Saúde / Infecções / Epidemias / Neurociências / Psiquiatria / Prisões / Homossexualidade masculina / Assexualidade / Activismo / Orientação sexual / Medicalização

**I-6-20-35** - 176555

**ZRIBI, Gérard.**

Le dictionnaire du handicap / Gérard Zribi, Dominique Poupée-Fontaine. 9e éd. Rennes : Presses de l'École des Hautes Études en Santé Publique, 2020. 347 p. ; 24 cm. Índice: p. 341-[348]

**ISBN:** 9782810907564

Handicap -- dicionários / Pessoas com deficiência -- proteção -- assistência -- dicionários

**OR-DT-VAR-31** - 175413

# **ANALITICOS DE MONOGRAFIAS**

**ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, 1955-**

Responsabilità sociale e crescita sostenibile : tra dovere etico-morale e dovere giuridico senza responsabilità / Jorge Coutinho de Abreu.

**In:** L'impresa sostenibile : alla prova del dialogo dei saperi / a cura di Daniela Caterino, Ivan Ingravallo ; [introduzione Nicola Costantino, Francesco Denozza] ; Pia Acconci ... [et al.]. Lecce : EuriConv, 2020. ISBN 978-88-98717-04-0. p. 321-330.

Responsabilidade social / Crescimento sustentável

**G-44-145-19** - 176592

**COSTA, Ricardo.**

La business judgement rule nel diritto societario portoghese, tra discrezionalità degli amministratori e razionalità imprenditoriale / Ricardo Costa.

**In:** L'impresa sostenibile : alla prova del dialogo dei saperi / a cura di Daniela Caterino, Ivan Ingravallo ; [introduzione Nicola Costantino, Francesco Denozza] ; Pia Acconci .. [et al.]. Lecce : EuriConv, 2020. ISBN 978-88-98717-04-0. p. 331-339.

Discricionarietà dos administradores / Business judgment rule / Racionalidade empresarial

**G-44-145-19** - 176592

**MARQUES, João Paulo Remédio, 1965-**

La class action a garanzia dell' impresa armoniosa e sostenibile nel diritto portoghese / João Paulo Fernandes Remédio Marques.

**In:** L'impresa sostenibile : alla prova del dialogo dei saperi / a cura di Daniela Caterino, Ivan Ingravallo ; [introduzione Nicola Costantino, Francesco Denozza] ; Pia Acconci .. [et al.]. Lecce : EuriConv, 2020. ISBN 978-88-98717-04-0. p. 343-352.

Responsabilidade civil / Empresa / Direito das sociedades / Sócios / Class action / Direito do trabalho / Direito do ambiente / Acção colectiva

**G-44-145-19** - 176592

**MARTINS, Alexandre Soveral, 1967-**

Quale spazio per le cooperative sostenibili in Portogallo? / Alexandre Soveral Martins.

**In:** L'impresa sostenibile : alla prova del dialogo dei saperi / a cura di Daniela Caterino, Ivan Ingravallo ; [introduzione Nicola Costantino, Francesco Denozza] ; Pia Acconci .. [et al.]. Lecce : EuriConv, 2020. ISBN 978-88-98717-04-0. p. 67-75.

Cooperação -- Portugal / Direito societário / Governança

**G-44-145-19** - 176592

# **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

## **Ciências Jurídico-Empresariais**

G-93-4

AJDI : L'Actualité Juridique. Droit Immobilier. - Paris. - N. 3 (2022)

G-92-6

Betriebs - Berater. - Heidelberg. - Jahr. 77, Heft 6, 10 a 13 (2022)

L-2-15

Civitas. Revista Española de Derecho del Trabajo. - Madrid. - N. 249 (2022)

G-93-4

Il Diritto Marittimo. - Genova. - Vol. 123, N. 4 (2021)

L-5-13

Droit Social. - Paris. - N. 3 (2022)

G-93-5

EIPR : European Intellectual Property Review. - London. - Vol. 44, N. 3, 4 (2022)

L-4-16

DLRI : Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali. - Milano. - Ano 43, N. 172 (2021)

G-36-8

GmbHHR : GmbHHRundschau. - Köln. - Jahr. 113, Heft. 6 (2022)

G-92-6

GRUR : Gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht. - Weinheim. - Jahr. 124, Heft 6 (2022)

G-93-3

GRUR International. - Weinheim. - Jahr. 71, Heft 3 (2022)

G-93-5

IIC : International Review of Intellectual Property and Competition Law. - München. - Vol. 53, N. 1 (2022)

G-93-4

International Maritime and Commercial Law Yearbook. - Londres. - (2020)

G-93-5  
NZG : Neue Zeitschrift für Gesellschaftsrecht. - Berlin. - Jahr. 25 , Heft 8 (2022)

L-1-12  
Prontuário de Direito do Trabalho. - Lisboa. - N. 2 (2021)

G-93-4  
RIW : Recht der Internationalen Wirtschaft. - Heidelberg. - Jahr. 68, Heft 3 (2022)

L-1-15  
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. - Belo Horizonte. - Vol. 67, N. 103 (2021)

G-39-1  
Revue Générale du Droit des Assurances. - Paris. - N. 1 a 3 (2022)

G-28-2  
Revue des Sociétés. - Paris. - N. 3 (2022)

L-4-11  
SpurT : Zeitschrift für Sport und Recht. - München. - Jahr. 29, Heft 2 (2022)

G-40-6  
WRP: Wettbewerb in Recht und Praxis. - Frankfurt. - Jahr. 68, Heft 3 (2022)

G-93-5  
BKR: Zeitschrift für Bank- und Kapitalmarktrecht. - Main. - Heft 2, 3 (2022); Ed. Esp. (2022)

G-92-5  
ZGR: Zeitschrift für Unternehmens- und Gesellschaftsrecht. - Berlin. - Jahr. 51, Heft 1 (2022)

G-93-1  
WM: Zeitschrift für Wirtschafts - und Bankrecht. - Frankfurt. - Jahr. 76, Heft 4, 8 a 11 (2022)

## **Ciências Jurídico-Civilísticas**

B-7-17  
Anuario Español de Derecho Internacional Privado. - Madrid. - (2021)

B-1-18

Archiv für die Civilistische Praxis. - Tübingen. - Band 222, Heft 1 (2022)

B-13-6

Biblioteca della Fondazione italiana del notariato : rivista semestrale. - Roma. - N. 1, 2 (2020)

F-45-2

CYIL: Czech Yearbook Of International Law. - New York. - (2016); (2017); (2021)

B-7-12

Czech (& Central European) Yearbook Of Arbitration. - Huntington. - V. 6 (2016); V. 7 (2017); V.11 (2021)

A-1-4

Developing World Bioethics. - Oxford. - Vol. 22, N. 1 (2022)

B-2-17

DUD: Datenschutz und Datensicherheit. - Wiesbaden. - Vol. 46, N. 3, 4 (2022)

A-3-10

The Hastings Center Report. - New York. - Vol. 52, N. 1 (2022)

B-7-11

IPRAX : Praxis des Internationalen Privat- und Verfahrensrecht. - Bielefeld. - Jahr. 42, Heft 2 (2022)

B-4-5

Journal des Tribunaux. - Lausanne. - Année 141 N. 6887 a 6890 (2022)

B-8-1 (Gerai 2.º piso)

Koinodikion: Private International Law Review. - Atenas. - V. 1 (1995); V.2b (1996); V. 3a e 3b (1997); V. 4a e 4b (1998); V. 6a e 6b (2000); V. 7a e 7b (2001); V. 8a e 8b (2002); V. 9 (2003)

B-7-9

NILR: Netherlands International Law Review. - Dordrecht. - Vol. 68, N. 3 (2021)

B-1-1

NJW-RR: Rechtsprechungs-Report Zivilrecht. - München. - Jahr. 37, Heft 5 (2022)

B-1-4

Le Nuove Leggi Civili Commentate. - Padova. - Anno 44, N. 6 (2021)

B-4-9

Österreichische Notariats Zeitung. - Wien. - Jahr. 154, Heft 2, 3 (2022)

B-4-9

Österreichisches Anwaltsblatt. - Wien. - Heft 03 (2022)

B-3-8

Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. - Lisboa. - N. 16 (2021)

B-2-4

RTDciv. : Revue Trimestrielle de Droit Civil. - Paris. - N. 4 (2021)

B-9-1

Sollicitare. - Lisboa. - N. 32 (2022)

B-2-10

VersR : Versicherungsrecht. - Karlsruhe. - Jahr. 73, Heft 6, 7 (2022)

B-3-18

FamRZ: Zeitschrift für das Gesamte Familienrecht. - Bielefeld. - Jahr. 69, Heft 1, 6 (2022)

B-2-19

ZKJ: Zeitschrift für Kindschaftsrecht und Jugendhilfe. - Köln. - N. 3 (2022)

## **Ciências Jurídico-Criminais**

G-8-14

Crime, Law and Social Change. - Dordrecht. - Vol. 77, N. 3 (2022)

G-6-18

Goltdammer's Archiv für Strafrecht. - Hamburg. - Jahr. 169, Heft 3 (2022)

G-8-12

Journal of International Criminal Justice. - Oxford. - Vol. 19, N. 4, 5 (2021)

G-6-9

Monatsschrift für Kriminologie und Strafrechtsreform. – Köln. - Jahr. 105, Heft 1 (2022)

G-4-14

Revista do CEJ. - Coimbra. - N. 2 (2021)

G-1-20

Revista CEJ: Revista Centro de Estudos Judiciários. - Brasília. - N. 2, 3 (1997); N. 4, 5, 6 (1998); N. 7, 8, 9 (1999); N. 10, 11(200)

G-19-5

Revista do Ministério Público. - Lisboa. – Ano 43, N. 169 (2022)

G-8-5

Revista Penal. – Barcelona. – N. 49 (2022)

G-9-3

Revista Portuguesa de Ciência Criminal. - Lisboa. – Ano 31, Fasc. 2 (2021)

G-7-4

Rivista Penale. - Piacenza. – Anno, N. 2 (2022)

## **Ciências Jurídico-Económicas**

E-25-11

American Economic Journal : Economic Policy. - Nashville. - Vol. 14, N. 1 (2022)

E-25-8

American Economic Journal : Microeconomics. - Nashville. - Vol. 14, N. 1 (2022)

E-13-17

The American Economic Review. - Nashville. - Vol. 112, N. 1 (2022)

E-30-13

Boletim do Contribuinte. - Porto. - Vol. 90, N. 6 (2022)

E-13-1

Cadernos de Economia. - Lisboa. - Ano 35, N. 138 (2022)

E-37-4

Civitas : Revista Española de Derecho Financiero. - Madrid. - N. 193 (2022)

E-31-19

Le Droit Maritime Français. - Paris. - N. 844 (2022)

E-25-15

Ecolex. - Wien. - N. 2 (2022)

E-25-14

The Econometrics Journal. - Oxford. - Vol. 23, N. 2, 3 (2020)

E-12-14

Economic Policy. - Cambridge. - N.107, 108 (2021)

E-17-4

Economics and Philosophy. - Cambridge. - Vol. 38, N. 1 (2022)

E-13-5

The Economist. - London. - Vol. 442, N. 9287 a 9289 (2022)

E-14-5

Environment and Development Economics. - Cambridge. - Vol. 37, Part. 1, 2 (2022)

E-23-1

EuZW : Europäische Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - München und Frankfurt. - Jahr. 33, Heft 5 (2022)

F-32-2

European Journal of Law and Economics. - Boston. - Vol. 53, N. 2 (2022)

E-16-14

EWIR : Entscheidungen zum Wirtschaftsrecht. - Köln. - Jahrg. 38, Heft 5, 6 (2022)

E-36-14

Global Financial Stability Report. - Washington. - N. Out. (2021)

E-19-15

Journal of Contextual Economics : Schmollers Jahrbuch. – Berlin. – Vol. 36, N. 1 (2022)

E-25-16

Journal of International Economic Law. - Oxford. - Vol. 24, N. 4 (2021)

E-15-2

The Journal of International Trade and Economic Development. - London. - Vol. 31, N. 1, 2 (2022)

E-14-8

The Journal of Law, Economics and Organization. - Oxford. - Vol. 38, N. 1 (2022)

E-12-15

Journal of Political Economy. - Chicago. - Vol. 130, N. 2, 3 (2022)

E-22-9

Labour Economics. - Amsterdam. - Vol. 74 (2022)

E-14-6

New Political Economy. - Abingdon. - Vol. 27, N. 1 (2022)

E-24-10

ÖZW : Österreichische Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - Wien. - Jahr. 48, Heft 4 (2021)

E-21-20

Oxford Economic Papers. - Belfast. - Vol. 74, N. 1 (2022)

E-25-4

Perspectives Économiques de L'OCDE. - Paris. - N. 110 (2021)

E-16-12

The Review of Economics and Statistics. - Cambridge. - Vol. 104, N. 2 (2022)

E-36-19

Revue d'Économie Financière. - Paris. - N. 144 (2021)

E-15-1

Revue d'Économie Politique. - Paris. - N. 1 (2022)

E-40-1

Rivista di Diritto Agrario. - Milano. - Anno 100, Fasc. 2, 3 (2021)

E-24-16

WBL : Wirtschaftsrechtliche Blätter. - Wien. - Jahr. 2 (2022)

E-22-20

World Economic Outlook. - Washington. - N. 2 (2021)

E-4-5

ZBB : Zeitschrift für Bankrecht und Bankwirtschaft. - Köln. - Jahr. 33, Heft 1, 6 (2021)

E-25-3

ZIP : Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - Köln. - Jahr. 43, Heft 10 a 12 (2022)

## **Ciências Jurídico-Filosóficas**

J-2-15

Anales de la Cátedra Francisco Suárez. - Granada. - N. 1 (2021)

J-1-12

Ethical Theory and Moral Practice : an International Forum. - Dordrecht. - Vol. 24, N. 5 (2021)

J-1-16

Hermeneutica : Annuario di Filosofia e Teologia. - Brescia. - (2021)

L-25-10

The Journal of Ethics. - Dordrecht. - Vol. 26, N. 1 (2022)

J-4-11

Ratio Juris. - Oxford. - Vol. 34, N. 4 (2021)

## **Ciências Jurídico-Históricas**

H-8-20

Anuario de Estudios Medievales. - Barcelona. - N. 1 (2021)

H-7-20

Boletín de la Real Academia de la Historia. - Madrid. - Tomo 218, C. 2, 3 (2021)

H-9-6

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias. - Lisboa. - Vol. 37 (2018); Vol. 38 (2019)

H-1-6

Estudio Agustiniano. - Valladolid. - Vol. 57, Fasc. 1 (2022)

H-5-2

Lumen. - Lisboa. - Ano 83, N. 1, 2 (2022)

H-5-12

Periodica de Re Canonica. - Roma. - Vol. 111, Fasc. 1 (2022)

H-1-8

Razón y Fé. - Madrid. - Tomo 283, N. 1449 a 1451 (2021); Tomo 284, N. 1452 a 1454 (2021); Tomo 284, N. 1455 a 1456 (2022)

H-7-18

Revista de Guimarães. - Guimarães. - Vol. 130 (2020)

H-1-5

Salesianum. - Roma. - Annus 84, N. 1 (2022)

H-3-11

Seminarios Complutenses de Derecho Romano. - Madrid. - V. 34 (2021)

## **Ciências Jurídico-Políticas**

F-46-4

Air and Space Law. - The Hague. - Vol. 46, N. 4 a 6 (2021)

F-3-20

AJDA : L'Actualité Juridique. Droit Administratif. - Paris. - N. 8, 10 (2022)

F-43-8

AJIL : American Journal of International Law. - Washington. - Vol. 116, N. 1 (2022)

F-53-7

Baurecht. - Düsseldorf. - Jahr. 53, Heft 3 (2022)

F-16-17

Constitutional Commentary. - Minneapolis. - Vol. 36, N. 2 (2021)

G-6-8

Criminology : An Interdisciplinary Journal. - Columbus. - Vol. 60, N. 1 (2022)

F-1-4

DVBL : Deutsches Verwaltungsblatt. - Köln. - Heft 5, 6 (2022)

F-21-13

Diritto e Società. - Padova. - N. 2, 3 (2021)

F-50-8

Droit et Ville. - Toulouse. - N. 92 (2021)

F-54-4

Énergie-Environnement-Infrastructures : actualité, pratiques et enjeux. - Paris. - N. 2 (2022)

F-32-8

European Journal of Migration and Law. - The Hague. - Vol. 23, N. 3 (2021); Vol. 24, N. 1 (2022)

F-32-1

The European Legal Forum. - Milano. - N. 5, 6 (2021)

F-34-1

European Public Law. - London. - Vol. 27, N. 3 (2021)

F-4-1

Il Foro Amministrativo. C.D.S. - Milano. - Vol 8, N. 9 (2021)

F-44-9

International and Comparative Law Quarterly. - Glasgow. - Vol. 71, Part 1 (2022)

F-21-10

I.CON : International Journal of Constitutional Law. - Oxford. - Vol. 19, N. 4 (2021)

F-20-17

International Political Science Review. - London. - Vol. 43, N. 2 (2022)

F-52-19

Journal of Energy and Natural Resources Law. - The Hague. - Vol. 40, N. 1 (2022)

F-31-14

Journal of European Public Policy. - London. - Vol. 29, N. 3 (2022)

F-32-6

Journal of European Tort Law. - Berlin. - Vol. 12, N. 3 (2021)

F-22-5

The Journal of Legislative Studies. - London. - Vol. 28, N. 1 (2022)

F-5-16

Journal of Social Security Law. - London. - Vol. 29, N.1 (2022)

F-39-7

Legal Studies. - London. - Vol. 42, N. 1 (2022)

F-52-12

Natur und Recht. - Hamburg. - Jahr. 44, Heft 2 (2022)

F-2-7

NZS : Neue Zeitschrift für Sozialrecht. - München. - Jahr. 31, Heft 7 (2022)

F-4-14

NVwZ : Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht. - München. - Jahr. 41, Heft 6 (2022)

F-46-13

Nordic Journal of International Law. - Dordrecht. - Vol. 91, N. 1 (2022)

F-22-18

Political Insight. – Oxford. – N.1 (2022)

F-18-8

Pouvoirs. - Paris. - N. 180 (2022)

F-2-12

Questões Atuais de Direito Local. – Braga. – N. 33 (2022)

F-21-7

Quaderni di Scienza Politica. - Milano. – Ano 28, N. 3 (2021)

F-16-19

Revista de Estudios Políticos. - Madrid. - N. 195 (2022)

F-32-10

Revue des Affaires Européennes. - Paris. – Année 7, N. 4 (1997)

F-15-8

Revue du Droit Public et de la Science Politique. - Paris. - N. 1 (2022)

F-3-10

Revue Française d'Administration Publique. - Paris. - N. 180 (2021)

F-1-12

RFDA : Revue Française de Droit Administratif. - Paris. – Année 38, N. 1 (2022)

F-10-2

Revue Internationale de Droit Comparé. - Paris. – Année 74, N. 1 (2022)

F-4-17

Revue Internationale des Sciences Administratives. - Bruxelles. - Vol. 88, N. 1 (2022)

F-34-11

Revue de l'Union Européenne. – Paris. – N. 656 (2022)

F-54-2

Rivista Giuridica dell'Ambiente. - Milano. - N. 2, 3, 4 (2021)

A-19-10

SJZ : Schweizerische Juristen Zeitung. - Zürich. - Jahr. 118, Heft 4, 5 (2022)

F-21-15

South European Society and Politics. - Newbury. - Vol. 26, N. 2 (2021)

F-4-5

Teaching Public Administration. - Sheffield. - Vol. 40, N. 1 (2022)

F-18-13

UPR : Umwelt-und Planungs- Recht. - München. - Heft 3 (2022)

F-20-16

ULR : Utilities Law Review. - New York. - Vol. 23, N. 4 (2020)

F-17-8

ZG : Zeitschrift für Gesetzgebung. - Heidelberg. - Jahr. 37, Heft 1 (2022)

F-16-18

ZRP : Zeitschrift für Rechtspolitik. - Frankfurt. - Jahr. 55, Heft 2 (2022)

F-11-4

ZfRV : Zeitschrift für Europarecht. Internationales Privatrecht und Rechtsvergleichung. - Wien. - Jahr. 63, Heft 1(2022)

B-2-14

ZVR : Zeitschrift für Verkehrsrecht. - Wien. - Jahr. 67, Heft 3 (2022)

## **Vária**

A-9-5 (Sala A)

Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. - Coimbra. - Vol. 51 (2021)

A-17-17

Columbia Law Review. - New York. - Vol. 122, N. 1 (2022)

A-5-10

Critical Review. - Danbury. - Vol. 33, N. 3, 4 (2021)

J-63-3 (Dep. de S. Pedro)

The Doshisha Hogaku. - Kyoto. - N. 424, Parte 1, 2 (2021); N. 425 (2022)

A-5-4

Giurisprudenza Italiana. - Torino. Vol. 174, N. 2 (2022)

A-26-17

Harvard Law Bulletin. - Cambridge. - Vol. 73, N. 1 (2022)

A-18-16

HEC Forum. - Dordrecht. - Vol. 34, N. 1 (2022)

L-26-5 (Dep. de S. Pedro)

The Hogaku Ronshu. - Osaka. - Vol. 71, N. 5 (2022)

L-26-5 (Dep. de S. Pedro)

Hosei Kenkyu. - Fukuoka. - Vol. 88, N. 3 (2021)

A-6-3

Iowa Law Review. - Iowa City. - Vol. 107, N. 2 (2022)

A-20-4

Julgar. - Coimbra. - N. 46 (2022)

A-7-16

JA : Juristische Arbeitsblätter. - Frankfurt. - Jahr. 54, Heft 4 (2022)

A-19-12

JURA : Juristische Ausbildung. - Berlin. - Jahr. 44, Heft 3 (2022)

A-15-14

Juristische Blätter. - Wien. - Jahr. 144, Heft 3 (2022)

A-11-8

JUS : Juristische Schulung. - Frankfurt. - Heft. 4 (2022)

A-7-15

JR : Juristische Rundschau. - Berlin. - Heft 2 (2022)

A-15-13

JZ : Juristen Zeitung. - Tübingen. - Jahr. 77, Heft 5, 6 (2022)

A-6-9

The Law Quarterly Review. - Oxford. - Vol. 138 (2022)

A-17-19

The Modern Law Review. - Oxford. - Vol. 85, N. 1, 2 (2022)

A-13-3

NJ : Neue Justiz. - Baden-Baden. - Jahr. 76, Heft 3 (2022)

A-5-15

ÖJZ : Österreichische Juristen-Zeitung. - Wien. - Jahr. 77, Heft 5 (2022)

A-20-19

Oxford Journal of Legal Studies. - Oxford. - Vol. 41, N. 4 (2021)

A-19-9

Recueil Dalloz. - Paris. - Année 198, N. 9 a 11 (2022)

J-55-10-1

A-14-17

Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. - S. Paulo. - Vol. 114 (2019)

A-7 (Sala A)

Revista General de Legislación y Jurisprudencia. - Madrid. - Año 168, N. 4 (2021)

A-33-7

Revista Jurídica de Catalunya : Jurisprudencia. - Barcelona. - Any 121, N. 1 (2022)

J-55-11-6

Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro. - N. 81 (2021)

## **ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**



## Cultura

### **ABDALA JUNIOR, Benjamin, 1943-**

Fronteiras múltiplas, fluxos culturais assimétricos e reflexões comunitárias / Benjamin Abdala Junior.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 51-61

Administração da diferença / Assimetrias culturais / Comunitarismo supranacional / Fronteiras múltiplas / Identidades plurais

### **ABREU, Pedro Santa María de.**

Fronteras conceptuales, vallas mentales : la falacia de lo nacional o por qué no siempre o que é nacional é bom / Pedro Santa María de Abreu.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 131-149

Aldeia / Comparativismo / Culturas ibéricas e ibero-americanas / Estudo e ensino de literaturas / Estruturas ideológicas nacionais

### **ALENCAR, R. P.**

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade cultural brasileira / R. P. Alencar, P. R. de Macedo-Soares.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 125-155

Expedição Langsdorff / Expedições científicas do século XIX / História do Brasil

### **BOU, Enric.**

Periferia y desfocalización en las Weissen Städte / Enric Bou.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 211-236

Cidades brancas / Cinema / Fronteiras / Literatura urbana / Superdiversidade

### **BRANCO, Isabel Araújo.**

A exportação de cérebros e outros acontecimentos : uma leitura de um conto de Augusto Monterroso à luz do cosmopolitismo do pobre / Isabel Araújo Branco.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 153-160

Monterroso, Augusto / Santiago, Silviano / Contos / Cosmopolitismo do pobre

### **CAIRO, Heriberto.**

Limites entre iguais e linhas abismais na Europa moderna : o caso Ibérico / Heriberto Cairo.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 87-109

Decolonialidade / Fronteira / Território / Espanha / Portugal

**DEALTRY, Giovanna.**

Réquiem para as margens / Giovanna Dealtry.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 199-209

Carvalho, Bernardo, 1973- / Crise do sujeito / Memória e nação

**DIAS, Débora.**

As bibliotecas sem muros : a polissemia de um conceito e suas práticas / Débora Dias.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 71-82

Bibliotecas / Bibliotecas virtuais / Coleções editoriais / História da leitura / Leitores

**FARIA, Alexandre.**

Deslocamento e apropriação : relações entre centro e periferia na literatura brasileira contemporânea / Alexandre Faria.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 161-177

Ferréz, Marc, 1843-1923 / Experiência urbana / Ficção brasileira contemporânea / Literatura marginal

**FERNANDES, Fenanda Pires Alvarenga.**

Do fogo à palavra : como a periferia se dá a ver / Fernanda Pires Alvarenga Fernandes.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 179-197

Audiência / Cultura contemporânea / Esfera pública / Produção de presença

**FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de.**

Fronteiras físicas e simbólicas : cosmopolitismo e cidadania global / Vera Lúcia Follain de Figueiredo.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 73-85

Cidadania / Cosmopolitismo / Globalização / Imigração

**FREITAS, Alexandre.**

Projeto Álbum de Família / Alexandre Freitas, Ângela Camolas, Teresa Sampaio.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 95-104

Comunidade / Fotografia / Identidade colectiva local / Memória

**GOMES, Renato Cordeiro.**

Cosmopolitismo(s) e cartografias pós-nacionais / Renato Cordeiro Gomes.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 33-47

Appiah, K. A. Mignolo, Walter / Santiago, Silviano / Cosmopolitismo / Cosmopolitismo do pobre / Nacionalismo / Brasil

**MATEUS, Samuel.**

Imitatio e aemulatio : a Querela dos Antigos e dos Modernos sob o cânone estético / Samuel Mateus.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 239-251

Emulação / Estética / História das ideias / Imitação / Modernidade / Querela dos Antigos e dos Modernos

**MEDEIROS, Fátima Ribeiro de.**

Onde está o meu livreiro? : reflexões sobre livrarias e leitura pública / Fátima Ribeiro de Medeiros.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 83-93

Comunidades de leitura / Leitores / Leitura pública / Livrarias / Livreiros / Mediação de leitura

**MEDEIROS, Nuno, 1973-**

Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental : aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos : o caso dos editores e livreiros / Nuno Medeiros.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 59-69

Acervos documentais / Editoras / Livrarias / Patrimonialização / Portugal

**PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do.**

Uma nação periférica : instinto de marginalidade / Paulo Roberto Tonani do Patrocínio.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 111-129

Ficção brasileira contemporânea / Literatura marginal / Periferia / Representação da nação

**PEREIRA, Cláudia Sousa, 1967-**

Literatura ao vivo : o caso dos livros-objeto e a ativação do conceito de design literário / Cláudia Sousa Pereira.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 39-57

Design literário / Literatura para a infância / Livro-objecto / Mediação de leitura literária / Promoção do livro e da leitura

**PÉREZ PULIDO, Margarita.**

Alfabetización crítica y lectura digital / Margarita Pérez Pulido.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 105-121

Bibliotecas / Literacia crítica / Literacia digital / Literacia da informação / Literacia em novos media

**RESENDE, Beatriz.**

Territórios culturais e espaços pós-nacionais / Beatriz Resende.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 63-71

Contemporaneidade / Literatura / Novas territorialidades

**SANTIAGO, Silviano.**

Deslocamentos reais e paisagens imaginárias : o cosmopolita pobre / Silviano Santiago.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 37 (2018), p. 15-31

Hall, Stuart, 1932-2014 / Paz, Octavio, 1914-1998 / Artes / Cosmopolitismo do pobre / Migrações

**SEQUEIROS, Paula, 1956-**

La proximidad y lo digital en la lectura pública : en El Fondo, una biblioteca de la ciudad / Paula Sequeiros.

**In:** Cultura : Revista de História e Teoria das Ideias. Lisboa. ISSN 0870-4546. Vol. 38 (2019), p. 15-37

Bibliotecas públicas / Serviços digitais / Práticas de leitura / Catalunha / Santa Coloma de Gramenet

## Direito das Sociedades em Revista

**ABREU, Jorge Manuel Coutinho, 1955-**

Dever de diligência das empresas e responsabilidade civil : a propósito do projeto de Diretiva do Parlamento Europeu de 10/03/2021 / J. M. Coutinho de Abreu.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 15-24

Dever de diligência / Grupos de sociedades / Responsabilidade civil

**ANDRADE, Rodrigo Rocha.**

Distribuição de bens não pecuniários a sócios / Rodrigo Rocha Andrade.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 169-200

Bens não pecuniários / Distribuição de bens a sócios / Proteção do capital social

**CARVALHO, Rui Cardinal.**

Corporate Purpose : revolução ou utopia no Direito societário? / Rui Cardinal Carvalho.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 141-168

Corporate Purpose / Governação das sociedades / Interesse social / Propósito societário / Raison d'être / Sociedades

**CUNHA, Paulo Olavo, 1961-**

A aceitação dos cargos de administração nas sociedades comerciais / Paulo Olavo Cunha.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 203-209

Aceitação / Administração / Cargo / Declaração expressa

**CUNHA, Paulo Olavo, 1961-**

As alterações introduzidas no Direito das Sociedades Comerciais pela reforma do Código dos Valores Mobiliários / Paulo Olavo Cunha.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 211-219

Cotada / Sociedade anónima / Subtipos / Voto plural

**DOMINGUES, Paulo de Tarso.**

A transposição, na vertente societária, da Diretiva sobre Reestruturação e Insolvência (Diretiva (UE) 2019/1023, de 20 de Junho de 2019) / Paulo de Tarso Domingues.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 221-241

Direito societário e insolvencial / Diretiva (UE) 2019/1023, de 20 de Junho de 2019 / Transposição, na vertente societária, da Diretiva sobre Reestruturação e Insolvência

**MARTINS, Maria Inês de Oliveira, 1981-**

Proposta de Directiva relativa ao dever de diligência das empresas e à responsabilidade empresarial : os pressupostos da responsabilidade civil / Maria Inês de Oliveira Martins.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 47-84

Causalidade / Dever de diligência / Ilicitude / Responsabilidade civil / Responsabilidade social das empresas

**SANTOS, Hugo Luz dos.**

Administração de facto indirecta e direito penal : perspectivas e prospectivas / Hugo Luz dos Santos.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 85-111

Administradores de facto indirectos / Credores controladores / Direito penal / Direito das sociedades comerciais / Programas de compliance

**SERRA, Catarina, 1968-**

Empresas e Human Rights due diligence : algumas observações a propósito de desenvolvimentos recentes / Catarina Serra.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 25-45

Cadeia de valor / Critérios ambiental, social e de governação / Deveres de cuidado / Direitos humanos / Empresas / Interesse social / Responsabilidade social das empresas

**SOUSA, Susana Aires de, 1977-**

Disposições penais e de mera ordenação social do Código das Sociedades Comerciais : alterações introduzidas pela Lei n.º 94/2021, de 21 de Dezembro / Susana Aires de Sousa.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 243-256

Crimes societários / Responsabilidade penal dos gerentes e administradores / Revisão legal

**VAZ, João Cortez.**

Ainda sobre o artigo 322.º do Código das Sociedades Comerciais / João Cortez Vaz.

**In:** Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 14, nº 27 (2022), p. 113-140

Assistência financeira / Larger purpose / Nulidade / Principle purpose

## **Julgar**

### **ATAÍDE, Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas.**

Acidentes de viação : responsabilidade subjectiva, presunções de culpa e responsabilidade objectiva / Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde, António Barroso Rodrigues.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 13-32

Actividades perigosas / Colisão de veículos / Concurso de culpa e risco / Facto imputável ao lesado / Presunção de culpa do comissário

### **DUARTE, Filipe Veríssimo.**

A sinistralidade rodoviária na jurisdição administrativa / Filipe Veríssimo Duarte.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 119-153

Acidentes de viação / Culpa in vigilando / Culpa do lesado / Culpa do serviço / Gestão pública / Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entes públicos

### **FERNANDEZ, Elizabeth.**

Por uma prova pericial conciliatória e preventiva : um contributo para a racionalização na composição de certos litígios oi via heterónoma / Elizabeth Fernandez.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 203-222

Prova antecipada / Prova emprestada / Prova pericial / Prova pericial conciliatória / Prova pericial preventiva

### **GEMAS, Laurinda.**

Questões atuais da responsabilidade civil por acidentes de viação / Laurinda Gemas.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 69-96

Acidente de viação / Contrato de seguro automóvel / Dano biológico / Danos patrimoniais futuros / Fraude nos seguros / Ónus da prova / Privação do uso do veículo / Responsabilidade civil

### **GOMES, Júlio Manuel Vieira.**

Nótula sobre o tratamento jurisprudencial dos acidentes que merecem a qualificação simultaneamente de acidentes de trabalho e de acidentes de viação / Júlio Manuel Vieira Gomes.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 247-256

Acidente de viação / Acidente de trabalho

### **GONÇALVES, Manuel.**

A investigação dos acidentes de viação / Manuel Gonçalves.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 223-244

Acidentes de viação / Condução autónoma / Crimes / Culpa / Infracções rodoviárias / Notícia / Perícias / Prova

**PROENÇA, José Carlos Brandão.**

Direito de regresso das seguradoras e sub-rogação do fundo de garantia automóvel : pontos de vista parcelares / José Carlos Brandão Proença.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 97-117

Condução sob o efeito do álcool / Dever de vigilância / Direito de regresso / Direito de sub-rogação / Fundo de garantia automóvel / Indemnização parcelar / Prazo de prescrição / Responsável civil / Responsabilidade individual / Seguro obrigatório automóvel

**REGO, Carlos Lopes do.**

A problemática da concorrência da responsabilidade objetiva, decorrente dos riscos de circulação do veículo, com a culpa do lesado / Carlos Lopes do Rego.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 33-67

Acidente imputável ao lesado / Causa exclusiva do acidente / Circulação automóvel / Concorrência risco/culpa / Culpa grave do lesado / Culpa leve ou levíssima do lesado / Dever de vigilância do representante legal / Directivas comunitárias / Direito comunitário / Exclusão automática da responsabilidade pelo risco / Interpretação atualista / Lesado inimputável / Necessidades de tutela efectiva das vítimas da sinistralidade rodoviária / Princípio da proporcionalidade / Responsabilidade objectiva do detentor do veículo / Risco agravado / Riscos normais de circulação do veículo / Seguro obrigatório

**REIS, Nuno Trigo dos.**

As dores de uma lesão invisível : do dano não patrimonial reflexo ao dano psíquico / Nuno Trigo dos Reis, Oriana Queluz.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 157-202

Dano não patrimonial / Dano psíquico

**TRIGO, Maria da Graça.**

O conceito de dano biológico como concretização jurisprudencial do princípio da reparação integral dos danos : breve contributo / Maria da Graça Trigo.

**In:** Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. Nº 46 (2022), p. 257-270

Dano biológico / Danos

## **Legal Studies**

**ABASS, Ademola.**

International Law Volumes I and II, The International Library of Essays in Law and Legal Theory, Second Series, edited by Malcolm Evans and Patrick Capps : [recensão] / Ademola Abass.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 506-508

**ABUYA, Edwin Odhiambo.**

Consequences of a flawed presidential election / Edwin Odhiambo Abuya.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 127-158

Eleição presidencial falhada -- Quênia / Eleições livres / Direitos humanos / Normas internacionalmente

**ALLAN, Gregory.**

Once a fraud, forever a fraud : the time-honoured doctrine of parol agreement trusts / Gregory Allan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 3 (2014), p. 419-443

Fraude / Liberdade condicional

**ANDERSON, Helen.**

Parent company liability for asbestos claims : some international insights / Helen Anderson.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 547-569

Responsabilidade da empresa-mãe / Amianto -- indemnização / Informações internacionais / Credores / Empresas subsidiárias subcapitalizadas / Princípio da responsabilidade limitada

**ARRÉBOLA, Carlos A.**

The Historical Foundations of EU Competition Law, edited by Kiran Klaus Patel and Heike Schweitzer : [recensão] / Carlos A. Arrébola.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 745-748

**ARVIND, T. T.**

Explaining the reception of the Code Napoleon in Germany : a fuzzy-set qualitative comparative analysis / T. T. Arvind, Lindsay Stirton.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 1-29

Código Napoleão -- Alemanha -- explicação / Divergências / Análise comparativa / Ciências sociais

**ATTENBOROUGH, Daniel.**

Enforcement of corporate conduct under the Equitable Maximisation and Viability principle / Daniel Attenborough.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 650-678

Académicos / Profissionais jurídicos / padrão de conduta corporativa / Direito societário

**ATTENBOROUGH, Daniel.**

Winner of the SLS Annual Conference Best Paper Prize 2011 : Giving purpose to the corporate purpose debate : an Equitable Maximisation and Viability principle / Daniel Attenborough.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 4-34

Propósito corporativo / Disciplinas académicas / Limitações normativas / Limitações práticas / Princípio normativo positivo

**AUCHMUTY, Rosemary.**

Whatever happened to Miss Bebb? Bebb v The Law Society and women's legal history / Rosemary Auchmuty.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 199-230

Sociedade de Direito / História jurídica das mulheres / Mulher / Desigualdade / Preconceito / Profissão legal -- mulher

**BAILEY, S. H.**

Causation in negligence : what is a material contribution? / S. H. Bailey.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 167-185

Causalidade / Negligência / Delito / Réu / Contribuição material

**BARTIE, Susan.**

The lingering core of legal scholarship / Susan Bartie.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 345-369

Académicos / Bolsa legal / Administradores

**BATES, Ed.**

Anti-terrorism control orders : liberty and security still in the balance / Ed Bates.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 99-126

Controlo antiterrorismo / Terrorismo / Liberdade / Segurança / Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais -- 1950

**BRADSHAW, Carrie.**

The environmental business case and unenlightened shareholder value / Carrie Bradshaw.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 141-161

Negócio de responsabilidade ambiental / Acionista não esclarecido / Problema ambiental corporativo dos resíduos

**BROWNSWORD, Roger.**

A Great and Noble Occupation! The History of the Society of Legal Scholars by Fiona Cownie and Raymond Cocks : [recensão] / Roger Brownsword.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 147-151

**BUCHAN, Russell.**

UN peacekeeping operations : when can unlawful acts committed by peacekeeping forces be attributed to the UN? / Russell Buchan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 282-301

Atos ilícitos / ONU / Missão de manutenção da paz / Condutas ilícitas

**BURCHILL, Richard.**

Extraterritorial Use of Force against Non-state Actors, by Noam Lubell : [recensão] / Richard Burchill.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 507-511

**BURNS, Fiona.**

Surviving spouses, surviving children and the reform of total intestacy law in England and Scotland : Past, present and future / Fiona Burns.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 85-118

Cônjuges sobreviventes / Filhos sobreviventes / Lei do testamento / Vulnerabilidade económica

**BUSTAMANTE, Thomas.**

Legality, by Scott Shapiro : [recensão] / Thomas Bustamante.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 499-507

**CABRELLI, David.**

Rules and standards in the workplace : a perspective from the field of labour law / David Cabrelli.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 21-41

Regras e normas / Local de trabalho / Direito do trabalho / Legislação laboral / Normas de conduta -- decisores / Normas de revisão -- adjudicatários / Litígios / Poder judicial

**CAIRD, Jack Simson.**

Constitutional Courts : A Comparative Study, edited by Andrew Harding and Peter Leyland : [recensão] / Jack Simson Caird.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 169-172

**CALLUS, Thérèse.**

A new parenthood paradigm for twenty-first century family law in England and Wales? / Thérèse Callus.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 347-368

Paternidade / Direito da família / Casais de lésbicas / Dadores de esperma

**CAMPBELL, David.**

Luhmann without tears : complex economic regulation and the erosion of the market sphere / David Campbell.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 162-186

Regulação económica / Mercado / Marketmimicking / Quase-mercados / Estado regulador

**CARTWRIGHT, Peter, 1968-**

Publicity, punishment and protection : the role(s) of adverse publicity in consumer policy / Peter Cartwright.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 179-201

Publicidade / Política / Sanções / Política de defesa do consumidor

**CASE, Paula.**

The good, the bad and the dishonest doctor : the General Medical Council and the redemption model of fitness to practise / Paula Case.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 591-614

Conceito de deficiência / Alegações contra médicos / Integridade profissional

**CHAN, Cora.**

Deference, expertise and information-gathering powers / Cora Chan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 598-620

Recolha de informações / Incerteza judicial / Adjudicação racional / Pretensões do governo / Instituição governamental

**CHAN, Cora.**

Winner of the SLS Annual Conference Best Paper Prize 2012 : Proportionality and invariable baseline intensity of review / Cora Chan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 1-21

Conferência Anual SLS -- 2012 / Direito público / Proporcionalidade / Direitos humanos / Rigor / Competência dos tribunais

**CHAN, Gary K. Y.**

Corporate defamation : reputation, rights and remedies / Gary K. Y. Chan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 264-288

Difamação corporativa / Empresa governamental / Empresa -- direito de defesa / Direito de processar / Consciência ecológica

**CHAN, Winnie.**

Cohabitation, civil partnership, marriage and the equal sharing principle / Winnie Chan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 46-65

Coabitação / Casamento / Partilha / Dissolução da parceria civil / Divórcio / Parceria civil

**CHERKASSKY, Lisa.**

Criminal Liability for Non-Aggressive Death, edited by C. M. V. Clarkson and Sally Cunningham : [recensão] / Lisa Cherkassky.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 502-506

**CHERKASSKY, Lisa.**

International Criminal Law, by Antonio Cassese : [recensão] / Lisa Cherkassky.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 171-175

**CHILD, J. J.**

The structure, coherence and limits of inchoate liability : the new ulterior element / J. J. Child.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 537-559

Responsabilidade / Intenção oculta / Direito penal / Criminalização / Aplicação da lei

**CORTÉS, Pablo.**

The Hamlyn Lectures 2008 : Judging Civil Justice, by Hazel Genn : [recensão] / Pablo Cortés.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 162-166

**DALY, Eoin.**

Religious freedom and the right to discriminate in the school admissions context : a neo-republican critique / Eoin Daly, Tom Hickey.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 615-643

Liberdade religiosa / Direito de discriminar / Admissões escolares / Teoria neorepublicana / Escolas financiadas pelo Estado / Lei da Igualdade do Reino Unido -- 2010

**DEAN, Meryll.**

Legal transplants and jury trial in Japan / Meryll Dean.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 570-590

Transplantes legais / Julgamento de júri -- Japão / Sistema legal híbrido / Direito comparativo

**DEMEDTS, Valerie.**

The Global Limits of Competition Law, edited by Ioannis Lianos and D. Daniel Sokol : [recensão] / Valerie Demedts.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 344-350

**DESCHEEMAEKER, Eric, 1977-**

Winner of the SLS Annual Conference Best Paper Prize 2010 : Veritas non est defamatio ? Truth as a defence in the law of defamation / Eric Descheemaeker.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 1-20

Lei da difamação / Verdade / Veritas non est defamatio

**DEWHURST, Elaine.**

The Reception of International Law in the European Court of Human Rights, by Magdalena Forowicz : [recensão] / Elaine Dewhurst.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 675-680

**DIETRICH, Joachim.**

Accessory liability in the law of torts / Joachim Dietrich.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 231-258

Responsabilidade acessória / Lei dos delitos / Responsabilidade acessória / Estado mental

**DIXON, Martin.**

Confining and defining proprietary estoppel : the role of unconscionability / Martin Dixon.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 408-420

Preclusão proprietária / Reivindicação / Direitos de propriedade

**DOAK, Jonathan.**

In search of legitimacy : restorative youth conferencing in Northern Ireland / Jonathan Doak, David O'Mahony.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 305-325

Paz / Ofensas juvenis / Programa de Conferências para a Juventude -- Irlanda do Norte / Direito penal

**DONNELLY, Mary.**

Keeping the secrets of the dead? An evaluation of the statutory framework for access to information about deceased persons / Mary Donnelly, Maeve McDonagh.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 42-70

Informação sobre pessoas falecidas / Segredo -- mortos / Acesso à informação / Access to Health Records Act - 1990 / Freedom of Information Act -- 2000 / Justificações públicas e privadas

**DORIS, Martin.**

The Emergence of Eu Contract Law : Exploring Europeanization, by Lucinda Miller : [recensão] / Martin Doris.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 501-503

**DUNN, Alison, 1969-**

Regulatory shifts : developing sector participation in regulation for charities in England and Wales / Alison Dunn.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 660-681

Alterações regulamentares / Regulação das instituições de caridade / Cortes orçamentais / Instituições de caridade / Credibilidade / Qualidade

**DZEHTSIAROU, Kanstantsi.**

Advisory jurisdiction and the European Court of Human Rights : a magic bullet for dialogue and docket-control? / Kanstantsin Dzehtsiarou, Noreen O'Meara.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 3 (2014), p. 444-468

Jurisdição consultiva / Convenção Europeia dos Direitos do Homem / Adjudicação / Pareceres consultivos / Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

**DZEHTSIAROU, Kanstantsin.**

The Margin of Appreciation in International Human Rights Law : Deference and Proportionality, by Andrew Legg : [recensão] / Kanstantsin Dzehtsiarou.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 688-692

**EDGE, Peter W.**

Believer beware : the Challenges of Commercial Religion / Peter W. Edge.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 382-406

Religião comercial -- desafios / Atividade religiosa / Reivindicações religiosas / Enquadramento jurídico / Convenção Europeia dos Direitos do Homem / Direito dos consumidores

**ELLISON, Louise.**

Getting to (not) guilty : examining jurors' deliberative processes in, and beyond, the context of a mock rape trial / Louise Ellison, Vanessa E. Munro.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 74-97

Violação simulada / Inocente / Culpado / Julgamento por júri / Processo criminal / Estudo falso

**ENCHELMAIER, Stefan.**

Creditor Protection in Private Companies : Anglo-German Perspectives for a European Legal Discourse, by Thomas Bachner : [recensão] / Stefan Enchelmaier.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 337-342

**ENCHELMAIER, Stefan.**

Insolvency within Multinational Enterprise Groups, by Irit Mevorach : [recensão] / Stefan Enchelmaier.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 674-678

**ENCHELMAIER, Stefan.**

Proprietary Rights and Insolvency by Richard Calnan : [recensão] / Stefan Enchelmaier.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 329-334

**ENRIGHT, Máiréad.**

Narratives of Islamic Legal Theory, by Rumea Ahmed : [recensão] / Máiréad Enright.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 350-352

**FELDMAN, David, 1953-**

Lives of the Law, by Tom Bingham : [recensão] / David Feldman.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 682-688

**FERGUSON, Pamela R.**

Smoke gets in your eyes ... : the criminalisation of smoking in enclosed public places, the harm principle and the limits of the criminal sanction / Pamela R. Ferguson.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 259-278

Criminalização do tabagismo / Princípio do dano / Fumar em locais públicos / Sanção penal

**FINCH, Vanessa.**

Corporate rescue : a game of three halves / Vanessa Finch.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 302-324

Resgate corporativo / Regime formal / Regime jurídico / Abordagens informais

**FORREST, Carol.**

Causing Psychiatric and Emotional Harm, by Harvey Teff : [recensão] / Carol Forrest.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 678-686

**FOX, Marie.**

The new politics of male circumcision : HIV/AIDS, health law and social justice / Marie Fox, Michael Thomson.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 255-281

Política da circuncisão masculina / Circuncisão / HIV/SIDA / Direito da saúde / Justiça social / Saúde pública

**GEE, Graham.**

Sitting in Judgment : the Working Lives of Judges, by Penny Darbyshire : [recensão] / Graham Gee.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 680-682

**GILBAR, Roy.**

Asset or burden? Informed consent and the role of the family : law and practice / Roy Gilbar.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 525-550

Consentimento informado / Direito da família / Direito médico / Paciente -- direito à informação / Autonomia do paciente

**GOODALL, Kay.**

Conceptualising racism in criminal law / Kay Goodall.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 215-238

Racismo / Direito penal / Crime de ódio

**GRIFFIN, James.**

Copyright in music : a role for the principles of reverse engineering / James Griffin.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 653-673

Direitos de autor -- música / Música popular -- Séc. 20 / Direito de propriedade / Valor fiscal / Propriedade / Engenharia inversa

**HARDING, Maebh.**

The curious incident of the Marriage Act (no 2) 1537 and the Irish statute book / Maebh Harding.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 78-108

Lei do casamento -- Irlanda / Parentes proibidos de casar / Casamento -- anulação

**HARDING, Rosie.**

Human Dignity in Bioethics and Law, by Charles Foster : [recensão] / Rosie Harding.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 668-673

**HARRISON, Karen.**

Suppressing human rights? A rights-based approach to the use of pharmacotherapy with sex offenders / Karen Harrison, Bernadette Rainey.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 47-74

Direitos humanos / Farmacoterapia com agressores sexuais / Castração química / Agressores sexuais / Revisão da Proteção das Crianças contra os Agressores Sexuais

**HARTSHORNE, John.**

Expert evidence : difficulties and solutions in prosecutions for infant harm / John Hartshorne, José Miola.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 279-300

Provas de peritos / Crianças / Processos judiciais / Processos penais / Danos a crianças

**HEALY, Deirdre.**

The Ends of Harm : The Moral Foundations of Criminal Law, by Victor Tadros : [recensão] / Deirdre Healy.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 508-515

**HELMHOLZ, R. H.**

Property and the Law of Finders, by Robin Hickey : [recensão] / R. H. Helmholtz.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 511-515

**HERRING, Jonathan.**

The Beauty Bias : The Injustice of Appearance in Life and Law, by Deborah L. Rhode : [recensão] / Jonathan Herring.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 326-329

**HERRING, Jonathan.**

Choosing Life, Choosing Death, The Tyranny of Autonomy in Medical Ethics and Law, by Charles Foster : [recensão] / Jonathan Herring.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 330-333

**HERRING, Jonathan.**

Welfare means relationality, virtue and altruism / Jonathan Herring, Charles Foster.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 480-498

Bem-estar / Direito médico e familiar / Interesses relacionais / Cumprimento das obrigações / Altruísmo --  
virtude

**HERRON, Rachel Clare.**

The European Court of Human Rights between Law and Politics, edited by Jonas Christoffersen and Mikael Rask Madsen : [recensão] / Rachel Clare Herron.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 325-331

**HIGGINS, Andrew.**

Referral fees : the business of access to justice / Andrew Higgins.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 109-131

Taxas de encaminhamento / Acesso à justiça -- negócio / Indemnização por danos pessoais / Direito civil /  
Sociedade litigiosa / Proibição da concorrência / Mercado dos serviços jurídicos

**HO, Hock Lai.**

State entrapment / Hock Lai Ho.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 71-95

Estado / Prisão do Estado / Resposta judicial / Suspensão permanente do processo

**HO, Look Chan.**

International Commercial Litigation, by Richard Fentiman : [recensão] / Look Chan Ho.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 336-339

**HO, Look Chan.**

Principles of Corporate Finance Law, by Ellis Ferran : [recensão] / Look Chan Ho.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 159-162

**HOLLINGSWORTH, Kathryn.**

Securing responsibility, achieving parity? The legal support for children leaving custody / Kathryn Hollingsworth.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 22-45

Crianças / Custódia / Apoio jurídico -- crianças encarceradas / Direito das Crianças -- 1989 / Direito penal / Cuidadores

**HOPKINS, Nicholas.**

The relevance of context in property law : a case for judicial restraint? / Nicholas Hopkins.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 175-198

Direito imobiliário / Contenção judicial / Propriedade da casa / Direito público

**HOWE, Adrian.**

The Concept of Injustice, by Eric Heinze : [recensão] / Adrian Howe.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 736-742

**HOWE, Adrian.**

Red mist homicide : sexual infidelity and the English law of murder (glossing Titus Andronicus) / Adrian Howe.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 407-430

Homicídio / Infidelidade / Homicídio involuntário / Mandados de assassinato

**HUNT, Jo.**

Devolution and differentiation : regional variation in EU law / Jo Hunt.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 421-441

Variação regional do direito da UE / Diferenciação local / Papel das regiões no sistema de governação / Europa das Regiões / Administrações descentralizadas

**HYDE, Richard.**

Why separate the regulatory regimes applicable to food safety and product safety? / Richard Hyde.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 509-531

Segurança alimentar / Segurança dos produtos / Razões económicas, sociais e culturais / Segurança do produto

**IRELAND, Richard W.**

Criminology, class and cricket : Raffles and real life / Richard W. Ireland.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 66-84

Criminologia / Sorteios / Carreira ilícita de roubo / Jogo

**JOHNSTON, Carolyn.**

Advance decision making : rhetoric or reality? / Carolyn Johnston.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 3 (2014), p. 497-514

Lei da Capacidade Mental -- 2005 / Cuidados de saúde / Profissionais de saúde / Recusa de tratamento

**JONATHAN, Eoin.**

Guarding the gates of St. Peter : life, death and law making / Jonathan Montgomery.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 644-666

Suicídio assistido / Eutanásia / Ministério Público / Juízes / Contenção constitucional / Lei da Igualdade do Reino Unido -- 2010

**KING, Colin.**

Civil forfeiture and Article 6 of the ECHR : due process implications for England & Wales and Ireland / Colin King.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 3 (2014), p. 371-394

Confisco civil / Crime organizado / Proteções processuais / Processo penal / Presunção de inocência / Absolvição

**KIRBY, Michael.**

The common law and international law : a dynamic contemporary dialogue / Michael Kirby.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 30-60

Direito comum / Direito internacional / Tratados / Jurisdições municipais

**KIRTON-DARLING, Edward.**

Matching Organs with Donors : Legality and Kinship in Transplants, by Marie-Andree Jacob : [recensão] / Edward Kirton-Darling.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 503-506

**LAMBERT, Hélène.**

Refugees, Asylum Seekers and the Rule of Law : Comparative Perspectives, edited by Susan Kneebone : [recensão] / Hélène Lambert.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 334-336

**LAURIE, Emma.**

Filling the accountability gap in housing allocations decision making / Emma Laurie.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 442-466

Prestação de contas / Alocações de habitação / Atribuição de habitação -- autoridades locais / Governo de coligação / Competência institucional dos tribunais

**LAYARD, Antonia.**

Law and localism : the case of multiple occupancy housing / Antonia Layard.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 551-576

Direito e localismo / Inter-relações entre localidades / Juridização do local / Localismo / Efeito regressivo

**LEE, James.**

The Division of Wrongs : A Historical Comparative Study, by Eric Descheemaeker : [recensão] / James Lee.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 324-329

**LEE, Maria.**

The Law of Nuisance, by John Murphy : [recensão] / Maria Lee.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 503-507

**LEE, Robert G.**

Liberalisation of legal services in Europe : progress and prospects / Robert G. Lee.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 186-207

Liberalização dos serviços jurídicos -- Europa / Oferta de mercado -- falência / Serviços jurídicos / Regulação / Sociedades de advogados

**LESLIE, Justin.**

Vindicating common law constitutionalism / Justin Leslie.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 301-323

Direito comum / Constitucionalismo do direito comum / Revisão judicial / Estado de direito substantivo / Direitos constitucionais

**LEWIS, Penney.**

Informal legal change on assisted suicide : the policy for prosecutors / Penney Lewis.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 119-134

Suicídio assistido / Alteração jurídica / Interesse público -- processo / Condição da vítima / Eutanásia / Assistência profissional

**LEWIS, Richard.**

The indexation of periodical payments of damages in tort : the future assured? / Richard Lewis.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 391-407

Pagamento de indemnizações a prestações / Danos pessoais / Cuidados de saúde / Inflação

**LIM, Ernest.**

Directors' duties : improper purposes or implied terms? / Ernest Lim.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 3 (2014), p. 395-418

Deveres dos administradores / Presunção / Constituição da empresa / Violação de funções / Prazo

**LIN, Jolene.**

Climate change and the courts / Jolene Lin.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 35-57

Alterações climáticas / Tribunais / Quadro teórico / Litígio / Resposta regulamentar

**LIU, Deming.**

Copyright and the pursuit of justice : a Rawlsian analysis / Deming Liu.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 600-622

Direitos de autor / Justiça / Princípio da justiça -- Rawls / Rawls, John, 1921-2002 / Teorias clássicas -- direitos de autor / Princípio da diferença

**LOKE, Alexander F. H.**

Tainting illegality / Alexander F. H. Loke.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 560-581

Defesa da ilegalidade / Direitos contratuais / Tainting Illegality Framework / Valor das regras

**LUCEY, Mary Catherine.**

Europeanisation and the restraint of trade doctrine / Mary Catherine Lucey.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 623-641

Europeização / Doutrina comercial / Direito comum / Empresa / Concorrência

**LYNCH, Andrew.**

The 9/11 Effect : Comparative Counter-Terrorism by Kent Roach : [recensão] / Andrew Lynch.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 673-680

**LYONS, Barry.**

Dying to be responsible : adolescence, autonomy and responsibility / Barry Lyons.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 257-278

Adolescência / Autonomia / Administração da Justiça Juvenil -- Reino Unido / Comportamentos delinquentes / Responsabilidades sociais

**MANFREDI, Simonetta.**

Pensioning off the mandatory retirement age : implications for the higher education sector / Simonetta

Manfredi, Lucy Vickers.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 289-311

Reforma obrigatória / Ensino superior / Reforma do regulamento da idade -- 2006 / Incentivos à reforma / Trabalho flexível / Vidas de trabalho prolongadas

**MCALINDEN, Anne-Marie.**

An inconvenient truth : barriers to truth recovery in the aftermath of institutional child abuse in Ireland / Anne-Marie McAlinden.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 189-214

Abuso institucional de crianças -- Irlanda / Relação Igreja-Estado / Procedimentos organizacionais / Inquérito público / Prestação de contas / Repartição das culpas

**MCARDLE, David.**

The views from the hills : fatal accidents, child safety and licensing adventure activities / David McArdle.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 372-391

Acidentes fatais / Segurança infantil / Atividades de aventura / Inquéritos de acidentes fatais

**MCBAIN, Graham.**

Abolishing obsolete legislation on crimes and criminal procedure / Graham McBain.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 96-118

Legislação obsoleta -- abolição / Processo penal / Crime / Direitos humanos / Direito penal

**MCCORMACK, Gerard.**

Reconstructing European insolvency law : putting in place a new paradigm / Gerard McCormack.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 126-146

Insolvência / Regulamento Europeu de Insolvência / Exercício da jurisdição universal de insolvência / Flexibilidade jurisdicional / Concorrência judicial de falência

**MCEWAN, Jenny.**

From adversarialism to managerialism : criminal justice in transition / Jenny McEwan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 519-546

Contraditório / Justiça criminal / Processo penal / Preocupações de gestão

**MCGARRY, John, 1957-**

The principle of parliamentary sovereignty / John McGarry.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 577-599

Princípio da soberania parlamentar / Soberania parlamentar / Regra dworkiniana / Parlamento

**MCGEE, Andrew, 1958-**

Ending the life of the act/omission dispute : causation in withholding and withdrawing life-sustaining measures / Andrew McGee.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 467-491

Fim da vida / Medidas de sustentação da vida / Suicídio assistido / Eutanásia

**MCGRATH, Noel.**

The Reform of UK Personal Property Security Law : Comparative Perspectives, edited by John De Lacy : [recensão] / Noel Mcgrath.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 159-162

**MCGUINNESS, Sheelagh.**

Transnational crimes related to health : How should the law respond to the illicit organ tourism? / Sheelagh McGuinness, Jean V. McHale.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 682-708

Crimes transnacionais / Órgãos -- negócio / Turismo médico / Serviços de saúde / Restrições penais / Turismo ilícito de transplantes

**MEE, John.**

The Changing Legal Regulation of Cohabitation : From Fornicators to Family 1600–2010, by Rebecca Probert : [recensão] / John Mee.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 679-683

**MILLER, Chris.**

Causation in personal injury after (and before) Sienkiewicz / Chris Miller.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 396-420

Danos pessoais / Contribuição material / Causalidade / Amianto / Direito comum / Provas estatísticas

**MITCHELL, Catherine.**

Narrativising contract law / Catherine Mitchell.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 19-46

Direito contratual / Estudos socio-jurídicos / Contratos / Regulação dos acordos comerciais / Litígios comerciais

**MOHALLEM, Michael Freitas.**

National Courts and the International Rule of Law, by André Nollkaemper : [recensão] / Michael Freitas Mohallem.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 516-522

**MONK, Daniel.**

EM Forster's will : an overlooked posthumous publication / Daniel Monk.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 572-597

Testamento / Parentesco / Sexualidade / Cidadania íntima / Publicação póstuma / Vontades

**MOORHEAD, Richard.**

Filthy lucre : lawyers' fees and lawyers' ethics : what is wrong with informed consent? / Richard Moorhead.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 345-371

Honorários de advogados / Ética dos advogados / Consentimento informado / Aconselhamento desinteressado / Exploração / Faturação dos advogados

**MORGAN, Jill.**

Indemnifying against flood loss in a changing environment / Jill Morgan, Mark Stallworthy.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 239-263

Inundações / Indemnização / Alterações climáticas / Danos patrimoniais / Consciência ecológica / Seguradoras

**MORGAN, Phillip.**

Doublethink and District Judges : High Court precedent in the county court / Phillip Morgan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 421-447

Juízes distritais / Precedente / Tribunais

**MORGAN, Phillip.**

The Tort of Conversion, by Sarah Green and John Randall : [recensão] / Phillip Morgan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 494-498

**MORRIS, Caroline.**

From arms, malice, and menacing to the courts : disputed elections and the reform of the election petitions system / Caroline Morris.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 226-254

Reforma do sistema de petições eleitorais / Eleições / Candidatos / Monarca / Tribunal / Parlamento / Democracia britânica

**MORRIS, Debra.**

Charities and the Big Society : a doomed coalition? / Debra Morris.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 132-153

Instituições de caridade / Big Society / Voluntários / Grande Sociedade / Princípios jurídicos substantivos

**MULLENDER, Richard.**

On Human Rights, by James Griffin : [recensão] / Richard Mullender.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 151-160

**MULLENDER, Richard.**

What Price Liberty? How Freedom was Won and is Being Lost, by Ben Wilson : [recensão] / Richard Mullender.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 492-503

**MURPHY, John.**

Rethinking tortious immunity for judicial acts / John Murphy.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 455-477

Imunidade / Juizes do tribunal superior -- Inglaterra / Delito / Responsabilidade do juiz

**NIELD, Sarah.**

Human rights and mortgage repossession : beyond property law using Article 8 / Sarah Nield, Nicholas Hopkins.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 431-454

Direitos humanos / Hipotecas / Proteção da casa / Credores / Direito imobiliário / Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais -- artigo 8

**NIELD, Sarah.**

Responsible lending and borrowing : whereto low-cost home ownership? / Sarah Nield.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 610-632

Empréstimos / Habitação / Empréstimos irresponsáveis / Casas de baixo custo / Crise do crédito / Mercado hipotecário

**O'CALLAGHAN, Patrick.**

Collective memory in law and policy : the problem of the sovereign debt crisis / Patrick O'Callaghan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 642-660

Memória coletiva / Lei / Crise da dívida soberana / Política / Dívida soberana

**O'DONOGHUE, Aoife, 1981-**

Good offices : grasping the place of law in conflict / Aoife O'Donoghue.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 3 (2014), p. 469-496

Conflito / Organizações internacionais / Lex pacificatoria de Bell / Escritórios de qualidade

**OGUS, Anthony.**

The paradoxes of legal paternalism and how to resolve them / Anthony Ogus.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 61-73

Paternalismo legal / Riscos / Liberdade de escolha / Custo-benefício / Riscos para a saúde / Evolução tecnológica

**OLIVA, Javier García.**

Law and Religion, by Russell Sandberg : [recensão] / Javier García Oliva.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 160-166

**ONZIVU, William.**

(Re)invigorating the health protection objective of the Basel Convention on Transboundary Movement of Hazardous Wastes and their Disposal / William Onzivu.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 621-649

Proteção da saúde / Movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e a sua eliminação / Saúde pública / Substâncias perigosas

**OST, Suzanne.**

Criminalising fabricated images of child pornography : a matter of harm or morality? / Suzanne Ost.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 230-256

Pornografia infantil -- imagens -- criminalização / Criminalização de imagens fabricadas de pornografia infantil / Imagens pornográficas / Direito penal / Abuso sexual de crianças

**O'SULLIVAN, Catherine.**

Murder, Medicine and Motherhood, by Emma Cunliffe : [recensão] / Catherine O'Sullivan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 154-160

**PARRY, R. Gwynedd.**

Is legal biography really legal scholarship? / R. Gwynedd Parry.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 208-229

Biografia jurídica entre os juristas / Faculdade de direito inglesa / História jurídica

**PATTINSON, Shaun.**

Directed donation and ownership of human organs / Shaun D. Pattinson.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 392-410

Órgãos humanos / Doação de órgãos / Dadores falecidos / Transplante / Lei do Tecido Humano -- 2004

**PEDERSEN, Ole W.**

Environmental justice in the UK : uncertainty, ambiguity and the law / Ole W. Pedersen.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 2 (2011), p. 279-304

Direito do ambiente -- Reino Unido / Justiça ambiental

**PILGRAM, Lisa.**

Legal Practice and Cultural Diversity, edited by Ralph Grillo, Roger Ballard, Alessandro Ferrari, André J. Hoekema, Marcel Maussen and Prakash Shah : [recensão] / Lisa Pilgram.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 498-502

**QUÉNIVET, Noëlle.**

Defining Terrorism in International Law, by Ben Saul : [recensão] / Noëlle Quéniwet.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 162-166

**RAHMATIAN, Andreas.**

Make the butterflies fly in formation? Management of copyright created by academics in UK universities / Andreas Rahmatian.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 709-735

Direitos de autor -- funcionários / Direitos de propriedade intelectual / Universidades / Políticas universitárias / Trabalho académico

**RILEY, Christopher A.**

Derivative claims and ratification : time to ditch some baggage / Christopher A. Riley.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 582-608

Ação derivada / Ratificação / Direito das empresas / Fraude / Direito comum / Reivindicação derivada

**ROBERTSON, Andrew.**

Policy-based reasoning in duty of care cases / Andrew Robertson.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 1 (2013), p. 119-140

Dever de cuidado / Justiça interpessoal / Bem-estar comunitário

**RODOGNO, Raffaele.**

The Boundaries of the Criminal Law, edited by Ra Duff, Lindsay Farmer, Se Marshall, Massimo Renzo, and Victor Tadros : [recensão] / Raffaele Rodogno.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 173-176

**ROEBUCK, James.**

Legal Responses to HIV and AIDS, by Chalmers James : [recensão] / James Roebuck.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 2 (2010), p. 334-337

**ROEBUCK, James.**

Terrorism and the Law, by Clive Walker : [recensão] / James Roebuck.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 166-172

**ROGERS, Justine.**

Representing the Bar : how the barristers' profession sells itself to prospective members / Justine Rogers.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 202-225

Advogados / Estudantes de direito

**RUBIN, G. R.**

Calling in the Met : serious crime investigation involving Scotland Yard and provincial police forces in England and Wales, 1906–1939 / G. R. Rubin.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 3 (2011), p. 411-441

Investigação criminal / Detetives / Assassinatos / Condenações

**RUBIN, Gerry.**

Pre-dating Vicky Pryce : the Peel case (1922) and the origins of the marital coercion statutory defence / Gerry Rubin.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 631-659

Defesa estatutária / Coação conjugal / Direito comum / Protesto público / Mulher

**RYAN, Desmond.**

Tort Law Defences, by James Goudkamp : [recensão] / Desmond Ryan.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 743-745

**RYDER, Nicholas.**

The credit crunch : the right time for credit unions to strike? / Nicholas Ryder.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 75-98

Sindicatos / Greve / Movimento cooperativo / Uniões de crédito / Subsídios estatais

**SAINTIER, Séverine.**

Agency : Law and Principles, by Roderick Munday : [recensão] / Séverine Saintier.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 686-689

**SAMANTA, Jo.**

Medical Negligence : Non-Patient and Third Party Claims, by Rachael Mulheron : [recensão] / Jo Samanta.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 671-674

**SAMUEL, Geoffrey.**

Is legal knowledge cumulative? / Geoffrey Samuel.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 448-479

Conhecimento jurídico / Lei -- outras disciplinas / Revoluções científicas

**SEYMOUR, David M.**

This is the piece that everyone here has come to experience 1 : the challenges to copyright of John Cage's 4'33" / David M. Seymour.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 532-548

Direitos de autor / Proteção dos direitos de autor / Modernismo / Desafio à lei / Música

**SÍTHIGH, Daithí Mac.**

Fan Fiction and Copyright : Outsider Works and Intellectual Property Protection, by Aaron Schwabach : [recensão] / Daithí Mac Síthigh.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 331-335

**SÍTHIGH, Daithí Mac.**

Principles for a second century of film legislation / Daithí Mac Síthigh.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 4 (2014), p. 609-630

Legislação cinematográfica / Política cinematográfica / Censura / Impostos

**SMITH, Leanne.**

Tangling the web of legal parenthood : legal responses to the use of known donors in lesbian parenting arrangements / Leanne Smith.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 355-381

Paternidade legal / Lésbicas / Litígios entre pais lésbicas / Inseminação informal / Reprodução assistida / Dadores conhecidos

**SOMMERLAD, Hilary.**

The Hamlyn Lectures 2010 : Lawyers and the Public Good : Democracy in Action?, by Alan Paterson : [recensão] / Hilary Sommerlad.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 4 (2012), p. 661-667

**SPENCER, Maureen Patricia.**

Producing time and space : academic work after Henri Lefebvre / Maureen Patricia Spencer.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 3 (2013), p. 478-500

Trabalho académico / Horário de trabalho / Académicos de direito / Ensino superior

**STANTON, John.**

Parliamentary Sovereignty and the Human Rights Act, by Alison L. Young : [recensão] / John Stanton.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 689-693

**STIGGELBOUT, Mark.**

The case of losses in any event : a question of duty, cause or damages? / Mark Stiggelbout.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 558-585

Direito privado / Prejuízos / Dever de cuidado / Indemnização / Perdas

**SUB-COMITÉ DAS BIBLIOTECAS DA SOCIEDADE DOS JURISTAS.**

A library for the modern law school : a statement of standards for university law library provision in the UK – 2009 revision prepared by the Libraries Sub-Committee of the Society of Legal Scholars.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 442-493

Biblioteca -- Faculdade de Direito -- Reino Unido / Direito universitário -- Reino Unido / Declaração de Normas para a Biblioteca de Direito universitária / Faculdade de Direito

**SWAIN, Warren.**

The classical model of contract : the product of a revolution in legal thought? / Warren Swain.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 513-532

Contrato / Lei dos Contratos -- inquérito / Direito contratual

**TAYLOR, Richard.**

Complicity, legal scholarship and the law of unintended consequences / Richard Taylor.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 1-18

Cumplicidade / Responsabilidade penal / Teorias da filosofia moral

**TELFORD, Mark.**

It was about trust : Practitioners as policy makers and the improvement of inter-professional communication within the 1980s youth justice process / Mark Telford, Sotirios Santatzoglou.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 1 (2012), p. 58-77

Confiança / Políticas de justiça penal / Direito penal / Custódia -- jovens / Racionalidade comunicativa

**THOMAS, Sean.**

Do freegans commit theft? / Sean Thomas.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 98-125

Impacto ambiental -- consumismo / Consumismo em massa / Resíduos / Freeganism / Direito penal / Roubo -- freegans

**THOMAS, Sean.**

International Secured Transactions Law : Facilitation of Credit and International Conventions and Instruments, by N. Orkun Akseli : [recensão] / Sean Thomas.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 2 (2012), p. 336-343

**THORNTON, Liam.**

Housing Law and Policy, by David Cowan : [recensão] / Liam Thornton.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 340-344

**TURKSEN, Umut.**

Human Rights and Non-discrimination in the War on Terror , by Daniel Moeckli : [recensão] / Umut Turksen.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 29, n.º 1 (2009), p. 166-170

**TWIGG-FLESNER, Christian.**

Schlechtriem and Schwenzler, Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG), edited by Ingeborg Schwenzer : [recensão] / Christian Twigg-Flesner.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 166-169

**VADI, Valentina.**

Corporate Social Responsibility in the Twenty-First Century : Debates, Models and Practices across Government, Law and Business, by Bryan Horrigan : [recensão] / Valentina Vadi.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 4 (2011), p. 667-670

**VICKERS, Lucy.**

Promoting equality or fostering resentment? The public sector equality duty and religion and belief / Lucy Vickers.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 31, n.º 1 (2011), p. 135-158

Igualdade / Ressentimento / Igualdade -- sector público / Religião / Discriminação / Assédio / Vitimização / Igualdade de oportunidades / Promover boas relações

**VILLIERS, Charlotte.**

Achieving gender balance in the boardroom : is it time for legislative action in the UK? / Charlotte Villiers.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 533-557

Igualdade de género -- sala de reuniões / Conselhos de administração das grandes empresas públicas -- mulher / Governação das empresas / Igualdade salarial / Quotas legislativas de género

**WARDHAUGH, Bruce.**

A normative approach to the criminalisation of cartel activity / Bruce Wardhaugh.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 32, n.º 3 (2012), p. 369-395

Criminalização da atividade do cartel / Cartel / Justificação normativa / Roubo aos consumidores / Direito penal

**WATSON, Jack.**

Clarity and ambiguity : a new approach to the test of legitimacy in the law of legitimate expectations / Jack Watson.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 633-652

Legitimidade / Direito administrativo -- Inglaterra / Convenção social

**WELLS, Celia.**

Corporate crime : opening the eyes of the sentry / Celia Wells.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 3 (2010), p. 370-390

Crime corporativo / Direito penal / Técnicas regulamentares / Criminalidade empresarial / Gabinete de Fraude / Criminalidade económica

**YEUNG, Karen.**

Better regulation, administrative sanctions and constitutional values / Karen Yeung.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 2 (2013), p. 312-339

Sanções administrativas / Execução regulamentar dos tribunais / Sanções comerciais / Empresas de execução / Tensões constitucionais / Estado de direito

**YIP, Man.**

The Pallant v Morgan equity reconsidered / Man Yip.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 33, n.º 4 (2013), p. 549-571

Intenção comum / Princípios jurídicos / Prática comercial / Dever fiduciário / Isenção de propriedade / Duplicação de resultados

**YIP, Man.**

The use value of money in the law of unjust enrichment / Man Yip.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 4 (2010), p. 586-609

Enriquecimento sem justa causa / Utilização do dinheiro -- cobrança de juros / Direito a juros / Dinheiro

**ZHOU, Qi.**

The Law and Economics of Takeovers : an Acquirer's Perspective. by Athanasios Koulouridas : [recensão] / Qi Zhou.

**In:** Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 30, n.º 1 (2010), p. 160-163

## **O Direito**

**CORDEIRO, António Menezes, 1953-**

A ilicitude e a fraude à lei nos negócios jurídicos / António Menezes Cordeiro.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 659-674

Fraude / Ilicitude / Negócios jurídicos

**FROTA, Hidemberg Alves da.**

Recuperar o espaço público e proteger os direitos fundamentais dos comerciantes informais : balizas da Corte Constitucional da Colômbia (2010-2017) / Hidemberg Alves da Frota.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 719-747

Direitos fundamentais dos comerciantes informais / Jurisprudência da Corte Constitucional da Colômbia / Recuperação do espaço público

**MARCOS, Ricardo João da Silva.**

O Tribunal Penal Internacional e a Constituição da República Portuguesa : breves considerações sobre a conformidade constitucional / Ricardo João da Silva Marcos.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 749-759

Constituição da República Portuguesa / Tribunal Penal Internacional

**MILER, Artur.**

Sigilo profissional em medicina dentária e os desafios éticos do e-health : revisão narrativa / Artur Miler, Américo Afonso.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 709-718

Bioética / E-health / Ética / Medicina Dentária / Sigilo profissional

**MIRANDA, Jorge, 1941-**

A propósito da dissolução da Assembleia da República : breves apontamentos / Jorge Miranda.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 643-658

Assembleia da República / Governo / Órgãos políticos / Presidente da República

**RAMOS, José Luís Bonifácio, 1959-**

Direito real de habitação periódica : do bem de consumo, à realidade / José Luís Bonifácio Ramos.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 675-689

Direito do consumo / Direito real de habitação periódica

**SANTOS, Inês Freire dos.**

As responsabilidades parentais e a igualdade de género em tempos de pandemia : o caso das mulheres profissionais de saúde / Inês Freire dos Santos.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 761-785

Exercício profissional / Família / Igualdade / Pandemia / Responsabilidades parentais

**TORNADA, João.**

Suspensões e restrições à liberdade de religião e de culto no contexto da Covid-19 / João Tornada.

**In:** O Direito. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 153, 4 (2021), p. 691-708

Covid-19 / Liberdade de religião e de culto

## **Prontuário de Direito do Trabalho**

**AMADO, João Leal, 1962-**

Luto parental, faltas e férias / João Leal Amado, Milena Silva Rouxinol.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 135-150

Dias úteis / Dias não úteis / Faltas / Férias / Impedimento ao gozo de férias

**FERNANDES, António Monteiro, 1940-**

Nótula sobre o ónus da prova nos litígios laborais / António Monteiro Fernandes.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 95-109

Jurisprudência consolidada / Método indiciário / Ónus da prova / Presunção / Processo equitativo

**GOMES, Júlio Manuel Vieira, 1961-**

Algumas observações sobre a Diretiva (UE) 2019/1937 e a Lei n.º 93/2021 / Júlio Manuel Vieira Gomes.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 151-193

Obrigações de confidencialidade / Tutela do denunciante / Whistleblowing

**GOMES, Maria Irene.**

Contrato de trabalho doméstico : problemas de articulação com o regime geral do contrato de trabalho / Maria Irene Gomes.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 221-246

Contrato de trabalho doméstico / Problemas de articulação de regimes

**MARTINEZ, Pedro Romano, 1959-**

O princípio da irredutibilidade da retribuição / Pedro Romano Martinez.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 263-279

Autonomia privada / Prestações não retributivas / Princípio da irredutibilidade / Redução retributiva /  
Retribuição

**MARTINS, David Carvalho.**

Transmissão de unidade económica : algumas atualizações / David Carvalho Martins, Tiago Sequeira Mousinho.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 111-133

Tribunal de Justiça / Alterações legislativas / Jurisprudência / Lei n.º 18/2021, de 8 de Abril / Reenvio  
prejudicial / Transmissão de unidade económica

**MONTEIRO, Luís Miguel.**

A intervenção do inspector do trabalho na decisão de despedir / Luís Miguel Monteiro.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 195-219

Despedimento / Inspector do trabalho / Suspensão do despedimento

**MOUSINHO, Tiago Sequeira.**

Detetives em contexto laboral / Tiago Sequeira Mousinho.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 281-319

Detective privado / Direitos fundamentais / Direitos de personalidade / Interesses legítimos da empresa /  
Privacidade / Protecção de pessoas e bens / Prova ilícita / Trabalhador-detective / Vigilância humana /  
Vigilância oculta

**QUINTAS, Paula.**

Entendimento jurisprudencial quanto à presunção da aceitação do despedimento e sua ilisão / Paula Quintas.

**In:** Prontuário de Direito do Trabalho. ISSN 0873-4895. Nº 2 (2021), p. 247-262

Art. 366.º, n.ºs 4 e 5, CT / Conceito em simultâneo / Efeitos jurídicos da presunção da aceitação do  
despedimento e sua ilisão / Extensão teleológica / Interpretação extensiva/atualista / Interpretação  
literal/restritiva / Revogação do n.º 5, do art. 366.º, CT

## **Questões Atuais de Direito Local**

**BATALHÃO, Carlos José.**

A modificação objetiva dos contratos públicos : matéria profundamente alterada e de aplicação imediata /  
Carlos José Batalhão.

**In:** Questões Atuais de Direito Local. ISSN 2183-1300. N.º 33 (2022), p. 59-80

Contratos públicos

**GOMES, Carlos A. A. Leal.**

Usufruto de recursos minerais de lítio : condições naturais, ambientais e territoriais no Norte de Portugal / Carlos A. A. Leal Gomes.

**In:** Questões Atuais de Direito Local. ISSN 2183-1300. N.º 33 (2022), p. 7-22

Lítio / Recursos minerais -- Norte de Portugal

**NABAIS, José Casalta, 1952-**

Os poderes tributários dos entes locais / José Casalta Nabais.

**In:** Questões Atuais de Direito Local. ISSN 2183-1300. N.º 33 (2022), p. 25-45

Poderes tributários

**OLIVEIRA, Fernanda Paula, 1967-**

A nulidade da declaração extemporânea de nulidade de atos de gestão urbanística : não é um lapso, é mesmo uma situação da vida! / Fernanda Paula Oliveira, Dulce Lopes.

**In:** Questões Atuais de Direito Local. ISSN 2183-1300. N.º 33 (2022), p. 47-57

Gestão urbanística / Nulidade / RJUE

**SOUSA, Ana Pereira de.**

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional : algumas notas sobre uma simulação de democracia / Ana Pereira de Sousa, Leandro de Oliveira.

**In:** Questões Atuais de Direito Local. ISSN 2183-1300. N.º 33 (2022), p. 81-106

CCDR

## **Revista de Direito Civil**

**ANTUNES, José Engrácia, 1961-**

Das obrigações pecuniárias em especial / José Engrácia Antunes.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 2 (2021), p. 243-317

Obrigações pecuniárias

**ANTUNES, José Engrácia, 1961-**

Das obrigações pecuniárias em geral / José Engrácia Antunes.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 1 (2021), p. 9-61

Obrigações pecuniárias

**ANTUNES, José Engrácia, 1961-**

Do cumprimento e não cumprimento das obrigações pecuniárias / José Engrácia Antunes.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 3/4 (2021), p. 521-587

Obrigações pecuniárias

**ATAÍDE, Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas.**

Concurso de imputações no âmbito dos acidentes de viação : os riscos próprios do veículo e o facto do lesado, culposo ou meramente causal / Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 2 (2021), p. 319-339

Acidentes de viação / Detentor do veículo / Exclusão da responsabilidade

**ATAÍDE, Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas.**

Modelos convencionais de regulação e distribuição do risco contratual : em especial, as cláusulas hardship / Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 1 (2021), p. 63-84

Cláusulas hardship / Contratos / Risco contratual

**CARAMELO, António Sampaio.**

Ainda sobre o dever de fundamentar as sentenças arbitrais / António Sampaio Caramelo.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 3/4 (2021), p. 589-636

Sentenças arbitrais / Tribunais arbitrais

**CASANOVA, Juliana Lopes.**

Antropocentrismo : o início e o fim do Direito dos Animais / Juliana Lopes Casanova.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 3/4 (2021), p. 699-723

Antropocentrismo / Direitos dos animais

**CERQUEIRA, Gustavo.**

O critério de qualificação do ato jurídico receptício / Gustavo Cerqueira.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 1 (2021), p. 109-151

Acto jurídico receptício

**CORDEIRO, António Menezes, 1953-**

A tipicidade dos direitos reais / António Menezes Cordeiro.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 3/4 (2021), p. 485-520

Tipicidade dos direitos reais

**MORGADO, Sofia, 1969-**

Ainda há lugar para touradas no ordenamento jurídico português? : sobre os espetáculos tauromáquicos à luz do Novo Estatuto Jurídico dos Animais / Sofia Morgado.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 2 (2021), p. 451-469

Estatuto jurídico dos animais

**PIRES, Catarina Monteiro.**

Contratos prolongados : entre dogmas carecidos de revisão e problemas carecidos de sinalização / Catarina Monteiro Pires, Diogo Tapada dos Santos.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 1 (2021), p. 85-108

Contratos duradouros / Contratos prolongados / Juízo de prognose

**PISSARRA, Nuno Andrade.**

Gestão de negócios : comentário aos artigos 464.º a 472.º do Código Civil / Nuno Andrade Pissarra.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 2 (2021), p. 341-424

Gestão de negócios

**ROSA, Ana Sofia.**

O regime do maior acompanhado : da rigidez dicotómica à supremacia da vontade / Ana Sofia Rosa.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 2 (2021), p. 425-450

Regime jurídico do maior acompanhado

**SBRISSIA, Henrique.**

O instituto da fraude à execução no Direito brasileiro e suas correlações com a conservação da garantia patrimonial no Direito português

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 3/4 (2021), p. 637-697

Execução / Fraude / Garantia patrimonial -- Portugal

**SOUSA, Daniela Rodrigues de.**

A concorrência desleal e o uso da marca / Daniela Rodrigues de Sousa.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 1 (2021), p. 153-203

Concorrência desleal / Direitos privativos / Marca / Propriedade industrial / Violação do direito à marca

**TEIXEIRA, Dina Freitas.**

A relevância negativa do comportamento lícito alternativo na responsabilidade civil delitual : recorte do âmbito normativo dos artigos 491.º, 492.º e 493.º/1 do Código Civil / Dina Freitas Teixeira.

**In:** Revista de Direito Civil. Coimbra. ISSN 2183-5535. A. 6, nº 1 (2021), p. 205-230

Comportamento lícito alternativo / Responsabilidade civil delitual

## Revista de Legislação e de Jurisprudência

### **A. G.**

Consulta : [Direito Fiscal] / A. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1241 (1893), p. 387-389

**Resumo:** As procurações com poderes para fins forenses, embora especializados, deixarão de estar compreendidas na verba 186 da última lei do selo de 21 de Julho de 1893, para o estarem na verba 187? As procurações com poderes para licitar bens de uma herança estarão sujeitas ao selo da verba 188 da mesma lei, ou deverão antes ser consideradas como forenses?

Procuração / Selo

### **A. G. C. G.**

Consulta : [Processo Civil] / A. G. C. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1202 (1892), p. 309-310

**Resumo:** Os juizes de direito de 1.ª instância poderão nos seus impedimentos chamar qualquer dos quatro substitutos para o substituir?

Juizes de direito / Substitutos dos juizes de direito

### **BARREIROS, António Duarte Marques.**

Questão de alimentos / António Duarte Marques Barreiros.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1230 (1893), p. 217-219

**Resumo:** A mulher casada por contrato dotal, e separada judicialmente de seu marido por pessoa e bens, é obrigada a dar alimentos ao marido que deles careça, ainda que os pais dele sejam pessoas abastadas.

Alimentos

### **CARVALHO, Eduardo José da Silva, 1857-1931.**

Responsabilidade de um testamenteiro / Eduardo José da Silva Carvalho.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 538-542

**Resumo:** Podem reunir-se e convolar-se contra um testamenteiro, responsável solidário, várias execuções fiscais instauradas contra diversos legatários. - A responsabilidade do testamenteiro, que entrega ou não obsta à entrega dos legados, sem que previamente os legatários paguem ou garantam as respectivas contribuições pelas transmissões, é solidária e não meramente pessoal ou proporcional. - Passado o prazo, ou designado ou legal, para o cumprimento dos legados, deve presumir-se a entrega ou satisfação destes aos legatários.

Execuções fiscais / Legado

**CASTRO, Alfredo de.**

Offício inédito da direcção geral de contabilidade pública de 5 de Junho de 1893 / Alfredo de Castro.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1230 (1893), p. 216-217

**Resumo:** As despesas de instrução primária, que estavam a cargo das Juntas de Paróquia, estão hoje a cargo das Câmaras Municipais, que as devem efectuar directamente pelas receitas daquelas Juntas ; e as despesas de material, expediente e diversas da instrução primária, que estavam a cargo das Câmaras Municipais, têm de ser pagas pelo fundo respectivo, nos limites dos orçamentos já votados das mesmas Câmaras.

Câmaras Municipais / Instrução primária

**CASTRO, Deolindo de.**

Consulta : [Direito Fiscal] / Deolindo de Castro.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1200 (1892), p. 278-279

**Resumo:** Estará sujeito a selo o papel, em que o administrador de um jornal jurídico declara que recebeu a importância da assinatura de um ou mais volumes do mesmo jornal?

Recibo / Selo

**CASTRO, José M. Lopes da Silveira e.**

Offício do juiz de direito em serviço das execuções fiscaes em Mangualde de 5 de Maio de 1893 / José M. Lopes da Silveira e Castro.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1219 (1893), p. 40-41

**Resumo:** À cobrança dos foros pertencentes à fazenda nacional é aplicável o processo das execuções fiscaes, estabelecido para a cobrança dos impostos, contanto que a fazenda não prove por documentos que tem a sua intenção fundada na posse de receber os foros, pelo menos durante três anos consecutivos e uniformes.

Foros

**CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1196 (1892), p. 210-212

**Resumo:** Quando alguma operação do recrutamento se não efectue na época normal, poderá o governador civil designar-lhe novo prazo e estabelecer para as demais operações, os prazos que quiser?

Recrutamento militar

**CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1197 (1892), p. 232-234

**Resumo:** Pelo mútuo auxílio que as autoridades administtraiva e judicial se devem prestar, cumprirá aos juizes de direito atender a requisição que lhes façam os administradores de concelho, para os prevenirem antes de ordenarem a soltura de qualquer réu? A autoridade judicial deverá mandar soltar o preso que lhe seja apresentado pela autoridade administrativa, por haver sido insultado por ele no acto da prisão? Haverá prazo fixado para a detenção para averiguações? Os presos, que a autoridade judicial mandar pôr em liberdade, poderão ser detidos pela autoridade administrativa para averiguações nas cadeias, que estiverem nos termos do artigo 63.º da lei de 1 de Junho de 1867?

Administradores do concelho / Averiguações / Juizes de direito

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1199 (1892), p. 260-261

**Resumo:** Como hão-de as Câmaras Municipais organizar os seus orçamentos para as despesas paroquiais no próximo ano civil?

Câmaras Municipais / Orçamentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1200 (1892), p. 277-278

**Resumo:** Quais são os estabelecimentos distritais que em virtude do decreto de 6 de Agosto de 1892 ficam pertencendo ao governo, às câmaras, ou às comissões distritais? Como poderão estas comissões satisfazer as despesas dos hospícios a que se refere o artigo 60.º do regulamento de 5 de Janeiro de 1888?

Estabelecimentos distritais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1201 (1892), p. 298-299

**Resumo:** Quem aprova os orçamentos distritais para o ano corrente, depois da publicação do decreto de 6 de Agosto de 1892?

Orçamentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1202 (1892), p. 311-312

**Resumo:** Poderão ser anulados os acórdãos dos tribunais administrativos, acerca de contas, depois de haverem passado em julgado?

Acórdão / Contas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1203 (1892), p. 327-329

**Resumo:** Tendo sido arbitrada para a congrua de um pároco a renda de uma casa, de que a junta de paróquia era proprietária, e sendo depois destruída a mesma casa, poderá o pároco exigir o valor das rendas correspondentes ao tempo decorrido desde a destruição da casa?

Congruas paroquiais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1204 (1892), p. 340-341

**Resumo:** Poderá fazer parte de uma junta de paróquia o respectivo pároco, sendo directamente interessado em contrato celebrado com aquela corporação?

Juntas de paróquia

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1205 (1892), p. 359-361

**Resumo:** A quem poderão os professores de instrução primária requerer aumento de seus ordenados por diuturnidade de serviço? Quais os limites deste aumento, e desde quando deverá contar-se? Competindo ao governo resolver estas pretensões, poderá, se forem desatendidas, recorrer-se para o Supremo Tribunal Administrativo?

Instrução primária

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1207 (1892), p. 387-389

**Resumo:** Qual é a remuneração que hoje pertence aos recebedores de comarca pela cobrança de rendimentos municipais?

Recebedores / Receitas municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1209 (1893), p. 419-420

**Resumo:** Como deverá proceder o administrador do domicílio de certos emigrantes, sabendo que o secretário de uma outra administração foi procurador deles para a concessão de passaportes?

Emigração / Empregados / Passaportes

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1210 (1893), p. 436-437

**Resumo:** Sendo hoje a Guiné portuguesa um distrito autónomo, subsistirá para todos os efeitos a organização do círculo eleitoral de Sotavento?

Ultramar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 452-453

**Resumo:** Qual é a sessão em que as Câmaras Municipais devem eleger os delegados para a eleição da comissão distrital? Qual é o significado das palavras - votação pública - empregadas no § 1.º do artigo 2.º do Decreto de 6 de Agosto de 1892?

Comissão distrital

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1212 (1893), p. 466-468

**Resumo:** Quem julga da validade das trocas dos números dos mancebos sorteados? Qual o prazo para reclamar da comissão do recrutamento pelas trocas de números que os ditos mancebos efectuaram?

Recrutamento militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1213 (1893), p. 483-485

**Resumo:** O produto dos emolumentos dos passaportes pertencerá, desde o 1.º de Julho de 1892, aos empregados das secretarias dos governos civis?

Emolumentos / Empregados / Passaportes

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1215 (1893), p. 515-517

**Resumo:** Poderá uma junta de paróquia, em vez de fazer no próprio ano o lançamento de contribuições, adiá-lo para o imediato e proceder a novo lançamento das mesmas contribuições, substituindo o anterior, depois de exposto ao exame dos contribuintes e de se haver reclamado contra ele? E poderia também incumbir a pessoa de sua escolha a cobrança das contribuições lançadas? Não tendo estas faculdades, qual a responsabilidade do abuso cometido? O poder judicial carecia de autorização do governador civil para executar os devedores às juntas de paróquia?

Contribuições paroquiais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1216 (1893), p. 530-531

**Resumo:** Competirá aos tesoueiros municipais ou aos recebedores de comarca arrecadar as contribuições paroquiais em dívida?

Contribuições paroquiais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1217 (1893), p. 4-5

**Resumo:** Estará revogado o § 30.º do alvará de 22 de Janeiro de 1810?

Curandeiros / Medicamentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1218 (1893), p. 21-22

**Resumo:** Um espanhol, recenseado como elegível para os corpos administrativos, poderá, sendo eleito para uma Câmara Municipal, funcionar na mesma Câmara?

Câmaras Municipais / Corpos administrativos / Estrangeiro

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1219 (1893), p. 34-35

**Resumo:** Poderá o capelão de um cemitério municipal celebrar por autoridade própria ofícios fúnebres na respectiva capela?

Capelães

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1220 (1893), p. 53-54

**Resumo:** Qual a pena aplicável ao mancebo autuado nos termos do artigo 48.º do decreto de 29 de Outubro de 1891?

Recrutamento militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1221 (1893), p. 70-71

**Resumo:** A quem pertence o ordenado do administrador de um concelho, estando ausente com licença o efectivo, e fazendo suas vezes o substituto?

Ordenado / Vencimentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1222 (1893), p. 87-88

**Resumo:** O que significam as palavras do n.º 1.º do artigo 24.º do decreto de 6 de Agosto de 1892 - organização ou dotação de serviços e fixação de despesas? - As Câmaras Municipais deliberam definitivamente sobre concertos de estradas de 3.ª ordem?

Câmaras Municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1223 (1893), p. 99-100

**Resumo:** Para reivindicar o terreno usurpado de um logradouro comum será competente a acção popular?

Acção popular

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1223 (1893), p. 100-101

**Resumo:** Um mancebo isento temporariamente do serviço militar poderá ser recenseado depois de perfazer vinte e três anos de idade?

Recrutamento militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1224 (1893), p. 120-121

**Resumo:** Tendo uma Câmara deliberado desistir de um pleito, poderá, se assim o entender conveniente, revogar esta deliberação?

Câmaras Municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1225 (1893), p. 133-134

**Resumo:** Deverão as Câmaras pôr a concurso os lugares de tesoureiros privativos, em virtude do disposto no artigo 32.º do decreto de 6 de Agosto de 1892?

Câmaras Municipais / Tesoureiros municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1226 (1893), p. 150-152

**Resumo:** Tendo feito uma Câmara Municipal concessão de um mercado a uma companhia, e não se tendo estipulado na respectiva escritura coisa alguma quanto a polícia do mercado e preço dos lugares, que direitos pertencem a este respeito às partes contratantes? Poderão resolver-se estas e outras dúvidas, que houver entre a Câmara e a empresa, por meio de árbitros, como diz a escritura?

Câmaras Municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1228 (1893), p. 178-180

**Resumo:** A tabela de emolumentos judiciais só poderá aplicar-se nas administrações de concelho no caso da disposição 4.ª do n.º 48.º do capítulo V da tabela de emolumentos administrativos, aprovada pela lei de 23 de Agosto de 1887? E todos os emolumentos cobrados nos termos daquele capítulo hão-de ser divididos conforme a disposição final do citado n.º 48.º?

Emolumentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1228 (1893), p. 182

**Resumo:** Quais as condições em que poderão conceder-se passaportes colectivos?

Passaportes

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1229 (1893), p. 200-201

**Resumo:** Onde devem ser recenseados os mancebos para o serviço militar? Quem pode reclamar contra a sua inscrição fora do domicílio? Qual é a autoridade competente para decidir a reclamação? Como se efectua a mudança de domicílio para os efeitos do recenseamento militar?

Recrutamento militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1230 (1893), p. 210-211

**Resumo:** Que atribuições pertencem às Câmaras Municipais quanto às despesas com a instrução primária? Poderão as Câmaras votar percentagens sobre as contribuições gerais para o custeio deste serviço, sem ouvirem os quarenta maiores contribuintes?

Câmaras Municipais / Instrução primária

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1231 (1893), p. 226-227

**Resumo:** Deverão ainda hoje as comissões distritais processar resumos de suas deliberações?

Câmaras Municipais / Comissões distritais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 244-245

**Resumo:** Os impostos lançados em 1892 por uma junta de paróquia, para a reconstrução da igreja paroquial, pertencerão à mesma junta ou à câmara respectiva?

Juntas de paróquia

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1234 (1893), p. 276-277

**Resumo:** Sendo eleitos dois indivíduos para uma Câmara Municipal, um dos quais é regedor de paróquia ao tempo da eleição, e o outro eleito em listas de côr, como se deverá completar o quadro da Câmara? Deverão chamar-se os imediatos em votos, ou os substitutos?

Corpos administrativos / Eleição

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1235 (1893), p. 298-299

**Resumo:** Quem nomeia os carcereiros das cadeias a cargo das Câmaras Municipais?

Câmaras Municipais / Carcereiros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1236 (1893), p. 306-307

**Resumo:** Qual é a remuneração que as Câmaras Municipais têm de pagar aos empregados de obras públicas pelo seu trabalho em obras dos Municípios?

Câmaras Municipais / Empregados das obras públicas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 338-339

**Resumo:** O rendimento de um prédio de uma junta de paróquia, não computado no último arbitramento da congrua, poderá adicionar-se a esta, ou substituir proporcionalmente parte da derrama que se distribuir pelos fregueses?

Congruas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 360-363

**Resumo:** Um médico de partido, injustamente suspenso de suas funções pela Câmara Municipal, terá direito ao ordenado correspondente ao tempo que durou a suspensão? Tendo-se reclamado contra uma certa deliberação da mesma Câmara, e anulada pelo tribunal a acta correspondente, da qual consta haver sido mandado pôr a concurso aquele partido, ficará nula também esta deliberação em virtude do referido julgamento? Tendo o mencionado facultativo o direito aos ordenados durante a suspensão, e recusando-se a Câmara a incluir a respectiva verba em orçamento, deverá reclamar para o tribunal da sede da Câmara, ou para o da comissão distrital, que também não quis suprir a omissão da dita Câmara?

Câmaras Municipais / Acta / Anulação / Empregados / Ordenado / Reclamação / Vencimentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1241 (1893), p. 389-392

**Resumo:** Como deverá proceder uma Câmara Municipal, apresentando-se-lhe, em virtude de uma resolução do Supremo Tribunal Administrativo, um facultativo para tomar posse de um partido, antes daquela resolução substituído por outro, que foi posto a concurso, sem reclamação de ninguém, e provido definitivamente?

Facultativo / Partido municipal

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1242 (1893), p. 402-403

**Resumo:** Que emolumento devem pagar os moradores vizinhos de um terreno baldio, pelo facto de lhes ser aforado, nos termos da lei de 28 de Agosto de 1869, artigo 11.º?

Baldios / Emolumentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1243 (1894), p. 420-421

**Resumo:** A classe de oficiais das secretarias das Câmaras Municipais desapareceu inteiramente depois do decreto de 13 de Dezembro de 1892?

Oficiais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1245 (1894), p. 450-451

**Resumo:** Como se prova a ausência, para os efeitos do § 4.º do artigo 33.º do regulamento de 27 de Novembro de 1891?

Ausência / Recrutamento militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1246 (1894), p. 467-468

**Resumo:** Pertencerá hoje às Câmaras Municipais satisfazer as despesas da instrução primária que pertenciam às juntas de paróquia? Que rendimentos deverão, em caso afirmativo, aplicar-se a estas despesas?

Câmaras Municipais / Instrução primária

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1247 (1894), p. 484-486

**Resumo:** Como se regulam e dividem os emolumentos do capítulo V da tabela dos emolumentos administrativos de 23 de Agosto de 1887.

Emolumentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1248 (1894), p. 498-499

**Resumo:** Qual o direito de portagem correspondente a um carro de quatro rodas puxado por três cavalgadas?

Direitos de passagem / Passagem

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 530-532

**Resumo:** Qual é o prazo para recorrer para a relação do distrito da sentença dos juizes de direito sobre recursos eleitorais?

Prazo / Recenseamento eleitoral / Recurso

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1252 (1894), p. 24-25

**Resumo:** Os vencimentos dos magistrados judiciais e do Ministério Público poderão ser tributados para a congrua paroquial?

Congruas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1254 (1894), p. 52-54

**Resumo:** Depois do decreto de 24 de Dezembro de 1892, que regulou o provimento dos empregos de administração local, poderão as Câmaras nomear tesoureiros privativos?

Câmaras Municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1255 (1894), p. 70-71

**Resumo:** As deliberações das Câmaras Municipais sobre alinhamentos serão provisórias ou definitivas? Qual é o tribunal competente para anular aquelas deliberações, quando sejam ilegais, bem como os contratos nelas fundados?

Câmaras Municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1256 (1894), p. 88-90

**Resumo:** Qual é o processo para o julgamento das reclamações contra a eleição das comissões distritais?

Comissões distritais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1257 (1894), p. 98-99

**Resumo:** Que atribuições competirão aos administradores de concelho, no caso de naufrágio, não havendo consul da nação do navio naufragado?

Administrador de concelho

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1258 (1894), p. 115-116

**Resumo:** Que emolumentos pertencem aos louvados, oficiais de diligências, secretários das Câmaras e empregados técnicos, na avaliação, levantamento de planta e aforamento de baldios?

Baldios / Louvados

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1259 (1894), p. 135-136

**Resumo:** A multa imposta aos transgressores do artigo 32.º do regulamento de 28 de Novembro de 1878 poderá ser paga independentemente de julgamento? Sem este julgamento poderá ser feito o registo civil de um recém nascido, sendo apresentado depois de passado o prazo fixado naquele artigo?

Multa

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1261 (1894), p. 165-166

**Resumo:** Como deverão interpretar-se os artigos 25.º e 26.º do decreto de 6 de Agosto de 1892, a respeito da aprovação das deliberações provisórias dos corpos administrativos e das reclamações contra a resolução das autoridades tutelares, ou contra a falta de resolução?

Câmaras Municipais / Juntas de paróquia

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1262 (1894), p. 184-186

**Resumo:** Que pena sofrem os mancebos que não se apresentam à junta de inspeção?

Serviço militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1263 (1894), p. 194-195

**Resumo:** Como suprir a falta de facultativos no exame de um indivíduo, contra o qual se intentou a acção de interdição por demência?

Acção de interdição por demência

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1264 (1894), p. 211-212

**Resumo:** O único diploma relativo a recrutamento militar será o regulamento de 29 de Outubro de 1891?

Recrutamento militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1265 (1894), p. 229-230

**Resumo:** Serão hoje provisórias as deliberações das comissões distritais referentes a assuntos de polícia próprios de posturas municipais?

Comissões distritais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1266 (1894), p. 242-243

**Resumo:** Serão definitivas ou provisórias as deliberações das Câmaras Municipais sobre arrematação de contribuições indirectas?

Câmaras Municipais / Contribuições municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1267 (1894), p. 259-260

**Resumo:** Quem é competente para anular a nomeação de um oficial de diligências, feita por um administrador de concelho sem o lugar estar devidamente criado?

Administrador de concelho

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1268 (1894), p. 275-276

**Resumo:** Quem substitue os reitores dos liceus, nas sua faltas ou impedimentos?

Instrução secundária

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1269 (1894), p. 296-297

**Resumo:** A quem pertence fazer remover de uma praia uma baleia em estado de putrefação?

Câmara Municipal / Administrador do concelho

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1270 (1894), p. 306-307

**Resumo:** Pretendendo um eclesiástico, director de uma capela pública, assenhorar-se das imagens da mesma capela, dizendo que as comprou à sua custa, como há-de dirimir-se a questão do domínio das ditas imagens?

Imagens

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1271 (1894), p. 323-324

**Resumo:** Deverão os administradores de concelho dar seguimento às queixas de transgressão de posturas que punem as ofensas a particulares?

Administrador de concelho / Posturas municipais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1272 (1894), p. 338-340

**Resumo:** Qual é o período de tempo em que os recrutados suplentes são obrigados a suprir as faltas dos efectivos?

Recruta / Serviço militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1273 (1894), p. 355-357

**Resumo:** O que são confrarias fabriqueiras? Quais as suas atribuições e rendimentos? Qual é a autoridade competente para resolver as questões entre as confrarias?

Confrarias

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1274 (1894), p. 370-371

**Resumo:** Serão obrigados a pagar custas os camaristas ou agentes de outras corporações, quando sejam condenados por se recusarem a prestar contas?

Custas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1276 (1895), p. 402-403

**Resumo:** Vigora ainda o artigo 403.º do Código administrativo?

Câmaras Municipais / Multa

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1194 (1892), p. 183

**Resumo:** Qual é a multa que deve aplicar-se aos transgressores do regulamento municipal dos impostos indirectos de um concelho, - a do regulamento municipal ou a da lei geral do imposto congénere do estado? E por que processo deverá ser exigida? Podem as câmaras fazer apreensões dos géneros descaminhados ao imposto municipal?

Contribuições municipais / Multa

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1208 (1892), p. 406-409

**Resumo:** Quem aprovava, antes do Decreto de 6 de Agosto de 1892, as deliberações das juntas de paróquia acerca da alienação de baldios? Como se resolvem os conflitos entre os corpos administrativos? Que pena sofrem os corpos administrativos por não cumprirem as resoluções superiores?

Baldios / Conflitos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1240 (1893), p. 370-373

**Resumo:** Como se há-de executar a prescrição do § 5.º do artigo 41.º da lei eleitoral de 23 de Novembro de 1859? A multa cominada no decreto eleitoral de 30 de Setembro de 1852 às comissões de recenseamento deverá ser imposta a cada um dos vogais?

Multas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1249 (1894), p. 515-516

**Resumo:** Poderão caçar com armas os que tiverem autorização legal para usar delas? Os delegados do procurador régio, os subdelegados e os conservadores do registo predial estarão legalmente autorizados a usar de armas?

Armas / Conservadores do registo predial / Delegado do procurador régio / Subdelegados

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1253 (1894), p. 34-35

**Resumo:** Quem paga actualmente a despesa de compra de livros para o registo paroquial? Incorrerá em alguma pena civil o pároco que não entrar em casa de um freguês por ocasião de benção pascal? E o paroquiano que fechar a porta para não receber aquela benção cometerá algum crime?

Câmaras Municipais / Benção pascal / Livros / Pároco

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1253 (1894), p. 39-40

**Resumo:** Cometerá o crime de desobediência, ou outro qualquer, aquele que, tendo sido intimado para dar a um militar aboletamento condigno à graduação do aboletado, enviar este para uma estalagem situada na mesma localidade, afim de aí lhe ser satisfeito o aboletamento à custa do intimado?

Aboletamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1260 (1894), p. 146-147

**Resumo:** A quem pertence o produto das multas cominadas nos regulamentos policiais feitos pelos governadores civis?

Governadores civis / Multa

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1230 (1893), p. 213-215

**Resumo:** O empreiteiro de um lanço de estrada distrital poderá ser responsável civil ou criminalmente pelos prejuízos que a qualquer possam advir da referida construção, quando se não afaste do respectivo projecto?

Embargo de obra nova / Estradas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Administrativo e Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1227 (1893), p. 163-165

**Resumo:** Será aplicável ainda hoje o processo de querela ao crime punido pelo artigo 128.º do decreto eleitoral de 30 de Setembro de 1852?

Crimes eleitorais / Processo criminal

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1194 (1892), p. 184-185

**Resumo:** Interpretação das cláusulas de uma escritura antenupcial, e sua combinação com uma disposição testamentária.

Escritura antenupcial / Venda

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1195 (1892), p. 194

**Resumo:** Os netos ilegítimos herdarão ab intestato de seus avós?

Filhos ilegítimos / Netos / Sucessão

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1195 (1892), p. 197-198

**Resumo:** Tendo sido doado um prédio com a condição de o donatário viver até á sua morte na companhia do doador e de o tratar em suas doenças, ficará nula a doação, por ter o doador posto fora de casa o donatário, por este se portar desonestamente? Em caso negativo, poderá o donatário pedir ao doador a entrega do prédio doado, e dentro de que prazo?

Doação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1196 (1892), p. 218

**Resumo:** Um menor, que foi desde tenra idade para casa de outrém, sem que se estipulasse em tempo algum que vencerá soldadas, poderá exigir estas? Em caso afirmativo, desde quando? E qual é o tempo de prescrição das soldadas?

Menores / Prescrição / Soldadas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 245-247

**Resumo:** Deverá aplicar-se o artigo 1234.º do Código civil à viúva que contraiu segundas núpcias antes de terem decorrido trezentos dias depois da morte do marido, sem ter feito verificar a sua gravidez, embora não tenha filhos nem do primeiro, nem do segundo matrimónio?

Segundas núpcias

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1199 (1892), p. 262-263

**Resumo:** Poderá o dono de um prédio, que é regado com água de uma corrente não navegável nem fluviável, a qual foi obtida em acção de divisão de águas, conseguir agora uma nova divisão mais favorável por este cultivado maior porção de terreno? No caso afirmativo, qual é o processo que deve empregar?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1201 (1892), p. 293-294

**Resumo:** Quem deve a uma herança poderá provar que pagou, apresentando um recibo passado por algum dos co-herdeiros do credor primitivo entre os quais se fizeram partilhas amigáveis sem mencionar aquela dívida? Em caso negativo, poderá o que pagou haver dos herdeiros de quem passou o recibo o capital e os juros pagos?

Dívidas / Partilhas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1202 (1892), p. 312-313

**Resumo:** O que significam as palavras - algum título particular - do artigo 2266.º do Código civil?

Documentos / Título

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1203 (1892), p. 326-327

**Resumo:** Na escritura de um contrato antenupcial deverá declarar-se a idade, naturalidade e filiação dos esposados? As doações feitas em contrato antenupcial poderão abranger bens futuros? Em caso afirmativo, deverão na escritura deste contrato intervir as testemunhas exigidas por lei nas doações causa mortis?

Doação / Escritura antenupcial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1204 (1892), p. 343-344

**Resumo:** Tendo os herdeiros do enfiteuta de um prazo, composto de várias glebas, dividido entre si estas glebas sem consentimento do senhorio, e tendo os mesmos herdeiros deixado de pagar os foros ao senhorio, a quem deve este pedir os foros em dívida. - E se para este efeito for intentada acção contra todos os herdeiros, prejudicará a outra acção de conjunção de prazo?

Prazos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1205 (1892), p. 358-359

**Resumo:** O pároco, que lavrar o assento de baptismo de um filho de mulher casada, mas que não foi havido do marido desta, deverá declarar no mesmo assento o nome do pai verdadeiro e da mãe?

Assento de baptismo / Pároco

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1206 (1892), p. 375-376

**Resumo:** Tendo uma mulher sido dotada com dinheiro, que foi entregue ao marido na ocasião do casamento, quem é competente para obrigar este a fazer a conversão determinada no artigo 1140.º do Código civil ; e de que meio há-de lançar mão?

Dote

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1206 (1892), p. 376-377

**Resumo:** Tendo um testador deixado um legado a uma mulher com a condição de o legado passar para outrem, quando a legatária viesse a falecer sem descendência legítima, poderá a legatária vender o legado, logo que tenha filhos legítimos?

Legado / Substituição fideicomissária

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1207 (1892), p. 393-394

**Resumo:** A rogativa, que o dono de um terreno deve fazer ao dono de uma árvore, para que ele arranque e corte as raízes que se introduzem no seu terreno e os ramos que sobre ele propendem, deverá ser feita judicialmente? Não sendo feita aquela rogativa, o dono do terreno, cortando as raízes e os ramos da árvore, cometerá o crime de dano, e será obrigado a perdas e danos?

Árvores

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1208 (1892), p. 403-404

**Resumo:** Será legal a recusa do conservador a fazer um registo de hipoteca pelo fundamento de não estar registada a favor do devedor a transmissão dos bens hipotecados? Estando a transmissão de um prédio registada a favor de um indivíduo, e tendo pertencido por morte dele este prédio a seu filho em inventário, poderá o comprador do mesmo prédio requerer o registo da transmissão, apesar de não estar feita em favor do vendedor?

Registo

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1210 (1893), p. 437-439

**Resumo:** Tendo marido e mulher nomeado prazos de vidas por título revogável antes de vigorar o Código civil, e tendo falecido a mulher sem revogar a nomeação, poderá revogá-la o marido sobrevivente? Em caso afirmativo, esta revogação aproveitará só ao marido, ou também aos herdeiros da mulher?

Prazos

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1212 (1893), p. 471-472

**Resumo:** Tendo-se estipulado em contrato de arrendamento que o arrendatário não poderia sublocar nem ceder o arrendamento sem licença do senhorio, e tendo-se feito depois a sublocação sem esta licença, ficará a sublocação ratificada pelo recibo de renda, passado pelo senhorio ao novo arrendatário? E tendo-se estipulado no contrato de arrendamento que o arrendatário responderia pelas rendas em casa do senhorio perante as justiças de certa comarca, poderá o arrendatário intentar em outro juízo a acção de consignação em depósito de renda, por o senhorio a não querer receber? E esta incompetência será em razão das pessoas e quando poderá ser alegada?

Acção de consignação em depósito / Arrendamento

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1213 (1893), p. 485-486

**Resumo:** Tendo um testador deixado várias quantias a algumas irmandades ou confrarias que não estão legalmente erectas, serão válidos estes legados? Em caso negativo, como deverá proceder o testamenteiro para cumprir estas disposições testamentárias?

Legado

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1213 (1893), p. 487-489

**Resumo:** Tendo um indivíduo entregado a outro a quantia de 800\$00 réis a título de empréstimo com juros, sob promessa do devedor de fazer escritura pública do contrato de usura, poderá o credor demandar o devedor a pedir-lhe a entrega daquela quantia, quando este não cumpra a promessa?

Dívidas / Empréstimo

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1214 (1893), p. 501-502

**Resumo:** Tendo sido doados com reserva do usufruto a um neto, sendo vivo um filho da doadora, pouco depois falecido, vários prazos de vidas, com a condição de passarem para outro neto, se aquele falecesse sem filhos legítimos, e para outras netas, se este segundo também falecesse nas mesmas circunstâncias, e não tendo sido insinuada aquela doação, será ela válida? E será válida a substituição fideicomissária estabelecida na mesma doação?

Insinuação / Prazos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1214 (1893), p. 503

**Resumo:** Tendo-se adjudicado aos filhos menores do devedor um prédio, que este havia dado em hipoteca para segurança de uma dívida, e estando aquele na posse da mãe dos menores como usufrutuária dos bens destes filhos e procuradora de um filho maior ausente no Brasil, contra quem deve o credor intentar acção e execução para haver o seu crédito?

Dívidas / Escrito particular / Execução hipotecária

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1214 (1893), p. 504

**Resumo:** Havendo certo indivíduo, que não era nobre, declarado em codicilo, no vigor do nosso direito antigo, que outrém era seu filho natural, e tendo aquele mesmo indivíduo instituído outros herdeiros com preterição deste filho, poderiam os filhos deste filho intentar naquele tempo acção de investigação de paternidade ilegítima para serem herdeiros do testador? Em caso afirmativo qual era o direito deles à herança do testador?

Acção de investigação de paternidade ilegítima / Perfilhação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1215 (1893), p. 514-515

**Resumo:** Existindo uma ramada apoiada em duas casas fronteiras, pertencentes a donos diferentes, mas construída quando estas casas pertenciam ao mesmo dono, e, tendo o proprietário actual do prédio serviente de demolir a casa e de a reconstruir de novo, recuando a frente, será obrigado a deixar que a ramada se apoie na frente da casa reconstruída? No caso afirmativo, de que meios deve usar o dono do prédio dominante, e contra quem?

Ramada / Servidão

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1215 (1893), p. 517-519

**Resumo:** Na acção de investigação de maternidade ilegítima deverá o autor provar que não é filho adúlterino nem incestuoso, indicando para isso o nome do pai?

Acção de investigação de paternidade ilegítima

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1216 (1893), p. 532-533

**Resumo:** Tendo certo indivíduo doado entre vivos a um de seus herdeiros legitimários ou a um estranho a terça de seus bens, quem há-de pagar as despesas feitas com os sufrágios por alma do doador?

Sufrágios / Terça

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1216 (1893), p. 534

**Resumo:** Deverá abater-se ainda hoje na conferência dos donatários as reservas ou pensões vitalícias em frutos, impostas pelos doadores em seu favor ou em favor de outras pessoas, quando se trate de prazos de vidas avoengos, doados em vida, antes da vigência do Código civil, sem reserva do usufruto?

Doação / Prazos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1217 (1893), p. 3-4

**Resumo:** Tendo certo indivíduo arrematado em Julho o domínio directo de um prazo, cujo foro se vence em Agosto, terá o arrematante direito ao foro por inteiro?

Foros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1218 (1893), p. 18-20

**Resumo:** Tendo-se estipulado em escritura antenupcial a não comunicação de bens, querendo os noivos que só se comuniquem os adquiridos, por forma que, dissolvido o matrimónio, sem sucessão, cada um dos cônjuges levante do casal os seus bens, e tendo havido sucessão, qual é o regime matrimonial convencionado? Se o noivo não inventariou os bens com que entrou para o casal, qual é a consequência desta falta? Qual é a natureza dos bens herdados pela noiva? Tendo sido estabelecida a favor da noiva, no caso de viuvez, a prestação anual de 400\$00 réis a título de arras, será válida esta doação? Se o noivo legou a sua terça a uma criada, mas, se a doação da prestação de 400\$00 réis excede as forças da terça, ficará por esse facto inutilizado o legado da terça? Qual o meio de no inventário avaliar, garantir e dar pagamento à prestação anual?

Escritura antenupcial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1219 (1893), p. 35-36

**Resumo:** Interpretação de um contrato de doação para casamento.

Doação / Sucessão

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1219 (1893), p. 36-37

**Resumo:** NO casamento segundo o costume do reino o cônjuge, que deu causa à separação de pessoas e bens, e que não levou para o casal bens alguns, perderá a comunhão que pelo casamento adquiriu nos bens de sua mulher?

Acção de separação de pessoas e bens / Casamento segundo o costume do reino

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1220 (1893), p. 52-53

**Resumo:** Tendo um indivíduo cedido em marido e mulher certos bens, para serem deles senhores e possuidores enquanto vivos, com a cláusula de por morte do último tais bens reverterem para o cedente e seus herdeiros, deverão passar estes bens por morte do último dos cessionários para os filhos destes ou para um filho perfilhado do cedente?

Cláusula de reversão / Contratos / Doação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1221 (1893), p. 67-68

**Resumo:** Poderá o dono de um prédio exigir que o vizinho o deixe passar para este prédio por um caminho existente no prédio do mesmo vizinho? E poderá o dono de uma água exigir que o vizinho a deixe passar por um rego existente no seu prédio?

Águas / Aqueduto / Passagem

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1221 (1893), p. 71-72

**Resumo:** A mãe que perfilhou um filho, não sujeito a tutela dada pelo pai, terá direito ao usufruto dos bens do filho durante a sua menoridade, ou terá só a administração destes bens? A condição imposta pelo testador ao herdeiro ou legatário de perder a herança ou o legado, no caso de contrair núpcias, ou de não se portar honestamente, será válida?

Condição / Legado / Mãe / Perfilhação / Testamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1222 (1893), p. 85

**Resumo:** Tendo certo indivíduo casado com uma mulher segundo o costume do reino, e tendo levado para o casal bastantes bens, sem que pela sua parte a mulher levasse bens alguns, se aquele indivíduo falecer sem descendentes e sem testamento, terão seus pais metade ou duas terças partes nos bens que o filho levou para o casal?

Casamento segundo o costume do reino / Comunhão de bens / Sucessão

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1226 (1893), p. 146-147

**Resumo:** Qual é a interpretação que deve dar-se à 2.ª parte do artigo 804.º do Código civil? Qual é o sentido das expressões - pessoa interessada - e - interessado - dos artigos 747.º e 779.º n.º 1.º do Código civil?

Novação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1226 (1893), p. 147-148

**Resumo:** A dívida, proveniente de madeiras vendidas pelo dono de uma estância delas a um carpinteiro para certa obra, estará sujeita à prescrição do n.º 4.º do artigo 539.º do Código civil?

Dívidas / Prescrição

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1226 (1893), p. 152-153

**Resumo:** Tendo-se estipulado certas condições em um contrato de arrendamento, se o arrendatário as não cumprir, poderá o senhorio intentar a acção de despejo?

Arrendamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1227 (1893), p. 167-170

**Resumo:** Tendo sido julgados livres e desembaraçados de qualquer hipoteca ou ónus real os bens arrematados numa execução judicial, ficará extinto o ónus real da consignação de rendimentos constituído sobre os mesmos bens e registado antes da referida execução, mas depois do registo de outras hipotecas ou penhoras?

Arrematação / Registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1228 (1893), p. 180-181

**Resumo:** O fiador, que foi obrigado a pagar pelo devedor, terá direito de ser indemnizado dos juros da dívida que pagou ao credor, vencidos ao tempo do pagamento?

Fiador / Juros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1230 (1893), p. 215-216

**Resumo:** Será válida a perfilhação feita em um assento de baptismo depois da execução do Código civil, em que o pároco declare que o baptizado é filho de certo indivíduo, não sendo o assento assinado pelo pretense pai, ou por outra pessoa a seu rogo, quando ele não saiba ou não possa assinar?

Perfilhação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1231 (1893), p. 232-233

**Resumo:** Tendo o pai de uma mulher vendido um prédio ao pai de certo indivíduo, e tendo este casado com aquela depois da venda, poderá qualquer dos filhos do vendedor, que não consentiram na venda, intentar acção de anulação do contrato de compra e venda? E que espécie de prova será necessária para a procedência da acção?

Acção de anulação / Compra

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 245-246

**Resumo:** Poderá ser rescindida por um credor, com fundamento no artigo 1031.º do Código civil, a venda de um prédio feita pelo devedor a outro credor, provando-se que aquele nada recebeu, e que a venda se fez para pagamento do crédito deste? E de que provas poderá usar? A que prejuízo se refere o citado artigo 1031.º?

Simulação / Venda

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1233 (1893), p. 259-260

**Resumo:** Tendo uma mãe vendido certo prédio, que estava indiviso entre ela e seus filhos, poderá qualquer destes filhos reivindicar o prédio por morte dela? Em caso afirmativo, serão todos os herdeiros da vendedora responsáveis pelo preço do prédio vendido, embora não figurem na acção de reivindicação dele?

Comproprietário / Venda

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1233 (1893), p. 260-261

**Resumo:** Estará compreendida no artigo 1808.º do Código civil a disposição testamentária, que torna os direitos de um indivíduo dependente do estado em que ele se ache ao tempo do falecimento do testador?

Testamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1234 (1893), p. 275-276

**Resumo:** Poderá fazer-se o registo provisório da transmissão de um prédio por compra e venda sem se achar paga ou assegurada a contribuição de registo? E registada provisoriamente a transmissão poderá registrar-se depois uma penhora sobre os mesmos bens?

Contribuição de registo / Registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1234 (1893), p. 277-278

**Resumo:** Tendo um dos cônjuges dívidas anteriores ao matrimónio, deverá formar-se por morte dele a meação do outro cônjuge nos bens que aquele levou para o casal, ou só no que sobejar depois de pagas as dívidas?

Credores / Dívidas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1235 (1893), p. 297-298

**Resumo:** Tendo certo indivíduo doado entre vivos a outro alguns bens com a obrigação de o donatário entregar a um terceiro uma pensão anual ou mensal, terá este hipoteca legal nos bens doados?

Doação / Hipoteca

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1237 (1893), p. 323-324

**Resumo:** Tendo-se estipulado em contrato antenupcial, antes de vigorar o Código civil, que a esposa se dotava com os bens que levava para o casal e com os adquiridos por qualquer título, e o esposo com os bens que possuía e de futuro pudesse adquirir, terá a mulher meação nos bens do casal ou pelo menos nos adquiridos?

Escritura antenupcial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 359-360

**Resumo:** A deixa de bens a uma pessoa como herdeira, por sua vida, para serem por sua morte todos os bens arrendados e entregue o seu rendimento a uma misericórdia envolverá fideicomisso?

Substituição fideicomissária

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1240 (1893), p. 373-375

**Resumo:** Declarando um testador, falecido em 1864, que por morte da usufrutuária os seus bens imóveis seriam vendidos em praça pública pelos testamenteiros e metade do produto repartido pelos pobres da freguesia e a outra metade empregada em alfaias e obras da igreja da mesma freguesia, e tendo a usufrutuária falecido em 1883, poderá a venda ser realizada simplesmente pelos testamenteiros, e o produto repartido pelos pobres sem prévia determinação por sentença, nos termos dos artigos 669.º e seguintes do Código de processo civil? E, no caso negativo, poderá o Ministério Público anular a venda? E, achando-se pendente inventário de maiores por óbito do testador, poderá pedir-se a rescisão neste mesmo processo?

Ministério Público / Pobres / Testamento / Venda

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1242 (1893), p. 404-406

**Resumo:** Aquele que por escritura pública se obrigou a construir mediante certa quantia uma casa, fornecendo à sua custa todos os materiais, e a remover qualquer defeito que pela construção pudesse haver, será responsável pela segurança e solidez do edifício nos termos do artigo 1399.º do Código civil?

Empreiteiros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1242 (1893), p. 406

**Resumo:** Tendo-se arrematado em praça pública um prédio enfitêutico, sem que estivesse registado o domínio directo, e sem que do processo constasse o ónus enfitêutico, poderá o senhorio obrigar o arrematante a reconhecer-lhe o domínio directo e a pagar-lhe os foros?

Foros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1242 (1893), p. 406-408

**Resumo:** A doação entre vivos, pura e simples, feita por um viúvo com filhos do anterior matrimónio a uma mulher solteira, com quem mais tarde veio a casar, estará compreendida na disposição do artigo 1235.º do Código civil? Em caso negativo, deverão os bens doados descrever-se e avaliar-se no inventário a que se proceda por óbito do doador, para saber se este excedeu ou não a sua quota disponível?

Doação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1243 (1894), p. 419-420

**Resumo:** Tendo o usufrutuário de um prédio rústico dado consentimento ao proprietário do prédio para edificar em parte do terreno uma casa para ele e sua família, poderá o usufrutuário intentar contra o proprietário acção de despejo da casa?

Usufruto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1243 (1894), p. 424-425

**Resumo:** Feita uma doação de bens indeterminados, poderá o doador fazer depois doação a outra pessoa de alguns destes bens, especificando-os? Em caso afirmativo, não tendo um dos donatários aceite esta doação, e sendo por isso nula quanto a ele, a quem pertence a respectiva parte dos bens doados? E no mesmo caso, tendo a doação encargos, deverão os donatários cumprir todos os encargos, ou só a parte correspondente aos bens a eles doados?

Doação / Registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1244 (1894), p. 436-437

**Resumo:** Tendo-se adjudicado em partilhas amigáveis a um herdeiro dois prédios vinculares que constituíram o seu lote, e a outro herdeiro um prédio vincular e mais bens livres suficientes para formarem um lote igual aquele, se depois em conciliação amigável feita com um terceiro, que tinha direito a metade dos três prédios vinculares ficaria pertencendo a este, e a outra metade aos dois herdeiros, deve o herdeiro dos dois prédios vinculares ser indemnizado pelo outro do prejuízo que sofreu no seu lote.

Bens vinculares / Partilhas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1244 (1894), p. 438-440

**Resumo:** Tendo-se disposto em testamento que certa pessoa seria única e universal herdeira do testador com as condições de ser só usufrutuária da herança no estado de solteira, e de serem herdeiros os filhos de outra pessoa, se a usufrutuária falecesse neste estado, ou os filhos dela, se os tivesse de matrimónio e lhe sobrevivessem, quais são os herdeiros do testador, no caso de a usufrutuária haver casado, mas não ter filhos?

Testamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1245 (1894), p. 456-457

**Resumo:** Tendo uma menor, cujo pai está em um hospital de alienados, mas não interdito por demência, herdado bens sitos em comarca diversa da do domicílio do pai, que providências deverá tomar o juiz daquela comarca relativamente a estes bens? E tendo sido adjudicada à mesma menor em inventário metade de uma casa, como deverão proceder os donos da outra metade para a comprarem?

Imposição de selos / Venda

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1245 (1894), p. 457-458

**Resumo:** Desde quando começa a contar-se o prazo para a prescrição das acções de rescisão ou emenda das partilhas por preterição de herdeiro nos termos do artigo 2165.º do Código civil?

Prescrição

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1247 (1894), p. 483-484

**Resumo:** Tendo sido doados em 1857 com reserva de usufruto a um neto, sendo vivo um filho da doadora, pouco depois falecido sem descendência, vários prazos de vidas, com a condição de passarem para outro neto, se aquele falecesse sem filhos legítimos, e para outras netas, se este segundo também falecesse nas mesmas circunstâncias, a propriedade de tais prazos radicar-se-ia já no primeiro neto nomeado, posto que ele não tenha filhos, e embora a doação não tenha sido em devido tempo insinuada?

Doação / Insinuação / Prazos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1249 (1894), p. 518-519

**Resumo:** O cessionário de um co-herdeiro gozará do direito de licitar?

Cessionário / Licitação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 534-536

**Resumo:** Tendo sido julgada improcedente uma acção de separação de pessoas e bens intentada pela mulher, e não tendo ela outros bens além da sua meação nos bens comuns do casal, de que meios deverá valer-se o respectivo advogado, afim de evitar a prescrição e obter o pagamento dos seus honorários?

Acção de separação de pessoas e bens / Advogado / Despesas / Dívidas / Mulher casada / Prescrição

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 536-537

**Resumo:** Será válida a desistência que o comproprietário de um prédio indivisível faz, sem outorga da mulher, do direito de preferir na venda a estranho de parte do mesmo prédio pertencente a outrém.

Comproprietário / Desistência

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 536-537

**Resumo:** Será válida a desistência que o comproprietário de um prédio indivisível faz, sem outorga da mulher, do direito de preferir na venda a estranho de parte do mesmo prédio pertencente a outrém.

Comproprietário / Desistência

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1252 (1894), p. 19-21

**Resumo:** Tendo um testador declarado em seu testamento cerrado que em tudo confirmava e queria se cumprisse o anteriormente feito, que era também um testamento cerrado escrito e assinado por ele, mas que foi anulado depois de sua morte por falta de formalidades do auto de aprovação, poderá considerar-se este testamento como documento escrito e assinado pelo testador, para valer em virtude da referência que a ele faz o último testamento?

Testamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1253 (1894), p. 36-37

**Resumo:** Tendo um testador deixado os bens em usufruto a uma pessoa, com a cláusula de que por morte dela passariam tais bens para seus filhos legítimos, e, não os tendo, para os filhos sucessores de seu irmão Paulo, falecendo a usufrutuária sem filhos, deverão os bens passar só para os filhos de Paulo que existirem à morte da usufrutuária, ou também para os filhos de um dos filhos de Paulo, falecido antes deste?

Usufruto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1254 (1894), p. 55-56

**Resumo:** Tendo sido partilhados entre co-herdeiros diferentes uma horta e um lameiro, onde existe um poço com cuja água aquela costumava ser regada antes da partilha, sem que nesta se declarasse coisa alguma a tal respeito, terá o dono da horta direito de continuar a regá-la com a água daquele poço? E no caso afirmativo como torná-lo efectivo?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1255 (1894), p. 66-70

**Resumo:** Será corrente de uso comum aquela que vai lançar-se em outra, e esta ainda em outra que vai lançar-se no mar? Tendo o proprietário marginal de uma corrente comum construído recentemente, no alvo dela, um açude de alvenaria, com o fim de agitar um moinho, e resultando do refluxo das águas, causado pelo açude, o desvio delas para outro local, de modo que vão inundar e assoriar alguns prédios marginais inferiormente situados, poderá o dono de um dos prédios prejudicados obrigar o vizinho a demolir o açude ea indemnizá-lo dos prejuízos causados? Qual é o processo que deve seguir o dono do prédio inundado e assoriado para obter a restituição da corrente ao seu livre curso e a indemnização dos prejuízos causados? Poderão fazer-se açudes permanentes nas correntes comuns?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1255 (1894), p. 71-73

**Resumo:** Será nula a disposição testamentária em que o marido deixa à mulher o usufruto de um prazo? E não sendo nula tal disposição, estará a mulher inibida de intentar a competente acção contra o possuidor desse prazo, pelo facto de no inventário, a que se procedeu por falecimento do marido, o curador geral dos orfãos se ter oposto a que no legado fosse compreendido o prazo, e assim ter sido ordenada e julgada a partilha?

Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1255 (1894), p. 73-74

**Resumo:** Será falsa a escritura que foi realmente feita em dia e lugar diferentes daqueles que constam da mesma escritura, e na qual se diz ter sido apresentado no acto da sua celebração um documento, que então não se achava na posse de nenhuma das pessoas que intervieram na mesma escritura?

Escritura / Falsidade

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1255 (1894), p. 74-75

**Resumo:** Poderá o dono de um prédio sujeito à servidão de aqueduto proibir o dono do prédio dominante de aplicar as águas a prédios diversos daqueles a que estão destinadas?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1257 (1894), p. 102-103

**Resumo:** O exposto, que foi perfilhado por seus pais, precisará do consentimento destes para se casar antes de ter completado vinte e um anos? Em caso afirmativo, tendo os pais dado o seu consentimento no acto do casamento, e tendo o pároco omitido esta declaração, como há-de hoje suprir-se esta falta? E em que parte dos bens do casal sucede o pai do noivo, se este falecer sem descendentes?

Assento de casamento / Consentimento / Exposto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1258 (1894), p. 114-115

**Resumo:** A condição, imposta numa doação inter vivos, de a donatária viver na companhia dos doadores até à morte destes, será válida? Tendo a donatária casado segundo o costume do reino, e deixando mais tarde de viver na companhia dos doadores, poderão estes anular a doação, e a anulação abrangerá todos os bens doados, ou só metade?

Doação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1259 (1894), p. 130-131

**Resumo:** A mulher que se separou judicialmente de seu marido quanto a pessoas e bens, poderá vender seus bens dotais para pagar os honorários do advogado que lhe tratou da separação? Em caso negativo, como proceder?

Acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges / Bens dotais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1260 (1894), p. 147-148

**Resumo:** Estará inibida de dispôr dos seus bens por acto inter vivos a pessoa que está em seu juízo, mas que por doença pouco pode falar?

Doação

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1260 (1894), p. 148-149

**Resumo:** Poderá a mãe comprar bens imobiliários em nome de seus filhos menores com dinheiro mandado por um tio deles para aquele fim?

Compra

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1260 (1894), p. 149-150

**Resumo:** Será válida ou nula a condição imposta em testamento, que inibe os herdeiros de aceitar a herança de seus pais e avós, se estes lhes sobreviverem? Será substituição fideicomissária nula a disposição testamentária, em que o testador determina que, se os seus herdeiros se conservarem solteiros, ou se casarem e não deixarem filhos de legítimo matrimónio, a parte dos bens que tocar ao primeiro falecido, acrescerá ao sobrevivente? Será válida a condição imposta pelo testador a seus herdeiros de que, se casarem, os bens serão incomunicáveis com o seu cônjuge?

Testamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1263 (1894), p. 195-196

**Resumo:** Tendo-se há mais de trinta anos aproveitado constantemente das águas de uma vala, que conduz as águas de um rio para um prédio particular, os proprietários confinantes dessa vala, essa posse será suficiente para aqueles proprietários adquirirem direito às águas?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1264 (1894), p. 216-217

**Resumo:** Tendo um testador deixado o usufruto de certas propriedades a dois indivíduos, e o domínio delas a outro, com a declaração de que, se este falecesse antes dos usufrutuários, sucederiam naquele domínio seus irmãos que lhe sobrevivessem, no caso de o futuro herdeiro do domínio falecer antes dos usufrutuários, terá a mulher alguma parte no dito domínio?

Domínio / Usufruto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1265 (1894), p. 230-231

**Resumo:** Quando o testador faleça antes de estar assinado por todos o testamento público ou o auto de aprovação do testamento cerrado, como deverá proceder o tabelião?

Tabelião / Testamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1267 (1894), p. 263

**Resumo:** As procurações juntas aos autos serão suficientes para provar a identidade das partes?

Acções

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1268 (1894), p. 277-279

**Resumo:** Não tendo um cabeça de casal descrito em inventário, feito por morte do inventariado em 1835, os rendimentos dos bens nele partilhados, poderão ser ainda hoje exigidos estes rendimentos e os seus juros, e por que forma? E como devem ser calculados e provados estes rendimentos? Poderão provar-se por uma vistoria feita em 1839? E tendo sido aforada em 1848 uma das propriedades inventariadas, cujo domínio directo foi partilhado no inventário, mas continuado a receber pelo cabeça de casal, poderá pedir-se a este o foro, e por que forma?

Cabeça de casal

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1269 (1894), p. 293-295

**Resumo:** As margens das correntes de água não navegáveis nem flutuáveis poderão livremente ser ocupadas pelos donos dos prédios adjacentes a essas correntes? No caso negativo, a quem pertence a propriedade desses terrenos e quais os meios competentes para se impedir e anular a sua ocupação indevida?

Margem

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1271 (1894), p. 324-326

**Resumo:** Tendo o senhorio de um prazo antigo vendido ao cabecel o domínio directo deste prazo, poderá cada um dos glebários usar do direito de preferência relativamente à sua gleba? E não tendo os glebários conhecimento do título de transmissão do domínio directo, de que meio deverão usar para obter o título?

Cabecel / Domínio directo

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1273 (1894), p. 359-360

**Resumo:** O pai, que tem três filhos legítimos e um que foi perfilado depois de contraído o matrimónio, poderá dispôr da terça de seus bens em favor deste filho?

Terça

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1275 (1895), p. 389

**Resumo:** Qual será o valor jurídico de um documento particular assinado por dois indivíduos maiores e reconhecido por tabelião, para prova de um facto, se nesse documento os signatários declaram ter conhecimento desse facto?

Documento

### CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1275 (1895), p. 389-390

**Resumo:** Haverá hipoteca legal para garantia de prestações que têm de ser dadas por um donatário?

Hipoteca

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1276 (1895), p. 405-406

**Resumo:** Tendo um testador instituído certo indivíduo seu herdeiro com a condição de que, falecendo sem filhos de legítimo matrimónio, a herança passará para três sobrinhos do testador, no caso de um destes sobrinhos falecer antes de cumprida a condição, acrescerá a sua parte aos outros? Tendo-se feito partilhas daquela herança em conciliação voluntária e com intervenção de um menor, representado por seu pai, mas sem autorização judicial, esta conciliação será nula?

Conciliação / Herança

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil e Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1244 (1894), p. 437-438

**Resumo:** Poderá publicar-se um periódico com o título de outro já existente?

Obra literária ou artística / Periódico / Título

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil e Administrativo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1271 (1894), p. 326-328

**Resumo:** Como há-de valorizar-se a água de uma nascente minero-medicinal, que foi expropriada por uma companhia com fundamento no privilégio de exploração das águas minero-medicinais de uma determinada zona termal? Como água medicinal, ou como água comum, nos termos do artigo 8.º do decreto de 30 de Setembro de 1892?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Civil e Eclesiástico] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1222 (1893), p. 83-85

**Resumo:** Sendo a congrua paroquial composta de dinheiro e cereais pagos pelos fregueses em outubro, e havendo em uma freguesia o costume de o pároco dar certa porção de vinho aos fregueses neste mês, se este pároco falecer no último de Agosto, quais são os direitos dos herdeiros do pároco, e quais os do que foi substituí-lo?

Congruas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1206 (1892), p. 378-379

**Resumo:** Não sendo protestada uma letra por falta de pagamento, desde quando é o aceitante responsável por juros? No caso de protesto, desde quando são responsáveis pelos juros o sacador e os endossados? No caso de falta de selo na letra pela décima de juros, quem é responsável pela décima em dobro?

Décima de juros / Juros / Letra

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1208 (1892), p. 402-403

**Resumo:** Quando se aceita uma letra a mais de um mês e a menos de um ano de prazo, como devem contar-se os meses? No instrumento de protesto deverão intervir testemunhas?

Letra / Meses / Protesto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial].

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1209 (1893), p. 420-421

**Resumo:** O sacador de uma letra, que a pagou, por o aceitante a não ter pago no dia do seu vencimento, terá acção contra o aceitante para o obrigar a pagá-la?

Letra

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 359

**Resumo:** Poderá ser protestada e ajuizada uma letra que só tem sacador e aceitante? Em caso afirmativo, desde quando se deverão contar os juros, não tendo sido estipulados nela, e não havendo protesto?

Letra / Protesto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1246 (1894), p. 470

**Resumo:** Qual é o valor de uma letra, que tem escritas a quantia, o aceite e a assinatura do aceitante, mas não a assinatura do sacador, nem a data do saque, nem o dia do vencimento? Esta letra poderá ser atendida nos inventários do detentor da letra e do aceitante?

Dívidas / Inventário / Letra

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 534

**Resumo:** Tendo-se aberto falência ao aceitante de uma letra, deverá o portador dela, que é também sacador, protestá-la e reclamar o seu pagamento pelo processo de falência, ou deverá intentar acção contra a massa falida? E tendo o credor feito arresto em bens do devedor, este arresto dar-lhe-á preferência sobre os credores não privilegiados?

Arresto / Falência / Letra

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1262 (1894), p. 186-187

**Resumo:** Será letra, livrança ou simples título de dívida um papel, em que se não menciona o nome ou firma daquele que a deve pagar, mas que tem aceite escrito, datado e assinado? Sendo um simples título de dívida, poderá exigir-se o seu pagamento nos tribunais civis ou nos comerciais?

Escrito / Letra / Livrança

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1265 (1894), p. 226

**Resumo:** Como deve contar-se o prazo de doze meses numa letra?

Letra

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1266 (1894), p. 247-248

**Resumo:** Podem provar-se por meio de letras contratos de mútuo ou de usura de valor excedente a 400\$00 réis? E no caso negativo, poderão anular-se em virtude da simulação?

Letra / Mútuo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1195 (1892), p. 198-199

**Resumo:** O dono de um prédio, que há mais de trinta anos se utiliza da água de uma nascente do prédio superior, conduzindo-a por um rego que todos os anos abre, terá adquirido direito a essa água? No caso afirmativo, poderá pedir-se a divisão dessa água pelo processo dos artigos 568.º e seguintes do Código de processo civil? Que direitos tem o dono do prédio inferior, se o dono da nascente a inutilizar? O artigo 438.º do Código civil será aplicável às águas descobertas por indústria do homem?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1197 (1892), p. 227-230

**Resumo:** Poderá o dono de um prédio, que adquiriu direito às águas de uma corrente não navegável nem fluviável, impedir que os proprietários marginais superiores utilizem as águas da corrente em benefício de prédios que adquiriram de novo, e que não tinham anteriormente direito a essas águas? No caso afirmativo, qual é a acção competente? Se dois proprietários praticaram actos de turbação ou esbulho de águas em dois pontos respectivamente diferentes da corrente, e em épocas diferentes, poderá o autor demandá-los na mesma acção? Nas correntes não navegáveis nem fluviáveis terá aplicação o processo de divisão de águas, de que tratam os artigos 566.º e 567.º do Código de processo?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1203 (1892), p. 325-326

**Resumo:** Como se hão-de entregar ao que chegar a maioria os bens que tiverem estado em administração?

Majoridade

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1209 (1893), p. 418-419

**Resumo:** Tendo um proprietário murado um prédio seu e conjuntamente uma parte do vizinho, encerrando-as dentro da mesma parede, sem que o vizinho se opusesse, poderá este obstar agora à demolição da parede, que o primeiro quer fazer? Poderá um proprietário, ao levantar uma parede junto à extrema do seu prédio, construir-la metade no seu prédio e metade no do vizinho, sem consentimento deste? E, no caso negativo, de que meio se pode servir o vizinho para impedir a construção?

Parede

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1210 (1893), p. 439-440

**Resumo:** Tendo-se criado uma nova conservatória, composta de freguesias pertencentes a outra já existente, quem há-de pagar as despesas com certidões tiradas dos registos da antiga conservatória para se fazerem estes registos na nova conservatória? E quem há-de pagar o selo dos livros, em que se lançam estes registos?

Certidões / Conservatória

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1217 (1893), p. 4

**Resumo:** Poderão admitir-se em juízo requerimentos assinados a rogo das partes por amanuenses de cartório e por menores?

Requerimentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1217 (1893), p. 6-8

**Resumo:** Tendo-se feito inventário por óbito de um dos cônjuges por causa de filhos menores, e estando ausente em parte incerta, há mais de quatro anos, o cônjuge sobrevivente, que passou a segundas núpcias, e a quem faleceu a segunda mulher sem deixar filhos, e sem se fazer inventário por morte dela, como e quem deverá prover sobre as pessoas e bens dos menores e do pai ausente?

Ausência / Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1220 (1893), p. 51-52

**Resumo:** Para fazer o cancelamento de uma hipoteca, constituída por um recebedor em favor da fazenda nacional, será suficiente apresentar o n.º do Diário do Governo, onde vem publicado o acórdão do tribunal de contas que julgou o recebedor quite para com a mesma fazenda, e mandou cancelar a hipoteca?

Cancelamento / Hipoteca

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1222 (1893), p. 82-83

**Resumo:** Poderão ser proveitadas por um novo proprietário as águas de uma nascente que, antes da execução do Código civil, foram encanadas através de vários prédios e são utilizadas pelos donos deles, havendo sobejos que são lançados a um rio? No caso afirmativo, qual é o processo que deve seguir-se? Contra quem deve ser intentada esta acção? E, sendo duvidoso a qual de dois indivíduos pertence um dos prédios intermediários, qual deles deve ser citado para a acção?

Águas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1226 (1893), p. 148-150

**Resumo:** Poderá rescindir-se a partilha amigável de bens móveis que não foram especificados na respectiva escritura? Como determinar a parte de cada um de dois co-herdeiros quanto a certos bens imóveis especificados na escritura e partilhados a meio, mas sem se designar a metade de cada um deles?

Divisão e demarcação / Partilhas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1227 (1893), p. 162-163

**Resumo:** O conteúdo das tenções deverá ser secreto até à publicação dos acórdãos das relações?

Acórdão / Escrivães da relação / Tenções

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1235 (1893), p. 295-297

**Resumo:** Quando haja regulamentos administrativos locais, que determinem as cautelas que devem observar-se na construção de cloacas, fossos ou canos de despejo junto de muro comum ou alheio, ou construir-se, encostado ao dito muro, chaminé, lar, fogão, ou forno, depósitos de sal ou quaisquer substâncias corrosivas, e todavia tais cautelas se não observem, qual é o processo que deverá seguir-se? E se nestes regulamentos se impuser a pena de demolição da obra, o juiz de paz será competente para a demolir? No caso de os regulamentos administrativos locais dizerem só a distância a que tais obras podem ser feitas, se forem transgredidos, poder-se-á exigir em acção ordinária a demolição da obra? E não havendo prejuízo actual, mas só receio de prejuízo futuro, como deverá proceder-se? E poderá usar-se das acções possessórias?

Distância / Muro

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1236 (1893), p. 307-308

**Resumo:** O conservador do registo predial não terá direito a receber a importância dos emolumentos e selos pelo registo de um auto de penhora em execução fiscal?

Conservadores do registo predial / Emolumentos / Registo

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1237 (1893), p. 322-323

**Resumo:** Tendo falecido o credor de certas dívidas, e tendo estas sido divididas em inventário pela mulher do falecido e pelo herdeiro deste, sendo o pai do herdeiro usufrutuário da parte das dívidas pertencentes ao filho, poderá cada um dos que têm parte nas dívidas cobrá-las em separado ou conjuntamente, e por que forma? E deverão todos habilitar-se?

Dívidas

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 343-344

**Resumo:** Em um inventário orfanológico poderá o conselho de família deixar para depois das licitações deliberação sobre a forma do pagamento das dívidas passivas da herança E poderá o excesso do valor dos bens licitados por um co-herdeiro sobre o seu quinhão hereditário descontar-se em um crédito que ele tenha sobre a mesma herança? Em caso afirmativo, deverá por este excesso pagar-se contribuição de registo?

Contribuição de registo / Inventário

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1241 (1893), p. 386-387

**Resumo:** Um pai e cabeça de casal em inventário orfanológico poderá constituir um filho seu procurador no mesmo inventário, em que este é também interessado? Em caso afirmativo, poderá o procurador prestar juramento em nome do cabeça de casal?

Inventário / Procurador

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1246 (1894), p. 471-474

**Resumo:** Tendo sido avaliado e arrematado em execução hipotecária um prédio enfitêutico como estando sujeito ao laudémio de vintena, quando realmente o está ao de dezena, e tendo o arrematante pago este laudémio, terá direito a ser indemnizado? E no caso afirmativo como calcular-se a indemnização?

Arrematação / Prazos

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1247 (1894), p. 487-489

**Resumo:** A quantia de 300\$00 réis, fixada pelo decreto de 30 de Setembro de 1892 como valor máximo do domínio directo nos emprazamentos de bens particulares para ser permitida a sua remissão, será, nos Açores, em moeda do continente do reino ou em moeda insulana? Se um foro, cujo valor era de 400\$00 réis, tiver sido dividido igualmente entre dois herdeiros do senhorio directo, terá o enfiteuta direito de exigir a remissão? E no caso afirmativo pagará um só laudémio para ambos os senhorios, e poderá cumular no mesmo processo o pedido da remissão contra ambos os senhorios?

Domínio directo / Foros

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1248 (1894), p. 499-501

**Resumo:** Tendo-se mandado revalidar um auto de vistoria, em que se empregaram as medidas usadas antes do sistema métrico decimal, como deverá fazer-se esta revalidação? Deverá pagar-se a multa de 5\$00 réis? E esta multa estará sujeita à prescrição, de que fala o n.º 3º do artigo 543.º do Código civil?

Vistoria

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1248 (1894), p. 501-503

**Resumo:** Tendo o curador dos orfãos requerido inventário, e tendo o cabeça de casal no auto de perguntas e declarações dito que todos os interessados são maiores e têm capacidade bastante para reger sua pessoa e administrar seus bens, prontificando-se todavia a completar as declarações de cabeça de casal, caso lhe seja ordenado, poderá o curador dos orfãos promover o andamento do inventário, por lhe constar que um dos interessados maior é demente? Neste caso poder-se-á usar do processo do artigo 193.º do Código de processo civil, para prova da notoriedade da demência, e para proseguir o inventário orfanológico?

Inventário

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1248 (1894), p. 504-506

**Resumo:** Tendo um herdeiro vendido a diversos compradores todos os bens que lhe foram deixados com o encargo de pagar anualmente a outrém várias prestações em géneros e em dinheiro, e tendo este registado a respectiva hipoteca legal, como deverá proceder para receber as pensões dos últimos cinco anos e se determinar quel lhe há-de pagar as futuras pensões e em que proporção?

Execução hipotecária / Hipoteca / Legado

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1252 (1894), p. 21-24

**Resumo:** A quem peretencerão os bens que a um filho de primeiro matrimónio, ausente em parte incerta há mais de quarenta anos, foram adjudicados em inventário orfanológico como legítima paterna, tendo o pai binubo falecido depois da ausência e deixado em testamento todos os seus bens ao cônjuge sobrevivente? Qual o processo a seguir para se obter a entrega deles, e como deverá concluir-se a petição da acção?

Ausência / Bens

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1253 (1894), p. 37-38

**Resumo:** Tendo um enfiteuta remido o domínio directo do prazo, que estava registado na conservatória em favor do senhorio, deverá fazer-se o registo da transmissão do domínio directo em favor do enfiteuta, ou o cancelamento daquele registo?

Cancelamento

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1256 (1894), p. 82-85

**Resumo:** Tendo as águas sobejas de duas fontes públicas municipais sido distribuídas entre diferentes proprietários pela Câmara Municipal, e começando um deles a aproveitar-se exclusivamente das águas de uma das fontes, há oito anos, poderão hoje os outros demandá-lo para que reconheça os seus direitos? Se o mesmo proprietário era obrigado a dar passagem às ditas águas para um ou mais prédios inferiores, e obstruiu as regueiras, quando se apoderou exclusivamente das águas, poderão hoje os proprietários inferiores obrigá-lo a restituir-lhes a dita passagem? Qual é o processo que devem empregar e o pedido que devem fazer? Deverá intervir na acção a Câmara Municipal? Poderão os proprietários inferiores coligar-se na mesma acção para estes diversos pedidos?

Águas

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1264 (1894), p. 210-211

**Resumo:** Sendo criada uma conservatória, compreendendo freguesias que faziam parte de duas conservatórias já existentes, deverão ser copiados para os livros da nova conservatória os registos feitos nas antigas, mas relativos às freguesias que passaram para a nova? E quem deverá pagar os selos destes livros?

Conservatória

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1265 (1894), p. 226-229

**Resumo:** Poderão empregar o processo especial de divisão de águas dos artigos 566.º e 567.º do Código de processo, ou de divisão de coisa comum dos artigos 568.º a 571.º do mesmo Código, os proprietários de prédios atravessados pelas correntes comuns, ou não contíguos a elas, com o fim de obterem água para os seus prédios? Sendo enfiteutico um prédio, poderá ser demandado só o foreiro numa questão de águas? Estando num prédio separada a propriedade e o usufruto, se o usufrutuário não contestar a acção relativa a águas desse prédio, poderá fazê-lo o proprietário, que é também parte na acção? Será nulidade a falta de descrição minuciosa por nomes e confrontações dos prédios, sobre que versa uma questão de águas, se pelas indicações da petição eles poderem identificar-se? Poderá adquirir-se direito às águas de uma corrente por meio de posse baseada em um açude e rego permanente, e verificada antes da execução do Código civil?

Águas / Foreiro

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1266 (1894), p. 243-244

**Resumo:** Será nulidade insuprível a falta de intervenção das mulheres do exequente e do executado nos embargos por estes opostos à execução de uma sentença proferida em acção de reivindicação de bens imobiliários? Em caso afirmativo, ficará sanada esta nulidade, tendo a mulher do executado assinado termo de ratificação do processo?

Embargos / Execução

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1266 (1894), p. 245-247

**Resumo:** Como devem interpretar-se as palavras - exigir dos requerentes escritas e assinadas as declarações complementares indispensáveis para as descrições prediais - , que se encontram no n.º 15.º do artigo 199.º do regulamento do registo predial de 28 de Abril de 1870?

Declarações complementares

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1267 (1894), p. 260-263

**Resumo:** O contrato de aforamento, poderá ser celebrado por escrito particular? Deverá ser registado? A que condições deverá satisfazer um título para poder usar-se da acção executiva a exigir o pagamento de foros, nos termos do artigo 615.º do Código de processo civil?

Contrato de aforamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1269 (1894), p. 290-293

**Resumo:** Tendo sido aformalada em comum ao cônjuge sobrevivente e a dois filhos menores uma propriedade que nunca se dividiu, e tendo aquele vendido a um estranho a sua parte, poderão estes, quando chegarem à maioridade, anular a venda e haver para si a parte vendida?

Direito de preferência

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1272 (1894), p. 341-343

**Resumo:** A composição feita entre os cônjuges e homologada por sentença para terminarem uma acção de separação de pessoas, na qual estipularam que podiam continuar a estar separados até que se resolvessem a viver um com o outro, e que os bens existentes no casal e os que o marido viesse a herdar de seus pais seriam partilhados igualmente por ambos, será válida, e terá transitado em julgado a sentença que a homologou? Sendo nula, qual o meio de que deve usar o marido para obter a posse e administração dos bens que estão em poder da mulher? Sendo válida a separação, sê-lo-á também a cláusula relativa aos bens que o marido viesse a herdar de seus pais?

Acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1273 (1894), p. 357-359

**Resumo:** Será nula a partilha de uma herança, feita em acto de conciliação perante um juiz de paz?

Partilha

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1275 (1895), p. 386-387

**Resumo:** Tendo sido omitidos alguns bens da herança na partilha amigável que os interessados fizeram, que meios devem empregar os herdeiros prejudicados com a omissão para obterem a parte que lhes pertence nos bens omitidos?

Acção de sonogados / Cupões / Dívidas / Móveis

### CONSULTA

Consulta : [Direito e processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1276 (1895), p. 409-410

**Resumo:** Se uma acção de adjudicação de aqueduto, intentada contra o arrendatário do prédio, este não nomeou na audiência competente o verdadeiro dono deste, e em contestação provou que era simplesmente arrendatário e quem era o dono do prédio, deverá o arrendatário ser julgado parte legítima na acção?

Acção de adjudicação de aqueduto / Legitimidade de parte

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 242-243

**Resumo:** Em que juízo deve o comerciante demandar os devedores de objectos levados a crédito do seu estabelecimento comercial?

Comerciante / Dívidas / Foro

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1214 (1893), p. 499-501

**Resumo:** Havendo um estabelecimento comercial em uma sociedade familiar tácita, poderá um dos sócios renunciar a sociedade e requerer a imposição de selos no estabelecimento para evitar o extravio dos bens sociais? E como deve fazer-se esta renúncia? E para ela será necessária a outorga da mulher do sócio renunciante, ainda que os bens sociais sejam mobiliários? Poderá fazer-se nos tribunais civis a partilha dos bens de uma sociedade, em que entre um estabelecimento comercial?

Sociedades comerciais

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1224 (1893), p. 119-120

**Resumo:** Poderá ser protestada em quarta feira uma letra vencida na segunda feira, não sendo a terça dia santificado ou feriado? E qual é a responsabilidade do funcionário que protestou uma letra fora do prazo legal?

Empregados / Letra

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1225 (1893), p. 130-131

**Resumo:** Em que livro e por que forma deve fazer-se o registo das marcas de fábrica e de comércio? Como registar-se o acto da dissolução de uma sociedade?

Registo

### CONSULTA

Consulta : [Direito e processo Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1254 (1894), p. 50-52

**Resumo:** O credor de uma letra vencida e não protestada deverá intentar contra o aceitante falido uma acção a pedir-lhe o pagamento da letra, ou deverá exigir o pagamento deste seu crédito no processo da massa falida? O arresto em bens imobiliários devidamente registado dará preferências ao arretante sobre os credores do arretado, que não tenham privilégio ou hipoteca anterior?

Arresto / Letra

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1206 (1892), p. 377-378

**Resumo:** Que disposição do Código penal é aplicável ao facto de três indivíduos apedrejarem de noite o telhado de uma casa habitada, causando prejuízo avaliado em 120 réis? Quem é parte legítima para acusar este crime em juízo?

Crime de dano

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1235 (1893), p. 291-295

**Resumo:** O perdão do ofendido que não se constitui parte acusadora fará cessar a acção penal do Ministério Público contra um crime de furto do valor de 300 réis? E como fazer chegar o perdão ao conhecimento do juízo? O ofendido que perdoar será responsável pelas custas do processo?

Ministério Público / Crime / Custas / Perdão

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1241 (1893), p. 392-394

**Resumo:** Terão incorrido na pena a que se refere o artigo 287.º do Código penal o juiz municipal, que deferiu, e o sub-delegado respectivo que requereu que fosse arquivado um processo crime por ferimentos, no qual há três testemunhas de vista? No caso afirmativo, responderão perante o juiz de direito da respectiva comarca, ou perante a relação? Em que termos deverá o delegado promover, e como provar o dolo a que se refere aquele citado artigo do Código penal?

Crime de prevaricação

### CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1221 (1893), p. 66-67

**Resumo:** Tendo-se instaurado um processo de descaminho de géneros sujeitos aos impostos municipais indirectos, e tendo a instrução do processo ficado concluída antes de 10 de Fevereiro de 1893, remetendo-se o processo depois deste dia ao juiz de direito, qual é o tribunal competente para julgar tal processo?

Impostos municipais indirectos / Real de água

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1249 (1894), p. 519-521

**Resumo:** Tendo certo indivíduo pago por outro em uma execução fiscal, e tendo sido julgada extinta esta execução, como deverá proceder o que pagou pelo devedor, para poder haver o que pagou? E estando já feita penhora e registada, quem pagou pelo devedor gozará do direito de preferência?

Execuções fiscais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1252 (1894), p. 25-28

**Resumo:** Qual é o meio legal de os juizes das execuções fiscais obrigarem os escrivães destes processos a trabalhar e a cumprir as suas ordens? Os escrivães destes processos serão equiparados para todos os efeitos aos escrivães de direito? Será aplicável aos escrivães de fazenda o artigo 61.º do Código de processo civil? A quem se deve exigir a responsabilidade dos actos praticados pelos escrivães suplentes? a estes funcionários ou aos escrivães de fazenda?

Execuções fiscais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1276 (1895), p. 403-405

**Resumo:** Os processos de execuções fiscais, promovidos pela fazenda nacional para a cobrança de foros, censos e pensões em dívida, devem ser escritos em papel selado ou em papel branco? Poderão os escrivães de fazenda exigir nestes processos preparo para os selos e emolumentos? E nos mesmos processos, quando passam em embargos para o poder judicial, poderão os escrivães do juizo exigir preparo para os selos, emolumentos e sentença?

Custas / Execuções fiscais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Fiscal e Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1272 (1894), p. 343-344

**Resumo:** Poderão considerar-se prescritas as custas de uma execução movida contra o arguido do delito de descaminho, se essa execução estiver suspensa por dezoito meses? Estará prescrita a pena de seis meses de prisão, imposta ao arguido por não lhe serem encontrados bens suficientes para o pagamento da multa, se tiverem decorrido dezoito meses depois da condenação?

Custas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Fiscal e Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1273 (1894), p. 357

**Resumo:** Tendo sido condenado em multa o arguido do delito de descaminho de tabacos, e tendo cumprido a pena de prisão por lhe não serem encontrados bens, poderá mais tarde ser obrigado ao pagamento da multa, quando venha a adquirir bens por herança ou outro título?

Multa

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1257 (1894), p. 100-102

**Resumo:** Tendo-se refugiado em Espanha um português pronunciado por crime de homicídio, e recusando-se o governo daquele país a conceder a sua extradição enquanto não cumprir a pena de quinze anos de prisão, a que no mesmo país foi condenado por outro crime de homicídio lá praticado, como deverá proceder-se afim de se evitar a prescrição do crime praticado em Portugal?

Prescrição

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1263 (1894), p. 198-205

**Resumo:** Haverá a acumulação de crimes, punível nos termos do artigo 102.º do Código penal, quando o agente de dois, tendo sido julgado e condenado só por um, por o processo relativo ao outro se achar arquivado por falta de provas, for depois pronunciado também por este? Como deverá punir-se, por quem e por que forma? Estando o indiciado a cumprir na cadeia penitenciária parte da pena em que foi condenado, poderá ser julgado, logo que o processo esteja pronto, ou terá de aguardar-se a sua saída? E como proceder, se ao tempo da partida do réu para a África o processo ainda não estiver pronto para julgamento? Poderá o ofendido, que é parte, acumular com a acção criminal a civil de indemnização por perdas e danos, e pedi-la pela forma declarada no artigo 1165.º da Nov. Ref. Jud.? Poderá pedir a indemnização perante os tribunais civis, quando o juri tenha declarado não haver lugar a ela, ou dê por não provado o crime?

Acção de indemnização de perdas e danos / Acumulação de crimes / Crime de fogo posto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1264 (1894), p. 212-215

**Resumo:** Tendo o juri dado por provado só até à quantia de dez mil réis um crime de furto de cenm libras, por que era acusado o réu, e declarado que das roupas e objectos de ouro apreendidos nenhuns eram furtados e todos lhe pertenciam, menos os comprados com os dez mil réis, poderá este liquidar a sua responsabilidade civil, pagando ou depositando os dez mil réis? Poderá requerer a entrega de todos os objectos apreendidos, e neste caso qual o processo a seguir para os receber?

Acção de indemnização de perdas e danos / Crime de furto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1254 (1894), p. 57-58

**Resumo:** Tendo sido omitidos peo cabeça de casal num inventário de menores, concluído há dezoito anos, vários prédios de que hoje se acha de posse a viúva dele, ainda poderão reivindicar-se esses prédios? E, no caso afirmativo, de que meio deverá usar-se?

Bens sonogados

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Eclesiástico] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1201 (1892), p. 296-297

**Resumo:** A divisão de um casal ou quinta por diversos arrematantes importará a necessidade de fazer pelos novos adquirentes rateio da primícia, que o casal pagava ao pároco? Ou só haverá a obrigação de pagar a primícia ao adquirente da casa, que é o assento do casal? Ou perderá o pároco o direito de exigir a primícia?

Primícias

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Eclesiástico] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1261 (1894), p. 167-169

**Resumo:** Procederá legalmente um pároco que se recuse a receber uns nubentes, quando outra mulher reclame contra esse casamento, alegando que fora seduzida pelo futuro cônjuge com promessa de casamento? Que processo deve seguir-se para que os nubentes possam casar? Ou tendo havido promessa de casamento a duas mulheres, com qual deve casar?

Esponsais

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Eclesiástico] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1262 (1894), p. 180-184

**Resumo:** Como deve classificar-se uma capela, cuja porta principal dá para a via pública, e que foi fundada e é administrada por um particular? Têm alguma ingerência na administração desta capela a junta de paróquia e o pároco? Poderão celebrar-se nela, contradicente pároco, todas as funções eclesásticas, e, nomeadamente, dizer-se missa nos domingos e dias santos antes da missa paroquial e tocar-se o sino para ela, cantarem-se missas, pregarem-se sermões e dar-se a benção com o Santíssimo Sacramento? Poderá o dono da capela abrir ou fechar livremente a porta por onde é a entrada do povo, enquanto nela se celebram os actos do culto?

Capelas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Eclesiástico e Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1218 (1893), p. 22-24

**Resumo:** Presbitério, que, sendo pároco de uma freguesia, tem noutra a sua residência, poderá validamente contratar com o pároco desta a prestação do serviço coadjutoral?

Párocos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1200 (1892), p. 279-280

**Resumo:** Como deve ser classificado, para os efeitos da contribuição industrial, o indivíduo que é encarregado de arrecadar as rendas de prédios pertencentes a particulares, e de tratar dos negócios que dizem respeito a esses prédios?

Contribuição industrial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1202 (1892), p. 310-311

**Resumo:** A que meio deve recorrer, para deixar de pagar a contribuição predial que lhe é lançada, o antigo usufrutuário de um prédio, cujo usufruto já se extinguiu? Os bens paroquiais disfrutados pelo pároco de uma freguesia estarão isentos de contribuição predial?

Contribuição predial / Usufruto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1203 (1892), p. 322-324

**Resumo:** O testamento cerrado, que foi encontrado aberto no espólio do testador, e apresentado ao selo, decorridos trinta dias depois da abertura da herança, deverá ser revalidado pelo pagamento da multa?

Selo / Testamento

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1204 (1892), p. 341-342

**Resumo:** Tendo um título de confissão de dívida de 22\$50 réis sido escrito em papel selado de 80 réis, e sendo colada no título a estampilha de 30 réis, estará este documento selado com selo excessivo ou diminuto? Sendo necessário revalidá-lo, qual é a multa a que está sujeito?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1205 (1892), p. 356-357

**Resumo:** O industrial que destila aguardente na sua fábrica, e a vende nessa mesma fábrica, deverá ser colectado ao mesmo tempo como fabricante de aguardente e como especulador? Sendo a indústria exercida em dois meses não sucessivos do ano pertencentes a dois trimestres, deverá a colecta ser calculada em relação a dois meses somente ou a um semestre? O indicador, pelo qual deve ser regulada a contribuição, será a capacidade da caldeira onde a aguardente se produz, ou a capacidade dos geradores do vapor?

Contribuição industrial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1205 (1892), p. 357-358

**Resumo:** Tendo sido colectados como constituindo agência de um banco dois indivíduos encarregados de receber letras desse banco, de reformar outras, e de pagar saques, teriam sido bem tributados? Se não foram, como deveriam sê-lo?

Contribuição industrial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1210 (1893), p. 434-436

**Resumo:** Os empregados, que da régie passaram para a companhia dos tabacos, e que tinham vencimento de categoria e de exercício, deverão continuar a receber da companhia os mesmos vencimentos? Quem é competente para os demitir? Quais são as causas que podem dar lugar à demissão, suspensão ou perda de vencimento? Qual é o processo para se lhes aplicar estas penas, e para quem se deve recorrer? Poderão esses empregados ser demitidos por se terem impossibilitado por demência ou por outra doença?

Companhia dos tabacos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1212 (1893), p. 469-471

**Resumo:** Como deve fazer-se agora a liquidação da décima de juros que tem de ser paga pelo credor que não fez o manifesto de uma dívida constante de uma escritura lavrada em 1881? No caso de haver fundamento legal para se não conformar com a liquidação feita pelo escrivão de fazenda, como deve proceder o credor?

Décima de juros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1213 (1893), p. 482-483

**Resumo:** Como deverá fazer-se a liquidação da contribuição de registo, nas transmissões efectuadas por meio de partilhas, quando a herança consta de diferentes bens imóveis, e uns têm no inventário avaliação superior à da matriz, e outros avaliação inferior, mas sendo a avaliação do conjunto dos bens superior à que resulta da matriz?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1216 (1893), p. 531-532

**Resumo:** Os atestados, ou sejam de pobreza ou não, estarão sujeitos a selo? Qual é o selo a que está sujeito o reconhecimento das assinaturas de um atestado escrito no papel selado de um requerimento, em seguida a este? Será o selo de 10 réis, ou o de 80 réis?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1220 (1893), p. 54-56

**Resumo:** Os géneros tributados com o imposto do real de água, mas que são dados de presente, estarão sujeitos aquele imposto? Qual é hoje o tribunal competente para julgar os processos de descaminho e transgressão do real d'água?

Real de água

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1223 (1893), p. 98-99

**Resumo:** Quais as propriedades a que podem aproveitar as isenções de que tratam os artigos 6.º e 8.º do decreto de 30 de Setembro de 1892?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1224 (1893), p. 114-115

**Resumo:** Sendo apresentada na repartição de fazenda em um processo de liquidação de contribuição de registo a pública forma de uma letra pela qual se não pagou a décima de juros devida, e que não foi manifestada, poderá o escrivão de fazenda exigir aquela contribuição e a multa legal? E, não estando ainda vencida a letra, e estipulando-se nela apenas para o caso de protesto o juro de 12 por cento, como deverá calcular-se o juro para a liquidação daquela contribuição e multa?

Contribuição de registo / Décima de juros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1225 (1893), p. 131-133

**Resumo:** A venda de bens separados em inventário para pagamento de dívidas será uma arrematação voluntária, sujeita à comparação do valor dos bens com o da matriz, ou uma venda cuja contribuição de registo deve ser liquidada pelo preço da arrematação, ainda que seja inferior ao da matriz?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1227 (1893), p. 165-167

**Resumo:** Os varejos para fiscalização do imposto do real d'água poderão fazer-se sem autorização do escrivão de fazenda? Qual é a sanção do § único do artigo 37.º do decreto de 30 de Dezembro de 1892 sobre contencioso fiscal? Quem é responsável pelos abusos cometidos nos varejos, a guarda fiscal, o escrivão de fazenda, ou ambos?

Real de água

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1228 (1893), p. 182-184

**Resumo:** O dono de um forno, que recebe a título de renda desse forno uma quota parte dos lucros auferidos pelo exercício da indústria, poderá ser colectado em contribuição industrial, além da predial como proprietário do forno? E, se o forneiro não pagar a sua colecta, será responsável por ela o dono do forno?

Contribuição industrial / Forneiro

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1229 (1893), p. 194-196

**Resumo:** A meação dos bens dos cônjuges, incluindo a dos adquiridos na constância do matrimónio, estará sujeita à contribuição de registo? O cônjuge sobrevivente, que recebe além da sua meação bens suficientes para pagar as dívidas do casal, estará sujeito a contribuição de registo relativamente a estes bens? Os bens, que em virtude de escritura antenupcial um dos cônjuges levanta do casal ao tempo do falecimento do outro, estarão sujeitos à contribuição de registo?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 242-243

**Resumo:** O senhorio directo, que herda o domínio útil do prazo nos termos do artigo 1663.º do Código civil, estará sujeito à contribuição de registo por esta transmissão? E será devida contribuição de registo, quando o prédio for recobrado pelo senhorio no caso do artigo 1672.º do Código civil, ou pela encampação do prazo na hipótese do artigo 1688.º do mesmo Código?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1233 (1893), p. 258-259

**Resumo:** Tendo um testador deixado vários legados com a cláusula de isenção da contribuição de registo, que tem de ser paga pela herança, deverá o encargo, que daqui resulta, ser deduzido na liquidação para o efeito de diminuir a contribuição que recai sobre o herdeiro?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1234 (1893), p. 274-275

**Resumo:** Os regedores de paróquia dos concelhos do reino, fora de Lisboa e Porto, que fizerem as participações de óbito dos indivíduos que falecerem fora do grémio da igreja católica, terão direito às quotas estabelecidas no artigo 124.º do regulamento de 31 de Março de 1887?

Regedores de paróquia

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1235 (1893), p. 290-291

**Resumo:** Uma procuração para contratos, legalmente selada com o selo do papel de 80 réis e com o selo especial de 300 réis, arquivada em cartório de tabelião, e de que tenha agora de extrair-se certidão ou pública forma, deverá ser novamente selada com mais 20 réis para completar o selo do papel e com mais 200 réis para completar o selo especial do acto, segundo a última lei de 21 de Julho de 1893?

Procuração / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1236 (1893), p. 310-313

**Resumo:** O contrato de cessão do direito de uma herança indivisa, ou da compra e venda desse direito, poderá ser celebrado sem o prévio pagamento da contribuição de registo? Sendo celebrado o contrato por escritura, será esta nula, e estará o tabelião incurso na pena do artigo 104.º do regulamento de 31 de Março de 1887?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1237 (1893), p. 324-325

**Resumo:** Estará isento do imposto de selo o consentimento para casamento de pessoas pobres?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 356-359

**Resumo:** Como deve efectuar-se a cobrança do selo dos arrendamentos? Qual a interpretação das palavras - calculado sobre o preço de todo o tempo do arrendamento - que se encontram em seguida à verba 285, classe 6.ª da tabela n.º 2 da lei de 21 de Julho de 1893?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1240 (1893), p. 377-378

**Resumo:** Como se deverá entender a expressão - por cada ano - da verba 283 da última lei do selo de 21 de Julho de 1893, em relação ao selo dos arrendamentos? O selo dos arrendamentos continuará depois da citada lei a ser cobrado por forma especial, nos termos dos artigos 75.º e seguintes do regulamento de 26 de Novembro de 1885? As certidões, ainda que não sejam precedidas de requerimento, estarão sujeitas ao selo de 100 réis por cada meia folha de papel?

Certidões / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1241 (1893), p. 386

**Resumo:** A verba n.º 212 da tabela n.º 1 da nova lei do selo é aplicável aos livros e processos arquivados ou em andamento nos cartórios dos escrivães e tabeliães, ou refere-se somente a livros e documentos em poder de particulares?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1241 (1893), p. 394

**Resumo:** Qual é o selo fixo devido numa escritura de doação inter vivos e causa mortis?

Doação / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1242 (1893), p. 403-404

**Resumo:** Tendo o conservador de fazer selar um novo livro para a conservatória antes do 1.º de Janeiro de 1894, qual é o selo a que está sujeito esse livro? ao da lei de 28 de Julho de 1885, ou ao da lei de 21 de Julho de 1893?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1243 (1894), p. 418-419

**Resumo:** Os protocolos dos distribuidores dos juízos de direito estarão sujeitos ao imposto do selo, ou só o estarão os dos escrivães?

Protocolos / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1244 (1894), p. 435-436

**Resumo:** A liquidação da contribuição de décima de juros proveniente de capital constante de letra, como tal manifestado por lembrança, deverá ser feita calculando-se os juros à razão de 6 por cento, como determina o artigo 6.º da lei de 18 de Agosto de 1887, embora por documento legal se mostre que foi à razão de 5 por cento que os juros se receberam?

Décima de juros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1246 (1894), p. 466-467

**Resumo:** A certidão de aprovação em vários exames de instrução secundária, com uma só assinatura do secretário que a passou, a que selo está sujeita? E neste caso qual é o emolumento que deve receber o secretário, se se trata de exames de um liceu?

Certidões / Emolumentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1246 (1894), p. 468-470

**Resumo:** A dívida proveniente da venda de uma propriedade com espera de preço, não vencendo juros ou outros interesses, estará sujeita à décima de juros? No caso afirmativo, poderia ser liquidada e cobrada por meio de um simples conhecimento destinado a ser cobrado como receita eventual? Sendo ilegal esta exigência, e a forma por que é feita, qual é o meio de oposição que deve empregar o contribuinte?

Décima de juros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1247 (1894), p. 482-483

**Resumo:** As dívidas provenientes de mútuo e de tornas, descritas num inventário, não sendo inferiores a 50\$00 réis, deverão ser participadas pelo escrivão do juízo ao escrivão de fazenda? E, sendo inferiores aquela quantia, também deverão ser participadas?

Décima de juros

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1248 (1894), p. 503-504

**Resumo:** Qual é o selo a que está sujeita a constituição de sociedade familiar por título particular, em que se não mencionam os bens nem os valores que constituem tal sociedade?

Selo / Sociedade familiar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1249 (1894), p. 514-515

**Resumo:** Qual é o modo de calcular os 15 por cento de contribuição industrial que recaem sobre os emolumentos dos empregados públicos?

Contribuição industrial / Emolumentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 532-533

**Resumo:** Será necessário, para ficarem inutilizadas legalmente as estampilhas chamadas de justiça, escrever sobre as mesmas estampilhas o nome por inteiro, ou bastará parte do nome?

Estampilhas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1251 (1894), p. 12-14

**Resumo:** O dono de uma casa de penhores, que tem licença do governador civil, deverá requerer nova licença e pagar o selo de 15\$00 réis, estebelecido na lei de 21 de Julho de 1893, verba 159? Pagando este selo de 15\$00 réis, será também devido o de réis 12\$00 para o fundo de beneficência dos alienados, segundo a lei de 4 de Julho de 1889? E este selo especial deverá ser pago por uma só vez, ou deverá a casa penhorista pagá-lo todas as vezes que pedir licença?

Licença / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1253 (1894), p. 35-36

**Resumo:** Será incompatível o cargo de escriturário de fazenda com as funções de solicitador?

Escriturário de fazenda

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1254 (1894), p. 54

**Resumo:** Estipulando-se no contrato de arrendamento que a contribuição de renda de casas seja paga pelo senhorio, deverá tal cláusula ser considerada como não escrita?

Arrendamento / Contribuição de renda de casas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1257 (1894), p. 104-105

**Resumo:** Nos processos orfanológicos o termo de licitação estará sujeito ao pagamento imediato do selo de 1\$00 réis da verba 200 da lei de 21 de Julho de 1893, ou poderá este selo pagar-se afinal juntamente com os demais selos das folhas do processo? Os autos de reunião do conselho de família, quando a conferência tiver só por fim deliberar sobre a forma de pagamento das dívidas, estarão sujeitos ao selo de 1\$00 réis da referida verba?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1258 (1894), p. 118-119

**Resumo:** O pároco colado, que sofreu redução no rendimento das inscrições averbadas à paróquia, e pelo qual foram liquidados os direitos de mercê, poderá requerer que lhe sejam reduzidos estes direitos na proporção do rendimento das inscrições?

Direitos de mercê

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1259 (1894), p. 131-133

**Resumo:** Qual é a diferença de selo, que deve pagar a mais um título particular de usura, selado com uma estampilha de 40 réis, e com 10 réis de selo de reconhecimento, em harmonia com o regulamento de 26 de Novembro de 1885, se desse título for necessário extrair agora uma pública-forma? Uma procuração com poderes para administração geral, escrita em papel selado de 80 réis, e que tem o selo de estampilha de 600 réis, por ter sido feita durante a execução do regulamento de 26 de Novembro de 1885, deverá pagar agora mais algum selo, quando tenha de se juntar a um requerimento dirigido a repartição pública?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1261 (1894), p. 165

**Resumo:** Deverá ser escrita em papel selado de 100 réis a resposta do curador dos orfãos sobre a forma da partilha?

Curador dos orfãos / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1262 (1894), p. 178-180

**Resumo:** Os vigários gerais dos bispados estarão sujeitos à contribuição industrial por meio de estampilhas, em razão dos seus emolumentos?

Contribuição industrial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1266 (1894), p. 244-245

**Resumo:** O recibo, que os distribuidores passam da totalidade dos emolumentos, devidos pelo averbamento das escrituras lavradas por cada tabelião em um mês, estará sujeito ao selo proporcional, desde que a totalidade dos emolumentos exceda 1\$00 réis?

Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1267 (1894), p. 258-259

**Resumo:** A responsabilidade dos transgressores da legislação do imposto do selo será hoje solidária ou simplesmente cumulativa?

Imposto do selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1267 (1894), p. 260

**Resumo:** Onde devem ser coladas pelos conservadores as estampilhas da contribuição industrial, relativas aos emolumentos devidos pelos diferentes actos do registo predial?

Contribuição industrial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1268 (1894), p. 279-280

**Resumo:** NO caso em que o que ficar de posse de herança, cujos interessados forem maiores, declarar que não procede a inventário e partilha judicial, desde quando começa a contar-se o prazo de sessenta dias, em que é obrigado a apresentar na repartição de fazenda o balanço ou inventário de toda a herança? desde o falecimento do autor da herança, ou desde a declaração de que não procede a inventário judicial?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1270 (1894), p. 307-308

**Resumo:** Será procedente a acção de nulidade dos actos e contratos, de que resultarem transmissões por título gratuito, baseada na falta de pagamento da contribuição de registo por essas transmissões? Em que condições prescreve a obrigação do pagamento da contribuição de registo? Não tendo sido paga a contribuição em tempo oportuno, poderá ainda hoje requerer-se o pagamento?

Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1271 (1894), p. 322-323

**Resumo:** Será aplicável aos arrendamentos de cortiça a redução das taxas do selo que se aplica aos arrendamentos rurais?

Arrendamentos / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1273 (1894), p. 354-355

**Resumo:** Estarão sujeitos á contribuição industrial paga por meio de estampilhas ou de guia os emolumentos por actos praticados em 1893, mas recebidos em 1894?

Contribuição industrial

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1274 (1894), p. 372-373

**Resumo:** A declaração, inserida nas escrituras de compra e venda do domínio útil de um prazo, de que o foreiro reconhece o senhorio directo, dará ao tabelião direito a exigir o emolumento do artigo 81.º n.º 48.º da tabela de 1864, e sujeitará as escrituras ao selo das verbas 304 e 305 da lei de 21 de Julho de 1893? A declaração de que o foreiro se obriga a pagar ao senhorio o foro estipulado, inserida nas escrituras de empraçamento, terá aquelas mesmas consequências?

Emolumentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1275 (1895), p. 387-389

**Resumo:** Tendo-se um funcionário aposentado em um emprego, do qual está recebendo o ordenado, e sendo agora provido em outro emprego, cujo ordenado acumula com o primeiro, como devem ser-lhe liquidados os direitos de mercê do novo emprego? Deverá pagar integralmente os direitos correspondentes ao vencimento do novo emprego, ou deverão ser-lhe levados em conta os direitos que pagou pelo primeiro provimento?

Direitos de mercê

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Fiscal e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 453-455

**Resumo:** Os autos de arresto estarão sujeitos ao selo especial de 500 réis, estabelecido na verba n.º 247 do regulamento do selo de 26 de Novembro de 1885? O processo requerido por uma menor, sem tutela, e extremamente pobre, para lhe ser nomeado conselho de família afim de deliberar sobre o seu casamento, estará isento de selo? Estará este processo isento de custas para o juiz, escrivão e oficial de diligências?

Custas / Selo

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Internacional] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 344-346

**Resumo:** Como se regulam as imunidades e privilégios dos agentes consulares de paz estrangeiro em Portugal? Um cidadão português e negociante pode recusar-se a ir depôr perante os tribunais portugueses, alegando a qualidade de vice-consul de uma nação estranha?

Agentes consulares / Dívidas

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Internacional Privado] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1276 (1895), p. 406-409

**Resumo:** A quem compete autorizar o casamento do filho adulterino de um português nascido no Brasil, mas residente em Portugal com o seu tutot, que é o próprio pai? O cônsul brasileiro tem alguma intervenção nesta autorização?

Casamento / Cidadão brasileiro

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1196 (1892), p. 213-216

**Resumo:** Que responsabilidade criminal cabe no caso de o querelado haver com promessas e dádivas obtido de uma testemunha do sumário a promessa de falso depoimento a seu favor, se afinal a mesma testemunha depôs a verdade?

Suborno

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1201 (1892), p. 299-300

**Resumo:** Que classificação deve ter, em face da lei penal, o facto de um grupo de indivíduos, que pelas ruas de noite perturbava com vozerias o sossego público, impedir violentamente a prisão de um deles por um agente da autoridade policial?

Crime de resistência / Crime de sedição

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1205 (1892), p. 361-363

**Resumo:** Incorrerá na sanção do artigo 380.º do Código penal o particular que de noite se introduziu na casa de habitação de outra pessoa, sem que esta o soubesse, por motivo de relações ilícitas com uma criada da mesma casa e com a convivência dela? Terá alguma responsabilidade criminal a criada?

Crime de introdução em casa alheia

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1206 (1892), p. 372-375

**Resumo:** Estará em vigor a disposição do artigo 17.º da lei de 22 de Dezembro de 1834, quanto à prescrição do direito de acusar ou demandar por abusos da liberdade de imprensa?

Crime por abuso de liberdade de imprensa / Prescrição

### CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1221 (1893), p. 68-70

**Resumo:** Poderá aplicar-se somente a pena de multa, na hipótese do n.º 1.º do § 1.º do artigo 20.º do decreto de 31 de Dezembro de 1864, em que esta pena é decretada conjuntamente com a de prisão? E poderá também neste caso ser esta pena substituída por multa?

Crime / Guardador / Pena

### CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1222 (1893), p. 85-87

**Resumo:** Querendo um indivíduo, acusado maliciosamente de ter injuriado, proceder pelo crime de acusação maliciosa, poderá intentar o processo antes ou depois do julgamento do crime de injúria? E se o acusador desistir da acusação ou não preparar o processo, ou não requerer o seu andamento, poderá o acusado proceder contra ele por acusação maliciosa? E deverá dar oito testemunhas neste processo? O nome de garoto será injurioso?

Acusação maliciosa / Garoto

### CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1243 (1894), p. 421-424

**Resumo:** Como se regula a prescrição dos crimes cujos prazos estavam correndo ao tempo da promulgação da nova reforma penal de 14 de Junho de 1884? Será aplicável o prazo de dez anos estabelecido pelo artigo 123.º do Código penal de 1852, ou o de quinze anos estabelecido pela citada reforma penal, artigo 88.º?

Prescrição

### CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1251 (1894), p. 10-12

**Resumo:** Desde quando começa a correr a pena de desterro? Poderá ir solto para o lugar do desterro o réu condenado a esta pena?

Penas

### CONSULTA

Consulta : [Direito Penal e Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1206 (1892), p. 379-380

**Resumo:** Qual a pena aplicável a quem matar pombas alheias em terreno que não é nem do matador nem do dono delas?

Crime de dano / Pombas

### CONSULTA

Consulta : [Direito Penal Militar] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1195 (1892), p. 194-197

**Resumo:** Que legislação regula a aplicação da pena e a competência do tribunal na hipótese de furto de 28\$00 réis, praticado de noite e por meio de arrombamento, no edifício de uma administração de concelho, por um militar licenciado, se daquantia subtraída uma parte só, inferior a 20\$00 réis, mas superior a réis 2\$40, estiver, como dinheiro do estado, nas condições do artigo 115.º do Código de justiça militar?

Crime de furto

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Penal Militar] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1203 (1892), p. 324-325

**Resumo:** O facto de um militar proferir, sem que seja em acto de serviço ou em razão deste, perante dois camaradas, palavras ofensivas da honra e consideração de um seu superior, como particular, será crime militar ou crime comum?

Crime / Crime militar

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Penal Militar] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1204 (1892), p. 344-347

**Resumo:** Qual o sentido da palavra - subtracções - empregada no § 2.º do artigo 115.º do Código de justiça militar? Sendo a subtracção cometida por militar e de valor inferior a 2\$40 réis, em que caso ou casos é que a pena disciplinar, na conformidade dos regulamentos militares, prefere à pena de furto estabelecida pelo Código penal ordinário?

Subtracções

### **CONSULTA**

Consulta : [Direito Policial Marítimo] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1217 (1893), p. 5-6

**Resumo:** Estarão sujeitos a registo nas capitánias dos portos, e a licença da administração aduaneira, os barcos de pesca que servem unicamente para recreio de seu dono? Se o capitão do porto exigir o registo, qual o meio que o interessado deve empregar para se opôr a essa exigência? Por quem e como deve ser aplicada a multa imposta aos proprietários dos barcos que se empregam na indústria da pesca sem fazerem o registo nas capitánias?

Barcos / Registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1195 (1892), p. 199-201

**Resumo:** Os processos findos dos julgados municipais extintos deverão ser distribuídos por todos os escrivães da comarca em que tais julgados foram incorporados, ou deverão ser entregues ao escrivão do primeiro ofício?

Julgados municipais / Processos findos

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1196 (1892), p. 212-213

**Resumo:** O artigo 112.º do Código de processo civil foi ou não revogado pelo artigo 63.º § único da tabela dos emolumentos e salários judiciais de 12 de Abril de 1877?

Cabeça de casal / Custas / Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1197 (1892), p. 226-227

**Resumo:** O juiz de direito deverá receber emolumentos nos processos de fianças crimes? Os substitutos dos juizes de direito deverão receber, quando em exercício, os emolumentos por inteiro?

Emolumentos / Juizes de direito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1197 (1892), p. 230-231

**Resumo:** Na execução para cobrar custas devidas à fazenda nacional e a empregados judiciais, se o executado for insolvente, terá o escrivão do processo direito de exigir que os empregados exequentes lhe paguem a parte proporcional dos selos e custas?

Execuções

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1197 (1892), p. 231-232

**Resumo:** Tendo o cabeça de casal em um inventário desrito um prédio da herança com certas confrontações, e tendo o mesmo cabeça de casal mandado praticar um esbulho em prédio de terceiro, deverá esbulhado intentar contra ele acção de esbulho? E no caso afirmativo, se aquele prédio for adjudicado a outros co-herdeiros, deverá a acção seguir contra o esbulhador?

Acção de esbulho / Cabeça de casal

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 243-244

**Resumo:** Tendo pertencido em partilhas a um dos interessados alguns prédios que estavam em poder de terceiro estranho às mesmas partilhas, e tendo estas partilhas sido feitas em execução de sentença, de que meio deverá lançar mão aquele a quem pertencem os prédios para exigir a sua entrega? E tendo aquele estranho falecido e deixado filhos menores, como deverá fazer-se a citação destes? E estando algum dos prédios em poder dos interessados nas partilhas, poderá mover-se execução contra eles?

Acção / Bens / Partilhas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 244-245

**Resumo:** Os empregados das secretarias dos governos civis, das administrações de concelho e das Câmaras Municipais poderão ser nomeados independentemente de concurso?

Concurso / Empregados / Secretários gerais

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1199 (1892), p. 261-262

**Resumo:** Tendo-se recorrido de uma sentença que anulou um arresto feito em uma execução, tendo o recorrente deduzido na execução artigos de preferência, se estes artigos forem julgados procedentes, poderá o preferente levantar o produto dos bens arrestados sem prestar caução?

Arresto / Execuções / Recurso

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1200 (1892), p. 280-281

**Resumo:** Tendo-se vendido um prédio em hasta pública pelo processo de arrecadação dos bens de indivíduos falecidos nas províncias ultramarinas com herdeiros presumptivos ausentes delas, pelo motivo de o prédio ameaçar ruína, e isto antes de ter decorrido um ano depois do falecimento do autor da herança, poderá anular-se esta arrematação, provando-se que tal prédio não ameaçava ruína? Em caso afirmativo, qual o meio para conseguir esta anulação? E, anulada esta arrematação, subsistirá uma anterior que tinha sido anulada, por não se haver pago a contribuição de registo?

Arrematação / Contribuição de registo

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1201 (1892), p. 297-298

**Resumo:** O escrivão será obrigado a abonar os salários devidos ao contador, ainda que estes absorvam todo o preparo?

Escrivães / Salários

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1204 (1892), p. 342-343

**Resumo:** Poderão os oficiais de diligências e os escrivães do juízo de direito ir fazer citações e intimações em um distrito de juízo de paz, que fique a mais de dez quilómetros da sede da comarca?

Citação / Escrivães / Intimação / Oficiais de diligências

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1207 (1892), p. 389-391

**Resumo:** Tendo o conselho de família deliberado que no juízo do inventário orfanológico se vendam bens imobiliários da herança, situados em juízo diferente daquele onde corre o inventário, poderá fazer-se a venda de tais bens no juízo do inventário?

Inventário / Venda

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1208 (1892), p. 409-410

**Resumo:** Tendo sido julgada procedente e provada uma acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges, e tendo de fazer-se partilha dos bens do casal, existentes ao tempo do falecimento da mãe do cônjuge que intentou aquela acção, poderá fazer-se no inventário apenso à acção de separação aquela partilha conjuntamente com a dos bens dos cônjuges separados? Neste caso como devem contar-se e sobre quem devem recair as custas do inventário?

Acção de separação de pessoas e bens de cônjuges / Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1209 (1893), p. 421-422

**Resumo:** Sendo indeferido um requerimento a pedir imposição de selos e arrolamento de bens antes de estar o inventário distribuído, qual é o recurso que cabe deste despacho, e qual é o escrivão competente para o recurso seguir seus termos?

Arrolamento de bens / Imposição de selos

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1209 (1893), p. 422-423

**Resumo:** Tendo-se apossado o senhorio dos frutos pendentes do prédio arrendado, de que meio deverá usar o arrendatário contra o senhorio para haver esses frutos? E o valor destes frutos poderá determinar-se na acção por meio de testemunhas, ou deverá deixar-se para a execução de sentença?

Arrendatário / Frutos

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 451-452

**Resumo:** Quando tenha de penhorar-se dinheiro existente na Caixa Geral dos Depósitos, quem é o escrivão que faz a penhora, e em que processo se há-de ela fazer?

Penhora

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1215 (1893), p. 519-521

**Resumo:** Em causa de alimentos provisórios o réu poderá oferecer mais de cinco testemunhas? E poderá haver depoimento das partes? Será permitido aos advogados fazer instâncias às testemunhas e contraditá-las? As testemunhas deverão ser inquiridas pelo juiz? Será nulidade suprível exceder o prazo para a inquirição de testemunhas, e para o juiz proferir a sentença? Em caso afirmativo, como remediá-la?

Alimentos provisórios / Depoimento das partes / Testemunhas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1216 (1893), p. 533-534

**Resumo:** Quais são os emolumentos que pertencem ao sub-delegado, quando substitue o respectivo delegado em seus impedimentos, ou em caso de licença?

Emolumentos / Sub-delegados

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1218 (1893), p. 20-21

**Resumo:** Tendo sido desanexada de certa comarca uma freguesia, ficará desde logo o juiz desta comarca inibido de exercer jurisdição relativamente aos respectivos processos que corriam na dita comarca? Em caso afirmativo, deverá o juiz da comarca, para onde passou a freguesia, anular tudo o que o outro juiz processou desde a desanexação?

Juiz de direito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1219 (1893), p. 38-40

**Resumo:** Estando pendente em juízo uma acção a pedir que se declare sem efeito o contrato de troca de uma coisa por outra, e que o réu seja condenado a entregar a coisa que recebeu e a receber a que entregou, poderá o autor requerer que seja depositada a coisa que ele tem de entregar?

Acção de consignação em depósito / Depósito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1224 (1893), p. 120

**Resumo:** Os escrivães de direito deverão trabalhar gratuitamente nos processos do contencioso administrativo e fornecer à sua custa os livros para o registo das petições e das sentenças?

Contencioso / Escrivães de direito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1225 (1893), p. 134

**Resumo:** O escrivão do processo, em que se promove execução pelos salários e emolumentos em dívida a ele e mais empregados, poderá fazer penhora nos bens do executado?

Escrivães de direito / Execução / Secretário

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1228 (1893), p. 181

**Resumo:** Os juizes de direito terão com os juizes de paz e ordinários jurisdição cumulativa, para procederem a embargos de obra nova e a arrestos de valor não excedente a 50\$00 réis?

Arresto / Embargo de obra nova / Juiz de direito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1229 (1893), p. 196-197

**Resumo:** Será lícito ao contador contar à margem dos documentos e dos actos judiciais os emolumentos e salários pertencentes aos diversos empregados do juízo, lançando na conta final aquelas verbas parciais?

Conta

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1230 (1893), p. 211-213

**Resumo:** A concessão ou denegação de licença para advogar será objecto contencioso ou gracioso? A licença para advogar habilitará somente para os julgados, ou poderá ampliar-se também às comarcas? A existência dos advogados provisionários será compatível com as disposições do Código de processo civil?

Advogados provisionários / Licença

### CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1231 (1893), p. 227-229

**Resumo:** O livro dos repúdios de heranças deverá estar a cargo do escrivão do 1.º ofício, ou deverá cada escrivão do juízo ter um livro para esse efeito? Não havendo ainda processo começado, quando for requerido o termo de repúdio, deverá este ser distribuído, e neste caso como deve sê-lo?

Escrivães de direito / Termos de repúdio de herança

### CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 243-244

**Resumo:** Tendo um dos com-proprietários de bens indivisos hipotecado estes bens, de que ele está de posse, e tendo o credor hipotecário movido execução contra o devedor, poderão os outros com-proprietários opôr embargos de terceiro, embora não tenham registo do domínio, nem posse anterior ao da hipoteca?

Comproprietário / Embargos de terceiro / Execução hipotecária

### CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1233 (1893), p. 261-262

**Resumo:** Tendo certa viúva contraído uma dívida, depois do falecimento de seu marido, e tendo sido penhorados para pagamento desta dívida bens que pertenceram em inventário e partilhas a seus filhos menores, poderá a mãe opôr à penhora embargos de terceiro? E poderá opô-los, ainda que passe a segundas núpcias? E não opondo estes embargos, poderá intentar acção de processo ordinário para anular a arrematação? E que factos deve alegar nesta acção?

Dívidas / Embargos de terceiro

### CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1240 (1893), p. 375-377

**Resumo:** Nas causas, em que o julgamento arbitral é determinado por lei especial, como deverá proceder-se, para que os réus, residentes fora da comarca e os ausentes em parte incerta, venham à 2.ª audiência, em que se acuse a citação, nomear árbitros?

Árbitros / Causas comerciais

### CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1240 (1893), p. 378-379

**Resumo:** Ausentando-se o delegado do procurador régio da comarca sem o participar ao juiz, deverá este dar conhecimento de tal ausência às instâncias superiores? E não a dando, incorrerá o juiz em alguma pena?

Delegado do procurador régio / Juiz de direito

### CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1244 (1894), p. 434-435

**Resumo:** Poderá um senhorio directo requerer em inventário que o cabeça de casal seja intimado, para vir a juízo rectificar a relação dos bens, relativamente à natureza de alguns destes bens?

Inventário / Senhorio directo

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1245 (1894), p. 454-456

**Resumo:** Poderá ser nomeado substituto de um escrivão de direito certo indivíduo, que, há anos, foi condenado por crime de polícia correcional, mas de que foi depois amnistiado? Em caso afirmativo, como deverá proceder o juiz que fez a nomeação, quando lhe seja ordenado pelo governo ou pelo presidente da relação que casse a nomeação feita?

Escrivães de direito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1247 (1894), p. 486-487

**Resumo:** Poderá um co-herdeiro opôr embargos de terceiro em um arrolamento feito em inventário orfanológico, por causa de bens que lhe pertençam? Poderá requerer-se arrolamento de bens em inventário orfanológico depois que o cabeça de casal apresentou a relação dos bens da herança?

Arrolamento / Embargos de terceiro

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1249 (1894), p. 516-518

**Resumo:** Não tendo sido pedidos nem arbitrados alimentos à mulher em uma acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges, que foi julgada a favor dela, poderá a mulher pedir alimentos ao marido no inventário para divisão e partilha dos bens do casal?

Acção de separação de pessoas e bens / Alimentos

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 533-534

**Resumo:** Poderá o marido intentar acção de prevenção contra o dano sem nela intervir sua mulher?

Acção de prevenção contra o dano / Marido

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1252 (1894), p. 18-19

**Resumo:** As custas que o autor for pagando no decurso da acção em 1.ª Instância ao Estado e aos empregados judiciais, deverá o réu, quando apele da sentença proferida na mesma acção, pagá-las à parte apelada no prazo de dez dias a contar da publicação do despacho que receber a apelação, sob pena de esta ser julgada deserta?

Custas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1253 (1894), p. 38-39

**Resumo:** Os testamentos públicos deverão ser incluídos nas relações das escrituras que os tabeliães devem mandar todos os meses aos distribuidores, para as averbarem.

Tabeliães

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1256 (1894), p. 85-87

**Resumo:** Quais são os emolumentos e salários devidos ao juiz e ao escrivão pelo auto de denúncia ou transgressão, pelo julgamento e sentença nas causas sobre coimas, polícia municipal e transgressões de posturas das Câmaras Municipais?

Causas sobre coimas, polícia municipal e transgressões de posturas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1256 (1894), p. 87-88

**Resumo:** Tendo sido adjudicada em inventário uma propriedade ao cônjuge meeiro e a alguns co-herdeiros do inventariado, e tendo este cônjuge, depois de julgadas as partilhas e prestadas as contas no inventário, continuado a administrar a propriedade, deverá ser obrigado a prestar contas desta administração? E desde quando, em que juízo e por que meio deverá ser obrigado a prestá-las? E os comproprietários serão obrigados a abonar as despesas feitas na administração da propriedade?

Comproprietário / Contas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1257 (1894), p. 99-100

**Resumo:** Quais são os processos orfanológicos que devem ir à conta de cinquenta em cinquenta folhas, e quais são exceptuados desta disposição?

Conta

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1258 (1894), p. 116-118

**Resumo:** Tendo-se requerido nos termos do artigo 740.º do Código de processo civil a divisão de um prédio que num inventário fora adjudicado em comum a vários co-herdeiros, e tendo os louvados declarado que o prédio não pode ser dividido em substância, como deverá proceder-se?

Divisão / Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1258 (1894), p. 119-120

**Resumo:** O recurso das sentenças e despachos interlocutórios com ou sem força de definitivos proferidos pelos juizes de paz nas causas sobre coimas ou transgressões de posturas municipais, será sempre o de apelação? Nestas causas será admissível vistoria?

Causas sobre coimas, polícia municipal e transgressões de posturas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1260 (1894), p. 150-152

**Resumo:** Tendo-se desencaminhado o processo de uma penhora para começo de acção executiva por dívida de foros sem se ter feito ainda a citação do devedor nem praticado mais acto algum do processo, de que meio deverá valer-se o devedor para fazer declarar caduca a penhora e obrigar o depositário a entregar-lhe os bens penhorados?

Acção executiva

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1261 (1894), p. 162-165

**Resumo:** Tendo-se intentado uma acção contra a fazenda nacional, para ser condenada a pagar uma dívida de certo indivíduo, de quem ela foi universal herdeira, deverá o juiz na sentença, que condene a fazenda no prédio, condenar também esta nas custas?

Acções / Custas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1263 (1894), p. 196-198

**Resumo:** O juiz de paz, seu escrivão e oficial de diligências terão, nos inventários orfanológicos, a mesma redução nos emolumentos e salários que o juiz de direito, seu escrivão e oficial de diligências, quando a importância das assinaturas e emolumentos exceda a importância marcada em o n.º 21.º do artigo 22.º da tabela dos emolumentos e salários judiciais? O curador geral dos orfãos e o seu representante terão emolumentos e caminho pelos actos praticados perante o juiz de paz em inventário orfanológico? O curador geral dos orfãos estará sujeito à mesma redução que o juiz de direito?

Curador dos orfãos / Emolumentos / Escrivães / Juiz de paz

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1264 (1894), p. 215-216

**Resumo:** Tendo-se interposto apelação da sentença que julgou as partilhas em inventário, poderá qualquer dos interessados exigir que o cabeça de casal preste contas por apenso ao traslado? E poderão extrair-se do traslado formais de partyilhas para os interessados exigirem a entrega dos bens que lhes pertenceram?

Contas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1265 (1894), p. 231-232

**Resumo:** Será nulo o embargo de obra nova, feito pelo substituto de um escrivão que estava com licença, e que se apresentou ao serviço no mesmo dia em que se fez o embargo, mas depois de este feito?

Embargo de obra nova

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1267 (1894), p. 263-265

**Resumo:** Os co-herdeiros residentes fóra da sede da comarca, que não tiverem constituído no processo de inventário advogado ou procurador residente na sede da mesma comarca, ou escolhido nela domicílio especial para receberem as intimações, deverão ser intimados para a conferência de interessados e para as licitações? E quando os interessados não compareçam para o encabeçamento dos prazos, deverá proceder-se à venda destes?

Intimação / Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1268 (1894), p. 274-275

**Resumo:** Por quem devem ser pagas as custas de uma acção de tombamento ou demarcação, em que esta se fez conforme o acordo das partes no acto da vistoria?

Custas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1268 (1894), p. 276-277

**Resumo:** Tendo um co-herdeiro vendido a terceiro a parte que tem em certa herança, poderá fazer depois partilha dos bens da mesma herança com os outros co-herdeiros? Em caso negativo, o comprador daquela parte deverá requerer inventário de maiores para se fazer com ele a partilha da herança? Havendo oposição ao inventário, e tendo o juiz mandado arquivar o processo, qual é o recurso que cabe deste despacho?

Compra e venda / Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1270 (1894), p. 308-310

**Resumo:** Como há-de realizar-se, para o efeito do pagamento nos termos do artigo 759.º do Código civil, o depósito de cereais e de outros géneros que o senhorio se recusa a receber? Poderá substituir-se o depósito destes géneros pelo do dinheiro correspondente segundo as tarifas camarárias?

Depósito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1270 (1894), p. 310-311

**Resumo:** Dizendo-se em requerimento para começo de acção de reivindicação de um imóvel que o autor é senhor e possuidor dele por mais de dez e vinte anos, e tendo as testemunhas dito que há mais de trinta anos o possui o autor, descontando-se os últimos oito anos em que o réu tem sido possuidor, deverá julgar-se a petição inepta?

Acção de reivindicação

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1271 (1894), p. 328-329

**Resumo:** Querendo impugnar a feitura do inventário o intimado para na qualidade de cabeça de casal prestar juramento, quando há-de deduzir esta impugnação?

Inventário

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1274 (1894), p. 371-372

**Resumo:** Os escrivães terão direito a exigir logo das partes os emolumentos pelos actos e diligências que elas requeiram, ou têm de esperar que os autos sejam contados de cinquenta em cinquenta folhas?

Escrivães

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil e Direito Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1245 (1894), p. 451-454

**Resumo:** Poderá o Ministério Público requerer arresto nos bens de um antigo tesoureiro pagador de distrito que, passando a ser agente provisório do Banco de Portugal, foi encontrado em alcance? Sendo criminoso o alcance será punível nos termos do artigo 313.º ou do artigo 453.º do Código penal?

Ministério Público / Alcance / Arresto

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Civil e Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1219 (1893), p. 37-38

**Resumo:** Qual é a forma de processo que deve seguir-se na cobrança das dívidas de foros pertencentes à fazenda nacional?

Foros

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 455-457

**Resumo:** Qual é o emolumento que pertence ao tabelião ou escrivão pelo caminho em um protesto de letra e sua respectiva intimação?

Caminhos / Emolumentos / Letra / Protesto

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Comercial] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1269 (1894), p. 295-296

**Resumo:** Os livros de lançamento dos protestos de letras dos tabeliães de comarca, onde não está constituído tribunal de comércio, deverão ser legalizados pelo juiz da respectiva comarca, ou pelo juiz presidente do tribunal do distrito comercial?

Livros

### CONSULTA

Consulta : [Processo criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1194 (1892), p. 179-183

**Resumo:** O juiz de direito deverá mandar lavrar auto de notícia por qualquer crime público, cometido dentro da comarca, que lhe seja participado? Serão admitidos a querelar em processo ordinário e a acusar em processo de polícia os que não tiverem sido parte no corpo de delito?

Crime / Juizes de direito

### CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1199 (1892), p. 258-260

**Resumo:** À interposição e julgamento das apelações em processo correccional será aplicável o disposto no artigo 1.º e § único da lei de 16 de Junho de 1884?

Apelação

### CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1200 (1892), p. 274-277

**Resumo:** O artigo 16.º do decreto 1.º de 15 de Setembro de 1892, publicado pelo ministério da justiça, revogaria o artigo 1.º § 2.º do decreto n.º 2 de 29 de Março de 1890? Os presos em flagrante delito a que este § se refere deverão ser julgados sumariamente, ainda quando o processo competente, segunda as regras do direito comum, seja o correccional, e não o de polícia correccional? Como deve proceder-se, se for preciso exame nalgum dos casos em que o mesmo § tem aplicação?

Processo criminal

### CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1213 (1893), p. 486-487

**Resumo:** Em um processo crime, que dependa de acusação particular, poderá a parte acusadora requerer que depois de feito o corpo de delito se lhe dê vista do processo?

Processo criminal / Vista

### CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1227 (1893), p. 170-172

**Resumo:** Quando em processos criminaes se expeçam cartas precatórias para inquirição de testemunhas nas províncias ultramarinas, qual é o prazo de dilação que os juizes podem conceder?

Cartas precatórias / Dilação

### CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 246-249

**Resumo:** Respondendo um réu perante o juri por dois crimes, um dos quais esteja sujeito ao processo ordinário e outro ao processo correccional, deverá propôr-se ao juri um quesito sobre o crime de processo correccional, e o juri declarar se o vencimento foi por unanimidade ou por maioria?

Crime / Processo criminal / Quesito

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1233 (1893), p. 262-264

**Resumo:** Deverá considerar-se interposto fora do prazo legal o agravo de petição em processo crime que foi requerido dentro do prazo de cinco dias, mas cujo termo foi tomado depois de findo aquele prazo por o juiz ter mandado ir o requerimento nos autos e a parte ignorar o dia do despacho que só lhe foi intimado depois de findo o mesmo prazo?

Agravo

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1251 (1894), p. 3-7

**Resumo:** Os motivos de impedimento e de suspeição referidos nos artigos 292.º e 293.º do Código do processo civil, que o artigo 12.º do decreto n.º 3 de 15 de Setembro de 1892 aplicou a todos os processos e a todos os tribunais, serão aplicáveis também aos jurados? E em relação aos juizes de direito em que estado do processo crime poderá deduzir-se a sua recusa por impedidos ou suspeitos, e qual o processo que deverá seguir-se?

Jurados / Suspeição

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1251 (1894), p. 8-10

**Resumo:** Poderá a parte opôr contraditas às suas próprias testemunhas?

Contraditas / Testemunhas

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1254 (1894), p. 54-55

**Resumo:** Tendo-se impugnado a admissão de uma testemunha a depôr em processo de polícia correccional, em que as partes renunciaram ao recurso, poderá recorrer-se do despacho do juiz sobre este incidente? Não se tendo renunciado ao recurso, poderia recorrer-se deste despacho? Em caso afirmativo, qual seria o recurso competente e o sem efeito?

Despacho / Recurso

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1270 (1894), p. 311-312

**Resumo:** O processo de separação de culpas tocantes a réus acusados e pronunciados pelo crime de homicídio voluntário terá de esperar no cartório até se extraírem as culpas tocantes a réus que no processo originário são apenas acusados pelo crime de uso e porte de arma sem licença? Será legal que o traslado tocante a estes réus seja apensado ao dos réus acusados pelo crime de homicídio voluntário, opondo-se estes a que aqueles sejam julgados no mesmo traslado de culpas? Interpretação do artigo 1103.º da Nov. Ref. Jud.

Crime de homicídio

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1274 (1894), p. 375-376

**Resumo:** Na fiança criminal não deverão contar-se ao escrivão as intimações por ele feitas às testemunhas abonatórias?

Fiança

### **CONSULTA**

Consulta : [Processo Penal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1224 (1893), p. 115-119

**Resumo:** Quem tiver sido julgado e condenado pelo crime de ofensas corporais, nos termos do artigo 359.º do Código penal, poderá ser acusado de novo pelo mesmo facto, se este apresentar posteriormente consequências de maior gravidade?

Caso julgado / Processo criminal

### **CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA**

Correspondência polémica : [Correspondência polémica] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 354-356

**Resumo:** Qual é o meio que têm os bachareis formados em direito para impugnar uma justificação judicial, em que falsamente se reconheça a necessidade de conceder licença para advogar a quem não é bacharel formado em direito?

Advogados provisionários / Crime de perjúrio / Crime de prevaricação

### **CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA**

Correspondência polémica : [Direito Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1251 (1894), p. 7-8

**Resumo:** Será válida a desistência que o comproprietário de um prédio indivisível faz, sem outorga de sua mulher, do direito de preferir na venda a estranho de parte do mesmo prédio pertencente a outrem.

Comproprietário / Direito de preferência

### **CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA**

Correspondência polémica : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1237 (1893), p. 325-327

**Resumo:** Feito o registo definitivo de uma transmissão de bens, poderá registar-se uma penhora sobre os mesmos bens, não intervindo nela o adquirente dos bens ou os seus representantes?

Registo

### **CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA**

Correspondência polémica : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1234 (1893), p. 278-281

**Resumo:** A concessão ou denegação de licença para advogar será objecto contencioso ou gracioso? A licença para advogar habilitará só para os julgados ou também para as comarcas? A existência dos advogados provisionários será compatível com as disposições do Código de processo civil?

Advogados provisionários / Licença

### **CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA**

Correspondência polémica : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 354-356

**Resumo:** Qual é o meio que têm os bachareis formados em direito para impugnar uma justificação judicial, em que falsamente se reconheça a necessidade de conceder licença para advogar a quem não é bacharel formado em direito?

Advogados provisionários / Crime de perjúrio / Crime de prevaricação

### **CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA**

Correspondência polémica : [Processo Civil] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 537-538

**Resumo:** Ausentando-se o delegado do procurador régio da comarca sem o participar ao juiz, deverá este dar conhecimento de tal ausência as instâncias superiores? E não a dando, incorrerá o juiz em alguma pena?

Delegado do procurador régio / Juiz de direito

### **CORRESPONDÊNCIA**

Correspondência : [Direito Fiscal] / Um assinante.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1201 (1892), p. 294-296

**Resumo:** O feitor que apenas dirige os trabalhos agrícolas, vigia os trabalhadores, e vende os frutos das propriedades, segundo as ordens do proprietário, deverá ser colectado em contribuição industrial como administrador de bens alheios?

Contribuição industrial / Feitores

### **COSTA, António Augusto Crispiniano da.**

Direito Fiscal / António Augusto Crispiniano da Costa.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1187 (1892), p. 66-68

**Resumo:** O foreiro terá o direito de deduzir do foro a importância da contribuição predial correspondente, no caso em que o prédio enfitêutico esteja na matriz descrito como livre? Se o senhorio directo se recusar a receber o foro com esse abatimento, como deve proceder o foreiro?

Foros

### **DIAS, António Cândido da Silva.**

Questão de competência de processo / António Cândido da Silva Dias.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1233 (1893), p. 264-267

**Resumo:** O processo de execução hipotecária é competente para exigir de um depositário o pagamento da quantia depositada assegurada por hipoteca. - O processo executivo hipotecário não é o processo especial a que se refere o artigo 130.º n.º 5.º do Código de processo civil. - O certificado do conservador de que um registo requerido de penhora está nos termos de se fazer, quando lhe chegue a sua vez, equivale ao registo efectivo para se ordenar a citação dos credores.

Execução hipotecária

## **DIREITO CIVIL**

Direito Civil.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1194 (1892), p. 185-187

**Resumo:** O que é uma corrente não navegável nem fluutuável. - Uma corrente não perde a sua natureza, nem pelo facto de, durante o seu percurso, brotarem algumas nascentes no seu leito, nem pelo de correr, numa pequena extensão, sem álveo próprio, e nem pelo de o seu curso, ora se fazer subterraneamente, ora a descoberto, mas sim, quando, faltando-lhe um curso regular, as águas se derramarem indiferentemente, em regos, sem direcção fixa ou sem leito privativo, por toda a superfície dos prédios inferiores. - A alteração do antigo ponto de saída das águas remanescentes de modo a ficarem os prédios inferiores privados delas é fundamento para a acção possessória de restituição.

Águas

## **DIREITO CIVIL**

Direito Civil.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1194 (1892), p. 185-187

**Resumo:** O que é uma corrente não navegável nem fluutuável. - Uma corrente não perde a sua natureza, nem pelo facto de, durante o seu percurso, brotarem algumas nascentes no seu leito, nem pelo de correr, numa pequena extensão, sem álveo próprio, e nem pelo de o seu curso, ora se fazer subterraneamente, ora a descoberto, mas sim, quando, faltando-lhe um curso regular, as águas se derramarem indiferentemente, em regos, sem direcção fixa ou sem leito privativo, por toda a superfície dos prédios inferiores. - A alteração do antigo ponto de saída das águas remanescentes de modo a ficarem os prédios inferiores privados delas é fundamento para a acção possessória de restituição.

Águas

## **E. de C.**

Consulta : [Direito Fiscal] / E. de C.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1237 (1893), p. 327-328

**Resumo:** Tendo o comprador de um prédio enfiteútico pago a laudémio ao senhorio, e cobrado recibo que foi selado com 5 por cento da importância do laudémio, será obrigado a pagar novo selo em estampilhas para serem coladas na escritura de transmissão, que é celebrada posteriormente?

Selo

## **ELEIÇÃO DAS COMISSÕES DISTRICTAES**

Eleição das comissões districtaes.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1212 (1893), p. 472-477

**Resumo:** As palavras - votação pública - empregadas no § 1.º do artigo 2.º do Decreto de 6 de Agosto de 1892 significam - votação em sessão pública por escrutínio secreto.

Comissão distrital / Votação pública

## **F. A. P.**

Consulta : [Direito Civil] / F. A. P.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1212 (1893), p. 468-469

**Resumo:** Tendo-se vendido antes da execução do Código civil um imóvel a certo indivíduo, que já tinha celebrado esponsais com a filha do vendedor, e que depois casou com ela, poderão os outros filhos fazer anular esta venda? Será válido o escrito particular de venda, que antes do mesmo Código foi assinado a rogo de um dos vendedores que sabia escrever?

Documentos / Nulidade

### **FERIMENTOS POR MEIO DE PALMATOADAS**

Ferimentos por meio de palmatoadas.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1274 (1895), p. 376-383 ; p. 390-393

**Resumo:** O reitor de um seminário, que dá palmatoadas em um dos colegiais, para fazer respeitar a sua autoridade e coibir as demasias do colegial, embora delas resultem ferimento, não comete crime.

Processo crime

### **FEVEREIRO, Artur.**

Offício inedito da direcção geral de administração política e civil do Ministério do Reino de 2 de Dezembro de 1892 / Arthur FEVEREIRO.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1228 (1893), p. 184-185

**Resumo:** Num processo administrativo de verificação da utilidade pública de uma expropriação não podem contar-se emolumentos segundo a tabela judicial, mas somente nos termos do capítulo V da tabela de 23 de Agosto de 1887. - E tais emolumentos devem ser repartidos pelos empregados da administração.

Emolumentos

### **FEVEREIRO, Artur.**

Offício inedito da direcção geral de administração política e civil do ministério do reino de 8 de Março de 1893 / Arthur FEVEREIRO.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1231 (1893), p. 235

**Resumo:** As comissões distritais não são hoje obrigadas a processar resumos de suas deliberações.

Comissões distritais

### **FEVEREIRO, Artur.**

Ofício inédito da Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Reino de 17 de Setembro de 1892 : [Direito Administrativo] / Arthur FEVEREIRO.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 457

**Resumo:** O artigo 32.º do Decreto de 6 de Agosto de 1892 revogou o Artigo 147.º do Código administrativo, restabelecendo os tesoueiros privativos das Câmaras Municipais.

Comissão distrital / Tesoueiros municipais

### **FEVEREIRO, Artur.**

Ofício inédito da Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Reino de 27 de Dezembro de 1892 : [Direito Administrativo] / Arthur FEVEREIRO.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 457-458

**Resumo:** As palavras - votação pública, empregadas no § 1.º do artigo 2.º do Decreto de 6 de Agosto de 1892, significam - votação em sessão pública, mas por escrutínio secreto.

Votação pública

### **FREITAS, José Maria de.**

Processo Civil / José Maria de Freitas.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1231 (1893), p. 233-234

**Resumo:** Sempre que a parte vencedora não tenha sido revel, deve o juiz na sentença final arbitrar-lhe procuradoria, tendo-a havido, embora esta não fosse expressamente pedida na acção.

Recurso

**G.**

Consulta : [Direito Civil] / G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 341-343

**Resumo:** O tempo em que o originário devedor esteja de má fé não deverá contar-se para se completar em favor do herdeiro dele a prescrição de vinte anos?

Dívidas / Prescrição

**GONÇALVES, Manuel Joaquim.**

Consulta : [Direito Fiscal] / Manuel Joaquim Gonçalves.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 339-341

**Resumo:** Deverão considerar-se forenses, para o efeito do selo, as procurações para qualquer acto do registo predial, incluindo cancelamentos?

Procuração / Selo

**GUIMARÃES, Avelino da Silva.**

Responsabilidade de um testamenteiro / Avelino da Silva Guimarães.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1256 (1894), p. 91-94

**Resumo:** Os testamenteiros não são responsáveis para com terceiros estranhos á herança pelas dívidas e obrigações desta ; e não respondem pela contribuição de registo devida pelos legatários da mesma herança.

Contribuição de registo / Dívidas

**HENRIQUES, António Camilo.**

Questão de contribuição de registo : [Direito Fiscal] / António Camillo Henriques.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1210 (1893), p. 440-442

**Resumo:** A contribuição de registo, que tem de ser paga em virtude de uma transmissão dependente de condição suspensiva, estipulada em um contrato antenupcial, deve ser regulada pela legislação que vigorava ao tempo do contrato, embora a condição venha a realizar-se depois. - O artigo 14.º do regulamento da contribuição de registo de 31 de Março de 1887 só pode aplicar-se aos processos de contribuição de registo, cuja liquidação comece depois da sua promulgação, e não às liquidações começadas anteriormente, e portanto pendentes.

Contribuição de registo

**HENRIQUES, Urbano.**

Officio inedito do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar / Urbano Henriques.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 346-347

**Resumo:** As imunidades e privilégios consulares regulam-se, na falta de convenções, pelo princípio da reciprocidade.

Agentes consulares

**LEÃO, Gaspar Leite Ferreira.**

Consulta : [Direito Civil] / Gaspar Leite Ferreira Leão.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1259 (1894), p. 133-135

**Resumo:** Deverá ser abonada ao tutor de um menor a despesa que fez com a gratificação dada a um guarda-livros para lhe escriturar o livro ou caderno de gerência a que se refere o artigo 260.º do Código civil, ou deverá tal despesa ficar a seu cargo para ser paga pela gratificação que lhe for arbitrada pelo conselho de família nos termos do artigo 247.º do mesmo Código?

Conselho de família

**M.**

Consulta : [Direito Civil] / M.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1216 (1893), p. 534-536

**Resumo:** Tendo um testador disposto que seriam seus herdeiros dois irmãos, e que falecendo estes antes ou depois do testador, a parte que lhes viesse a competir seria dividida pelos filhos do falecido, com exclusão de certo filho de um dos irmãos, haverá aqui um fideicomisso válido? E poderá esta questão resolver-se em inventário?

Substituição fideicomissária / Testamento

**M. J. G.**

Consulta : [Direito Civil] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1220 (1893), p. 50-51

**Resumo:** Tendo sido adjudicado a um co-herdeiro certo prédio onerado com dívida hipotecária, que não coube ao mesmo co-herdeiro, e tendo depois sido executado o co-herdeiro e posto em praça o dito prédio e vendido por um preço inferior aquele em que fora adjudicado, terá o co-herdeiro direito de exigir dos outros co-herdeiros o valor do prédio no inventário ou o da dívida?

Hipoteca / Inventário / Partilhas

**M. J. G.**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1272 (1894), p. 340-341

**Resumo:** Para os pais dotarem seus filhos comuns com bens imobiliários dotais será necessária autorização judicial?

Autorização judicial / Bens dotais

**M. J. G.**

Consulta : [Direito Fiscal] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1261 (1894), p. 169-170

**Resumo:** Os advogados nomeados aos ausentes, incapazes e pessoas incertas estarão dispensados de escrever em papel selado em tudo o que tiverem de requerer, alegar e responder?

Advogados

**M. J. G.**

Consulta : [Direito Penal] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1256 (1894), p. 90-91

**Resumo:** Quais as penas que deverão aplicar-se a dois co-réus de homicídio a quem o juri deu por provada a legítima defesa com os dois primeiros requisitos do artigo 46.º do Código penal, declarando todavia na resposta a outro quesito que não tinha havido excesso de legítima defesa, e reconhecendo além disso a favor de um dos co-réus a circunstância atenuante especial do artigo 370.º do mesmo Código?

Juri

**M. J. G.**

Consulta : [Processo Comercial] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1223 (1893), p. 103-108

**Resumo:** Como deve executar-se a disposição do artigo 10.º do Código comercial, que permite à mulher casada requerer separação judicial de bens, quando sejam penhorados bens comuns do casal para pagamento de dívidas comerciais do marido?

Casamento segundo o costume do reino / Comunhão de bens / Dívidas / Separação

**M. J. G.**

Correspondência polémica : [Direito Civil] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1223 (1893), p. 101-103

**Resumo:** Tendo um pai doado a uma filha para casamento certos capitães com a cláusula de que, se ela falecesse com sobrevivência de filhos ou outros descendentes, eles receberiam durante a vida do doador os juros dos capitães e depois de sua morte os capitães com os juros vencidos, se a filha donatária morrer antes do doador, para quem passarão os capitães doados? E, tendo a donatária deixado filhos vivos, e falecendo depois um deles, com sobrevivência do pai e do avô doador e dos outros irmãos, para quem passou o quinhão que o filho falecido tinha nos capitães doados?

Doação

**M. J. G.**

Correspondência polémica : [Direito e Processo Civil] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1274 (1894), p. 373-375

**Resumo:** Para os pais dotarem seus filhos comuns com bens imobiliários dotais será necessária autorização judicial?

Autorização judicial / Bens dotais

**M. J. G.**

Correspondência polémica : [Processo Comercial] / M. J. G.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1225 (1893), p. 134-136

**Resumo:** Como deve executar-se a disposição do artigo 10.º do Código comercial, que permite à mulher casada requerer separação judicial de bens, quando sejam penhorados bens comuns do casal para pagamento de dívidas comerciais do marido?

Casamento segundo o costume do reino / Comunhão de bens / Dívidas / Separação

**MACHADO, António de Sousa Pinto Cardoso.**

Correspondência polémica : [Direito Comercial] / António de Souza Pinto Cardoso machado.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1229 (1893), p. 197-200

**Resumo:** Em que livros deve fazer-se o registo local das marcas de fábrica e de comércio?

Registo

**MAGALHÃES, Albano Leite Ribeiro de.**

Consulta : [Direito Fiscal] / Albano Leite Ribeiro de Magalhães.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1196 (1892), p. 216-218

**Resumo:** A sublocações de arrendamentos a longo prazo estarão sujeitas à contribuição de registo?

Arrendamento / Contribuição de registo / Sublocações

**MAGALHÃES, Albano Leite Ribeiro de.**

Correspondência : [Direito Fiscal] / Albano Leite Ribeiro de Magalhães.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 450-451

**Resumo:** Qual é a multa a que está sujeito, para ser revalidado, um título de confissão de dívida que tenha selo inferior ao devido? Interpretação do artigo 179.º e § 1.º do regulamento de 26 de Novembro de 1885.

Selo

**MAGALHÃES, António Leite Ribeiro de, 1847-1919.**

Consulta : [Direito Civil] / António Leite Ribeiro de Magalhães.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1207 (1892), p. 391-393

**Resumo:** Tendo sido legada uma quinta sujeita a um usufruto vitalício, e tendo o testador comprado o domínio directo que onerava a quinta, quem tem por sua morte direito de receber do usufrutuário o foro? o legatário ou os herdeiros do testador?

Foros / Legado / Testamento / Usufruto

**MAGALHÃES, António Leite Ribeiro de, 1847-1919.**

Consulta : [Direito e Processo Civil] / António Leite Ribeiro de Magalhães.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1231 (1893), p. 229-232

**Resumo:** Em uma acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges poderão opôr-se suspeições aos vogais do conselho de família por motivo superveniente depois de ter começado o julgamento perante o mesmo conselho? Em caso afirmativo, deverão ser julgadas as suspeições pelo juiz ou por árbitros?

Acção de separação de pessoas e bens / Conselho de família

**MAGALHÃES, António Leite Ribeiro de, 1847-1919.**

Turbação de posse / António Leite Ribeiro de Magalhães.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1235 (1893), p. 300-303 ; p. 316-318 ; p. 328-330

**Resumo:** A entrada em prédio alheio e a colocação nele de um cortiço de abelhas sem consentimento de seu dono constituem actos de turbação de posse, embora o turbador alegue que não tinha intenção de turbar.

Posse

**MAGALHÃES, Luis Gonzaga de Assis Teixeira de, 1862-1951.**

Processo Civil / Luiz Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1247 (1894), p. 489-492 ; p. 506-508

**Resumo:** O processo dos artigos 566.º e 567.º do Código de processo civil é só aplicável à hipoteca do § 2.º do artigo 436.º do Código civil, isto é, quando a água não for sobeja e banhar prédios fronteiros. - É nula a sentença que julga além do pedido, e também a que não aprecia todo o ponto controvertido. - A sentença, que absolve um dos réus na acção, deve condenar os autores nas custas proporcionais e relativas ao réu absolvido.

Águas / Sentença

**MELO, Anibal A. de.**

Consulta : [Direito Comercial e Fiscal] / Annibal A. de Mello.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1208 (1892), p. 404-406

**Resumo:** Uma letra do valor de 500\$00 réis, que foi sacada no vigor do actual Código comercial por um comerciante não matriculado, aceita por outro também não matriculado, sem que no texto dessa letra se declare ter sido o saque por efeito de qualquer contacto, acordo, ou transacção resultante de acto de comércio, ou que o tivesse por fim, embora não fosse garantida por hipoteca, sendo demais logo endossada a outra pessoa que não é comerciante, está, ou não, sujeita á décima de juros?

Comerciante / Décima de juros / Letra / Matrícula

**MONCADA, Francisco C.**

Questão de legitimidade de parte / Francisco C. Moncada.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1260 (1894), p. 152-155

**Resumo:** O accionista de uma sociedade anónima será parte legítima para intentar acção criminal particular contra os crimes de que resulte prejuizo à mesma sociedade?

Accionista / Legitimidade de parte

**MOTA, Alfredo Pinto da.**

Demissão de empregados dos corpos administrativos / Alfredo Pinto da Motta.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1221 (1893), p. 72-75

**Resumo:** Os empregados dos corpos administrativos, que tiverem nomeações vitalícias ou por tempo ilimitado e vencimentos anuais permanentes, só podem ser castigados com a pena de suspensão ou demissão, depois de haverem sido ouvidos, nos casos taxativamente marcados no artigo 400.º do Código administrativo. - As Câmaras Municipais não devem demitir, mas sim aposentar, nos termos do decreto de 17 de Julho de 1866, os seus empregados com direito a aposentação, se estiverem absolutamente impossibilitados de desempenhar as suas funções.

Câmaras Municipais / Demissão / Empregados

**NOBRE, Joaquim Martins.**

Consulta : [Processo Civil] / Joaquim Martins Nobre.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1245 (1894), p. 458-459

**Resumo:** O Ministério Público é parte ilegítima para requerer arresto nos bens de um antigo tesoureiro pagador de distrito, que, passando a ser agente provisório do Banco de Portugal, foi encontrado em alcance.

Ministério Público / Alcance / Arresto

**NOBRE, Manuel de Barros.**

Habilitação de herdeiro por justificação avulsa / Manuel de Barros Nobre.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1249 (1894), p. 521-522

**Resumo:** Não pode fazer-se habilitação de herdeiro por meio do processo de justificação avulsa, citando-se um interessado certo para faltar aos termos da habilitação.

Habilitação / Justificação avulsa

**NOBRE, Manuel de Barros.**

Segundas núpcias / Manuel de Barros Nobre.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1262 (1894), p. 187-190

**Resumo:** Deverão aplicar-se à mãe quinquagenária, que passa a segundas núpcias, as disposições do Código civil aplicáveis aos usufrutuários e o artigo 148.º § único, no que respeita aos bens mencionados nos artigos 1237.º e 1235.º do citado Código?

Direito Civil / Segundas núpcias

**OFFICIO DA DIRECÇÃO GERAL DOS PRÓPRIOS NACIONAES DE 26 DE ABRIL DE 1888**

Officio da Direcção Geral dos Próprios Nacionaes de 26 de Abril de 1888.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1234 (1893), p. 281

**Resumo:** Compete aos párocos dar as participações de óbito dos indivíduos que professarem a religião católica, mesmo nos bairros de Lisboa e Porto ; e tanto nestes bairros, como nos outros concelhos do reino, aos regedores de paróquia só compete dar as participações de óbito dos indivíduos que falecerem fora do grémio católico. - A redacção do artigo 91.º do regulamento de 31 de Março de 1887 é deficiente, e deve suprir-se pela disposição do artigo 36.º - Os párocos e regedores, que fizerem as participações, têm direito às quotas estabelecidas no artigo 124.º do regulamento.

Párocos / Regedores de paróquia

**OFFICIO INEDITO DA DIRECÇÃO GERAL DA TESOUREARIA DE 3 DE AGOSTO DE 1893**

Officio inedito da Direcção Geral da Tesouraria de 3 de Agosto de 1893.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 253

**Resumo:** O § único do artigo 54.º do decreto de 6 de Agosto de 1892 não compreende as contribuições lançadas para serviços que continuaram a cargo das juntas de paróquia.

Juntas de paróquia

**OLIVEIRA, Carlos José de.**

Questão acerca da natureza de uma sociedade para expropriação de terrenos destinados à construção de um caminho de ferro / Carlos José de Oliveira.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1229 (1893), p. 201-202

**Resumo:** É comercial a sociedade constituída para, por um preço ajustado com o governo, obter a expropriação dos terrenos necessários à construção de um caminho de ferro. - O gerente desta sociedade pode ser obrigado pr qualquer dos sócios a prestar contas, logo que ela se dissolva.

Contas / Sociedade mercantil

**PACHECO, José Caetano Preto.**

Deliberação irregular de um processo de família sobre nomeação de tutor / José Caetano Preto Pacheco.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1241 (1893), p. 394-396 ; p. 408-410 ; p. 425-426 ; p. 492-493

**Resumo:** O acto de submeter à decisão do conselho de família a nomeação de tutor a um interdito, havendo tutor testamentário designado pelo autor da herança, é nulidade de processo, contra a qual o tutor preterido pode reclamar em conformidade do artigo 132.º do Código de processo. - Neste caso não deve recorrer-se da deliberação do conselho de família para o de tutela, mas do despacho que indeferir a petição em que se alegar a incompetência do conselho de família.

Conselho de família / Nulidade / Tutor

**PAIVA, José da Cunha Navarro de, 1832-1924**

Apreciação crítica dos decretos de 15 de Setembro de 1892 : [Organização Judiciária] / José da Cunha Navarro de Paiva.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1201 (1892), p. 289-293 ; p. 305-308 ; p. 337-339 ; p. 353-355 ; p. 369-371 ; p. 385-386

Organização judiciária

**PIMENTEL, Eduardo de Serpa.**

Questão de competência / Eduardo de Serpa Pimentel.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1234 (1893), p. 281-283

**Resumo:** Oposta a excepção declinatoria fori, com fundamento de serem os excipientes domiciliados em juízo comercial diferente do da acção intentada, podem eles desistir da excepção, ficando assim prorrogada a jurisdição comercial, se a causa é dessa natureza. - São comerciais as questões sobre contratos de comissão, e a que dizem respeito a feitores, caixeiros e outros empregados do comércio. - A disposição do artigo 1106.º do Código comercial de 1833, in fine, está revogada pelo artigo 4.º da lei de 9 de Julho de 1862.

Causas comerciais / Excepção declinatória fori

**PIMENTEL, Eduardo de Serpa, 1828-1917.**

Sentença em 1.ª Instância : [Direito Civil] / Eduardo de Serpa Pimentel.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 92-93

**Resumo:** Conserva-se a posse enquanto durar a retenção ou fruição da coisa ou direito, ou a possibilidade de a continuar. - Para haver abandono de posse, são precisos actos de desistência formal e espontânea do possuidor.

Posse

**PINTO, Adriano Carlos Vaz.**

Inconstitucionalidade dos decretos do poder executivo / Adriano Carlos Vaz Pinto.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1266 (1894), p. 248-249

**Resumo:** Não devem observar-se os decretos do poder executivo, que alteram as leis votadas em cortes, quando o governo não esteja autorizado a fazer tal alteração, e quando a salvação pública a não exija ; e por isso os tribunais devem rejeitar as acções a pedir a remissão de direitos enfitêuticos, nos termos dos decretos de 30 de Setembro e de 14 de Dezembro de 1892.

Inconstitucionalidade dos decretos do poder executivo

**PINTO, Joaquim de Melo Ribeiro.**

Sentença proferida em 1.ª Instância : [Direito Penal] / Joaquim de Mello Ribeiro Pinto.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 93-94

**Resumo:** Não constitui o crime de desobediência o facto de o presidente da comissão do recenseamento eleitoral se recusar ao cumprimento da ordem do administrador do concelho, para o mesmo presidente lhe apresentar a exame - na administração do concelho - o livro do recenseamento eleitoral.

Crime de desobediência

**PORTUGAL. Conselho de Tutela.**

Accórdão proferido em 28 de Abril de 1894 / Conselho de Tutela.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1259 (1894), p. 136-137

**Resumo:** Será despesa de administração a que o tutor fizer com um empregado que lhe escriturar o livro de gerência a que se refere o artigo 260.º do Código civil?

Conselho de família

**PORTUGAL. Direcção Geral das Contribuições Directas.**

Officio da direcção geral das contribuições directas de 15 de Junho de 1894 / Direcção Geral das Contribuições Directas, Miguel Maria de Olival Gouveia.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1262 (1894), p. 187

**Resumo:** Será letra, livrança ou simples título de dívida um papel, em que se não menciona o nome ou firma daquele que a deve pagar, mas que tem aceite escrito, datado e assinado? Sendo um simples título de dívida, poderá exigir-se o seu pagamento nos tribunais civis ou nos comerciais?

Escrito / Letra / Livrança

**PORTUGAL. Ministério da Fazenda. Direcção dos Próprios Nacionais.**

Imposto do selo : circular de 16 de Setembro de 1893 / Ministério da Fazenda, Direcção dos Próprios Nacionaes.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1235 (1893), p. 299-300

**Resumo:** Interpretação de algumas disposições e verbas das tabelas da lei do selo de 21 de Julho de 1893.

Selo

**PORTUGAL. Relação de Lisboa.**

Accórdão proferido em 9 de Junho de 1891 / Relação de Lisboa.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1261 (1894), p. 170

**Resumo:** Os jurados que não compareceram à audiência geral, para que estavam intimados, por estarem em serviço eleitoral como delegados para a eleição de pares do reino, não têm responsabilidade criminal. - O juiz presidente da audiência geral deve considerar justificada a falta, em vista do officio do presidente do colégio eleitoral.

Jurados

**PORTUGAL. Relação de Lisboa.**

Accórdão proferido em 12 de Dezembro de 1894 / Relação de Lisboa ; apelante Thereza Clara da Silveira ; apelados José Silveira Bettencourt dos Anjos e outros.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1273 (1894), p. 360

**Resumo:** A renovação de instância, dado o caso do artigo 202.º do Código de processo civil, tem lugar, tanto pendente a causa na 1.ª instância, como em grau de apelação.

Apelação

**PORTUGAL. Relação de Lisboa.**

Accórdão proferido em 18 de Maio de 1892 / Relação de Lisboa.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1213 (1893), p. 489-493

**Resumo:** O procurador é parte ilegítima para ser demandado em acção de reivindicação de prédios pertencentes ao seu constituínte. - Os amanuenses dos tabeliães podem assinar a rogo das partes outorgantes em contratos feitos perante os tabeliães, de que eles são amanuenses. - A cópia de um documento existente no cartório do tabelião é certidão e não pública forma.

Acção de reivindicação / Amanuenses / Documentos / Procurador / Pública forma

**PORTUGAL. Relação de Lisboa.**

Accórdão proferido em 30 de Abril de 1884 / Relação de Lisboa.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 247-248

**Resumo:** As sociedades comerciais são responsáveis pelos depósitos feitos em suas agências.

Depósitos / Sociedades comerciais

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão da Relação do Porto, proferido em 1 de Dezembro de 1893 / Relação do Porto; apelantes Maximiano Soares Ferreira e mulher ; apelada Domingas Pereira Coutinho.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1244 (1894), p. 440-443 ; p. 459-462 ; p. 474-477

**Resumo:** Pela compra e venda da quota de uma herança, ou de quaisquer direitos ilíquidos e incertos, não tem de pagar-se, previamente ao contrato, a contribuição de registo por título oneroso, mas só depois da partilha e liquidação, respectivamente ao valor dos bens imobiliários, que foram adquiridos, como era expresso no n.º 13.º do artigo 2.º do regulamento de 30 de Junho de 1870. - O 2.º do regulamento de 30 de Junho de 1870. - O Código civil não reconhece aos co-herdeiros o direito de opção na alienação das quotas hereditárias.

Contribuição de registo

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão da Relação do Porto, proferido em 6 de Novembro de 1891.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 251-253

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 3 de Fevereiro de 1883 / Relação do Porto ; agravante reverendo João José Garcia ; agravados bacharel António Feio Soares de Azevedo e outros.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1210 (1893), p. 443-444

**Resumo:** Os dez dias marcados pelo artigo 1001.º do Código de processo civil, para pagamento das custas e porte do correio, devem contar-se desde o último despacho declaratório do primeiro quanto aos termos em que é recebido o recurso.

Apelação / Custas

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 4 de Maio de 1883 / Relação do Porto ; apelante reverendo José da Costa Abreu ; apelado reverendo Jacintho Custodio de Araujo e Silva.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1197 (1892), p. 234-235

**Resumo:** O cessionário de um crédito é parte ilegítima para accionar o devedor, enquanto não fizer a este a notificação da cedência do crédito.

Cessão

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 4 de Maio de 1883 / Relação do Porto ; agravante fabrica nacional de lanifícios de Portalegre ; agravado banco união.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1199 (1892), p. 263-264

**Resumo:** Pode fazer-se arresto para segurança de um crédito, embora este se ache garantido por hipoteca.

Arresto

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 5 de Outubro de 1883 / Relação do Porto ; apelante Marianna de Macedo ; apelados Lucinda Rosa Teixeira Lopes e marido.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1268 (1894), p. 280-282

**Resumo:** É válida a perfilhação de filhos ilegítimos, feita por clérigos.

Perfilhação

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 6 de Março de 1883 / Relação do Porto; apelante Carolina Moreira da Silva ; apelado Ministério Público.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 252-254

**Resumo:** A data de nascimento e baptismo pode ser provada por testemunhas, na falta do respectivo assento. - Não pode obstar a uma habilitação de herdeiro a falta de transcrição, na certidão do assento de baptismo, da autorização dada à habilitante para se casar.

Baptismo / Habilitação / Nascimento

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 8 de Maio de 1883 / Relação do Porto ; apelante Pedro Monteiro ; apelado António Teixeira de Sá.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1197 (1892), p. 235-236

**Resumo:** O arresto, sendo um meio odioso, deve decretar-se só quando esteja provada a certeza da dívida e justo receio de insolvência.

Arresto

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 9 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; agravante Francisco José Marques ; agravados João Manuel Marques da Silva, filho e mulher.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1203 (1892), p. 329

**Resumo:** Depois de começada a inquirição das testemunhas não pode ser adicionado o rol delas.

Testemunhas

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 9 de Fevereiro de 1883 / Relação do Porto ; agravante Francisco Lobo Pereira Caldas de Barros ; agravado Banco Comercial, Agrícola e Industrial de Vila Real.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1207 (1892), p. 395

**Resumo:** Devem ser riscadas como insultuosas e ofensivas as palavras, que dizem ter uma das partes falsificado uma letra, quando dos mesmos autos se mostra que a parte que empregou aquelas palavras desistiu dos artigos de falsidade oferecidos contra a mesma letra.

Palavras

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 13 de Fevereiro de 1883 / Relação do Porto ; agravante João de Carvalho Macedo ; agravado Luiz de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1217 (1893), p. 11-12

**Resumo:** O meio do embargo de obra nova é restrito a edificações, reedificações, demolições e, em geral, a construções; e por isso não pode aplicar-se ao prejuízo resultante de cortes de árvores e abertura de valados para plantações.

Embargo de obra nova

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 13 de Março de 1883 / Relação do Porto ; agravante Domingos Pereira Gomes Rosa ; agravada Anna de Jesus Felgueiras Basto.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1224 (1893), p. 121-122

**Resumo:** Se no inventário e partilhas de bens do casal em seguida a uma acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges o marido licitou em bens imobiliários, tem de entregar à mulher em dinheiro a meação que em tais bens lhe pertence, e não pode o marido requerer que este dinheiro seja depositado, para a mulher receber só os juros dele. - Feita uma licitação, não pode o licitante desistir dela.

Acção de separação de pessoas e bens / Inventário / Licitação

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 17 de Agosto de 1883 / Relação do Porto ; requerente Ministério Público ; requeridos juizes de direito de Soure e de Montemor-o-Velho.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1269 (1894), p. 297-298

**Resumo:** Quando o autor da herança tenha domicílio em uma comarca, deve fazer-se nela o inventário e partilha da mesma herança, se nela foi requerido o inventário, e nenhuma das partes se opôs a ele, embora o autor da herança fosse viúvo, e em outra comarca se tivesse feito o inventário e partilha da herança do cônjuge falecido.

Inventário

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 17 de Fevereiro de 1891 / Relação do Porto ; apelante Custodio José Machado ; apelados Antonio Joaquim Machado e mulher.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1214 (1893), p. 506-509

**Resumo:** Segundo a legislação anterior ao Código civil, todas as testemunhas instrumentárias podiam nos testamentos assinar de cruz. - As questões que se suscitarem no inventário acerca da qualidade dos bens de não partíveis, que não poderem ser resolvidas pela simples inspecção de documentos, não o poderão ser por vistoria, na qual os bens de um empraçamento sejam identificados ; em tal caso os bens serão aformalados, e, havendo dúvidas acerca da sua identificação, deixar-se-á a resolução desse ponto para as acções ordinárias.

Assinatura de cruz / Inventário / Testamento / Testemunhas

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 19 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; apelante Maria Joaquina de Souza ; apelado José Joaquim Forte.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1202 (1892), p. 313-315

**Resumo:** A disposição do marido a favor de sua mulher, enquanto se conservar no estado de viúva honrada, caduca, se ela, embora não casasse, teve durante a viuvez uma filha de outro homem.

Testamento

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 19 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; agravante Antonio Marques Caetano ; agravados Francisco Martins de Souza e mulher.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1207 (1892), p. 394-395

**Resumo:** Os embargos a uma execução hipotecária podem ser oferecidos no primeiro dia útil do mês de Outubro, se caiu no mês de Setembro o décimo dia depois da citação do executado para pagar ou nomear bens à penhora.

Embargos

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 19 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; agravante Antonio Marques Caetano ; agravados Francisco Martins de Souza e mulher.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1220 (1893), p. 56-57

**Resumo:** Quando o último dos dez dias, dentro dos quais o executado deve pagar ou nomear bens à penhora, cai no mês de Setembro, o executado pode apresentar os embargos à execução no primeiro dia útil de Outubro.

Embargos do executado

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 20 de Janeiro de 1880 / Relação do Porto ; agravante Alexandrina Rosa de Souza ; agravado Domingos José Alves da Costa.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1251 (1894), p. 14-15

**Resumo:** Quando na contestação da acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges o réu declara que vai intentar contra a autora a acção de reconvenção, não é nulidade insuprível a falta de apresentação do requerimento, em que se deduza esta acção, na audiência do oferecimento da contestação, e por isso pode o juiz admitir este requerimento em outra audiência.

Acção de reconvenção / Acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 22 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; agravantes Rosa Joaquina , marido e outros ; agravado Miguel Gonçalves Serra.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1204 (1892), p. 349

**Resumo:** A apresentação da petição de agravo fora do prazo de oito dias é nulidade suprível, que fica sanada, logo que não haja oposição da parte contrária.

Agravo / Nulidade

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 22 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; agravante Antonio Soares da Silva Moura ; agravados José Vieira de Magalhães e outra.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1210 (1893), p. 442-443

**Resumo:** Quando o testador reparte a sua herança em legados, e não há nenhum deles nas condições do artigo 2068.º do Código civil, deve ser cabeça de casal o maior legatário que seja testamentário e tenha parte na herança.

Cabeça de casal

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 22 de Fevereiro de 1889 / Relação do Porto ; agravante Manuel Augusto de Miranda ; agravado Manuel José da Silva.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 458-459

**Resumo:** Não deve julgar-se deserto um recurso por falta de pagamento de custas da parte recorrente, quando esta falta provém do escrivão do processo.

Custas / Recurso

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 23 de Janeiro de 1883 / Relação do Porto ; requerentes Ricardo Marques da Silva, como tutor do menor Ricardo ; requerida Marianna Pereira da Silva.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1203 (1892), p. 329-330

**Resumo:** Não pode executar-se em Portugal uma carta rogatória, expedida por um tribunal estrangeiro para venda de bens sitos neste reino, inventariados em país estrangeiro, e que pertenciam a um cidadão português.

Carta rogatória

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 27 de Abril de 1883 / Relação do Porto ; apelante Fazenda Nacional, segundo apelante arcebispo de Braga ; apelado Fernando Castiço e mulher.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 254-256

**Resumo:** Se em um prédio há janelas com rótulas fixas a deitar sobre o prédio do vizinho, não podem as rótulas ser substituídas por janelas de caixilhos de correr.

Janelas

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 27 de Abril de 1883 / Relação do Porto ; agravante André do Lago ; agravada Rosa de Oliveira Freitas.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1200 (1892), p. 281-282

**Resumo:** Podem ser objecto de contradita a testemunhas factos injuriosos ou criminosos.

Contradita / Testemunhas

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 28 de Agosto de 1883 / Relação do Porto ; apelante Anna Joaquina ; apelados José Gonçalves da Fonseca e outros.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1267 (1894), p. 265-267

**Resumo:** Deve julgar-se procedente e provada a acção de investigação de paternidade ilegítima, em que está provada a posse de estado de filho, que era solteiro o pretenso pai, e que entre este e aquela de quem houve o filho não havia impedimento para ambos casarem.

Acção de investigação de paternidade ilegítima

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 28 de Novembro de 1882 / Relação do Porto ; agravantes Maria Moreira e filhos ; agravados Maria Moreira Coelho e outros.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1205 (1892), p. 363-364

**Resumo:** Se não se reclamou em tempo contra o despacho, que admitiu a substituição de uma testemunha e o adição de outra, este despacho não pode ser revogado.

Despacho / Testemunhas

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 31 de Agosto de 1883 / Relação do Porto ; agravantes Carlos Augusto de Magalhães Infante ; agravado Curador Geral dos Orfãos.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1250 (1894), p. 542-543

**Resumo:** Quando os louvados residem na freguesia onde estão situados os prédios que devem avaliar, não se lhes conta o caminho desde a sede da comarca.

Caminho / Louvados

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 31 de Agosto de 1883 / Relação do Porto ; agravante António José da Silva Telles ; agravado Manuel José Godinho.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1262 (1894), p. 190-191

**Resumo:** Não deixou de promover o andamento da causa, a que respeita um arresto, aquele que antes de findarem três meses sem dar andamento aquela causa, apresentou ao escrivão um requerimento com despacho de dois meses antes, a pedir expedição de carta precatória para inquirição de testemunhas.

Arresto

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdão proferido em 31 de Agosto de 1883 / Relação do Porto ; agravante José Tavares de Abreu ; agravada Fazenda Nacional.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1270 (1894), p. 313

**Resumo:** A contribuição de registo a pagar pelo excesso de bens imobiliários adjudicados a um dos co-herdeiros é paga pelo valor que consta do mapa da partilha, julgada por sentença.

Contribuição de registo

**PORTUGAL. Relação do Porto.**

Accórdãos proferidos em 30 de Janeiro e 6 de Março de 1883 / Relação do Porto; apelante Joaquim José Ribeiro Guimarães ; apelado Manuel de Oliveira e Silva.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1198 (1892), p. 248-252

**Resumo:** O viúvo é parte ilegítima para pedir o pagamento de uma dívida, se não provar que lhe pertence, ou que o casamento fora por separação de bens. - Pode intentar-se uma acção por causa de uma herança ou legado antes de se pagar a contribuição de registo pela transmissão. - Confessando o réu que devera ao autor certa quantia por este pedida, mas que lha pagará, pode o autor aproveitar a confissão na parte útil, rejeitando-a na ofensiva.

Confissão / Contribuição de registo / Herança / Legado / Viúvo

**PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.**

Accórdão proferido em 1 de Julho de 1884 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrida Rosa.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1248 (1894), p. 510-511

**Resumo:** Há corpo de delito pelo crime de infanticídio, quando pelo exame directo e competentes averiguações se verifica o aparecimento do cadáver de uma criança dentro de um poço, declarando os peritos que era de tempo, e nascera com vida, embora não pudesse afirmar a causa da morte pelo estado de putrefacção do cadáver.

Corpo de delito

**PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.**

Accórdão proferido em 17 de Outubro de 1884 / Supremo Tribunal de Justiça ; agravante António Gomes de Souza Leal ; agravada Angelina do Nascimento Falcão.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1248 (1894), p. 511-512

**Resumo:** O juiz comercial é competente para decretar arresto por dívidas comerciais.

Arresto / Juiz comercial

**PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.**

Caducidade e transmissibilidade dos ónus reaes constituídos sobre bens immoveis arrematados judicialmente / Supremo Tribunal de Justiça.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1236 (1893), p. 313-316

**Resumo:** O artigo 856.º do Código de processo civil, fazendo caducar pela arrematação todos os ónus reais sujeitos a registo que não tiverem sido registados antes de qualquer penhora, arresto ou hipoteca, embora a favor de outro credor que não o exequente, e não unicamente os que o não tiverem anterior à penhora ou hipoteca por que procede a execução, e se faz a arrematação, modificou os artigos 1022.º e 1621.º do Código civil, e nesse sentido se deve proferir a sentença que declare livres os bens arrematados, conforme o § único daquele artigo.

Ónus reais

### **PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.**

Décima de juros / Supremo Tribunal de Justiça.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1186 (1892), p. 62-64

**Resumo:** Se o credor não recebeu juros alguns do seu crédito e até perdeu parte do capital, não tem obrigação de pagar décima de juros.

Décima de juros

### **QUESTÃO DE COMPETÊNCIA**

Questão de competência.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1211 (1893), p. 458

**Resumo:** As questões de transgressão de posturas e polícia municipal, em Lisboa e Porto, são da competência dos tribunais criminais.

Competência / Transgressões de posturas

### **QUESTÃO DE INJÚRIAS EM ESCRIPTOS JUDICIAES**

Questão de injúrias em escriptos judiciaes.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1228 (1893), p. 185-186

**Resumo:** Do despacho do juiz que manda riscar de um auto de reunião do conselho de família certas expressões, que reputa injuriosas para o curador geral dos orfãos, cabe recurso de agravo para a relação, devendo o agravo tomar-se em separado. - As expressões - que a oposição do curador dos orfãos lhe parece acintosa - não são injuriosas, e não devem por isso ser riscadas.

Agravo / Expressões injuriosas / Injúrias

### **QUESTÃO DE SERVIDÃO DE ÁGUAS**

Questão de servidão de águas.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1214 (1893), p. 504-506

**Resumo:** Aplicação do artigo 2313.º do Código civil. - A servidão a que se refere o artigo 440.º do mesmo Código cessa, provando-se que os vizinhos podem haver água, para os seus gastos domésticos, de fontes próximas, modernamente construídas. - Os artigos citados são regulamentados pelos artigos 551.º e seguintes do Código de processo civil.

Águas

### **RIBEIRO, José Maria Pinto.**

Embargos de terceiro / José Maria Pinto Ribeiro.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1232 (1893), p. 249-251

**Resumo:** Nos embargos de terceiro não pode conhecer-se da validade ou nulidade de contratos que haja entre o embargante e o executado, mas só da posse nas coisas penhoradas. - Esta posse deve ser anterior à penhora. - Tendo sido feito o endosso de uma letra em data posterior à penhora, não pode a letra servir de fundamento a embargos de terceiro. - A letra existente na mão do embargante não prova posse na quantia em dívida por virtude dela.

Embargos de terceiro / Letra

**ROCHA, Joaquim P. Correia da.**

Correspondência polémica : [Direito Civil] / Joaquim P. Correia da Rocha.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 27, n.º 1277 (1895), p. 418-420

**Resumo:** Os filhos de sobrinho já falecido poderão concorrer à herança do tio deste, juntamente com irmãos e sobrinhos do dito tio?

Herança

**SILVA, Agostinho Carlos das Neves Castro e.**

Sentença proferida em 1.ª Instância : [Direito Civil] / Agostinho Carlos das Neves Castro e Silva.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1209 (1893), p. 423-425

**Resumo:** O comodato é um contrato de natureza especial. - Sendo uma concessão graciosa, por não retribuída, o comodato deve interpretar-se restritamente, e está além disso subordinado à impreterível condição de o comodante ter a posse e domínio da coisa emprestada. - A doação de coisa mobiliária, feita verbalmente, deve ser acompanhada da tradição.

Comodato / Doação

**SOUSA, António das Neves e.**

Processo Criminal / António das Neves e Sousa.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1238 (1893), p. 347-349

**Resumo:** Para haver procedimento criminal pelo crime de violação, é necessário que no corpo de delito sejam verificados todos os elementos constitutivos deste crime, previstos no artigo 393.º do Código penal.

Crime de violação

**SOUSA, António das Neves Oliveira e, 1844-1921.**

Injúrias em papéis judiciais / António das Neves Oliveira e Souza.

**In:** Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 26, n.º 1217 (1893), p. 8-11

**Resumo:** Só são puníveis pelos tribunais criminais como injuriosas as expressões dirigidas a outrém por advogado em discursos proferidos em juízo ou em escritos ali produzidos, quando tais expressões sejam relativas a factos estranhos à causa. - Quais são os factos estranhos à causa. - O procedimento criminal nestes casos tem lugar, independentemente do cível.

Expressões injuriosas / Injúrias

## **Revista do CEJ**

**DUARTE, Fernando.**

O ónus de impugnação dos demandados nas ações administrativas / Fernando Duarte.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 283-298

Ações administrativas relativas a actos e normas / Ónus de contestar / Ónus de impugnação definida / Ónus de impugnação especificada

**MEIRINHOS, Rui.**

Reflexões sobre o direito das contraordenações : fundamentos de proximidade ao direito penal / Rui Meirinhos.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 85-121

Aplicabilidade ao ilícito contraordenacional dos princípios e garantias do Direito penal e processual penal / Concurso entre crime e contraordenação pela prática do mesmo facto / Contraordenação / Contraordenações modernas / Controlo judicial da decisão da autoridade administrativa / Pontos de conexão entre o ilícito criminal e o ilícito de mera ordenação social / Processo contraordenacional

**MENDES, Maria Oliveira.**

A entrega judicial de criança no confronto com outras providências tutelares cíveis : uma reflexão prática / Maria Oliveira Mendes.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 125-142

Abandono do lar / Acção tutelar comum / Alteração da residência / Crime de subtracção de menor / Convenção da Haia / Deslocação para o estrangeiro / Entrega judicial de criança / Exercício das responsabilidades parentais / Incumprimento / Recusa de entrega do filho / Regulamento Bruxelas II bis

**MONGE, Carla Ramos.**

Do nascer ao morrer (e até mais além) : a importância do nome e os seus reflexos na jurisprudência / Carla Ramos Monge.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 143-180

Acções de filiação / Adopção / Apelido / Casamento / Divórcio / Identidade pessoal / Mudança de sexo / Nome / Protecção de testemunhas

**NUNES, Pedro.**

O crime tentado e a (exígua) redacção do artigo 206.º do Código Penal / Pedro Nunes.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 77-84

Penal / Restituição e reparação / Tentativa

**RAIMUNDO, Miguel Assis.**

Incumprimento do contrato administrativo : notas gerais / Miguel Assis Raimundo.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 299-313

Código dos contratos públicos / Contrato administrativo / Incumprimento do contrato administrativo / Incumprimento por parte do co-contratante / Incumprimento por parte do contraente público

**RAIMUNDO, Miguel Assis.**

Incumprimento do contrato administrativo : notas gerais / Miguel Assis Raimundo.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 299-313

Código dos contratos públicos / Contrato administrativo / Incumprimento do contrato administrativo / Incumprimento por parte do co-contratante / Incumprimento por parte do contraente público

**SANTOS, André Teixeira dos.**

Excurso de jurisprudência portuguesa seleccionada respeitante à livrança enquanto título executivo / André Teixeira dos Santos.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 7-73

Execução / Garantia / Livrança / Livrança em branco / Título de crédito / Título executivo

**SARAIVA, Sílvia.**

Confluência de responsabilidades pela eclosão de acidente simultaneamente de trabalho e de viação no regime traçado pelo artigo 17.º da Lei n.º 98/2009, de 04/09 / Sílvia Saraiva.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 257-280

Acidente causado por terceiro / Acidente in itinere / Acidente de trabalho / Artigo 17.º, da LAT / Artigo 151.º do Código de Processo do Trabalho / Dano biológico / Danos reparáveis / Dupla indemnização pelo mesmo dano / Natureza principal da reparação infortunística / Responsabilidade objectiva / Responsabilidade primacial/definitiva / Solidariedade imperfeita / Sub-rogação

**SILVA, Miguel Mota da.**

O direito dos cônjuges ao divórcio por mútuo consentimento e suas consequências / Miguel Mota da Silva.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 181-195

Apensação / Data do divórcio / Divórcio por mútuo consentimento / Fixação das consequências do divórcio / Interesse da criança / Recurso / Retroacção dos efeitos

**SOUSA, Miguel Teixeira de, 1954-**

Os chamados factos conclusivos : as razões de um equívoco : Anotação ao acórdão do STJ de 14/7/2021 (Proc. 19035/17) / Miguel Teixeira de Sousa.

**In:** Revista do CEJ. Lisboa. ISSN 1645-829X. N. 2 (2021), p. 199-256

Factos conclusivos / Factos jurídicos / Impugnação da matéria de facto / Poderes do STJ

## **Revista do Ministério Público**

**CUNHA, Paulo Ferreira da, 1959-**

Em torno do princípio da proibição da reformatio in pejus : entre Justiça e Segurança? / Paulo Ferreira da Cunha, Andreia Valadares Ferra.

**In:** Revista do Ministério Público. Lisboa. ISSN 0870-6107. A. 43, N. 169 (2022), p. 203-219

Reformatio in pejus

**PINA, Cláudia.**

Despidos na rede : ciberviolência e violência de género online / Cláudia Pina.

**In:** Revista do Ministério Público. Lisboa. ISSN 0870-6107. A. 43, N. 169 (2022), p. 107-123

Ciberviolência / Violência de género -- online

**SANTOS, André Teixeira dos.**

Rendimentos de proveniência ilícita e sua (in)susceptibilidade de serem objecto do crime de fraude fiscal / André Teixeira dos Santos.

**In:** Revista do Ministério Público. Lisboa. ISSN 0870-6107. A. 43, N. 169 (2022), p. 125-202

Fraude fiscal

**VENTINHAS, António.**

A hierarquia no Ministério Público / António Ventinhas.

**In:** Revista do Ministério Público. Lisboa. ISSN 0870-6107. A. 43, N. 169 (2022), p. 9-106

Hierarquia -- Ministério Público

## LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA

	Localização	Horário	
Sala do Catálogo	Corpo Central da Faculdade	2ª a 6ª feira	9h – 12.30h 14h – 17.30h
Sala de Revistas	Cave dos Gerais	2ª a 5ª feira 6ª feira	9h – 20.00h 9h – 19.30h
		(de 23 a 27 de maio 9h.12.30h – 14h.17.30h)	
Sala dos Institutos	Corpo Central da Faculdade	2ª a 5ª feira 6ª feira	9h – 20.00h 9h – 19.30h
		(de 23 a 27 de maio 9h.12.30h – 14h.17.30h)	
Sala de Leitura	Gerais	2ª a 5ª feira 6ª feira	9h – 20.00h 9h – 19.30h
		(de 23 a 27 de maio 9h.12.30h – 14h.17.30h)	

### CONTACTOS

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Pátio da Universidade - 3004-528  
COIMBRA - PORTUGAL Telefone: 239 859 801/2

E-mail Sala do Catálogo [catalogo@fd.uc.pt](mailto:catalogo@fd.uc.pt)

E-mail de pedidos de digitalização [biblioteca-eib@fd.uc.pt](mailto:biblioteca-eib@fd.uc.pt)

E-mail geral: [biblio@fd.uc.pt](mailto:biblio@fd.uc.pt)

Notas:

Os horários de funcionamento podem sofrer alterações pontuais, sendo estas comunicadas no site da Biblioteca ( <https://www.uc.pt/fduc/biblioteca> )

No mês de Agosto, Carnaval, Queima das Fitas, Páscoa e no período de Natal os serviços terão horários adaptados, tendo em vista o gozo de férias.

## FICHA TÉCNICA

TÍTULO: BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AUTOR: Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

EDITOR: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

PERIODICIDADE: Mensal

COORDENAÇÃO: *Maria Isabel de Sousa Vicente*

COLABORAÇÃO: *Ana Maria Galdes, Fernanda Costa, Maria do Céu Oliveira, Maria Duarte Dias, Otília Margalho e Teresa Leiroz*

CAPA: *Ana Paula Silva*

Siga-nos no Facebook da *Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*



Siga também o *Centro de Documentação Europeia da Universidade de Coimbra*

